

UFRRJ

INSTITUTO DE FLORESTAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

DISSERTAÇÃO

**IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL:
Haitianos no Amazonas**

RENATA FERREIRA CAMARGO

**Rio de Janeiro
2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL:
Haitianos no Amazonas**

RENATA FERREIRA CAMARGO

Sob a orientação do Professor

Roberto José Moreira

e

Co-orientação da Professora

Marilene Corrêa S. Freitas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

Rio de Janeiro, RJ
2013

325.1098113
C172i
T

Camargo, Renata Ferreira
Imigrações contemporâneas no Brasil: haitianos no
Amazonas / Renata Ferreira Camargo, 2013.
83 f.

Orientador: Roberto José Moreira
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Instituto de Florestas.
Bibliografia: f. 75-80

1. Imigração haitiana - Teses. 2. Tríplice-fronteira –
Teses. 3. Narrativas – Teses. 4. Regulação – Teses. 5.
Acolhimento – Teses. I. Moreira, Roberto José. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de
Florestas. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

RENATA FERREIRA CAMARGO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

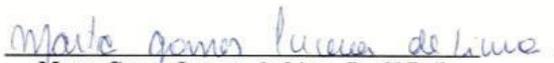
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/10/2013



**Roberto José Morcira. Prof. Dr. UFRRJ.
(Orientador)**



**Alain Pascal Kely. Prof. Dr. UFRRJ
(Membro Interno)**



**Marta Gomes Lucena de Lima. Prof.ª Dr.ª
(Membro Externo)**

No mundo no qual parece se aproximar a realização plena da utopia neoliberal, muitos milhões são os deslocados compulsórios, os reassentados, os refugiados, repatriados e deportados, os expulsos e clandestinos. Proibidos de ficar, confinados, interditados de entrar, obrigados a sair, eles nos dizem da natureza perversa da liberdade operada sob a hegemonia da globalização contemporânea: o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado de outros. Entre estes dois mundos, regulando suas relações e controlando seus conflitos e confrontos, Os Estados que, através de suas múltiplas agências locais e multinacionais, se fazem mais presentes do que nunca. (VAINER, 2001, p. 182).

In memoriam de minha Mãe.

À minha Família pelo apoio e carinho de sempre.

Obrigada!

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRuralRJ – FAPUR, pelo financiamento à pesquisa.

Agradecimentos especiais aos Professores Roberto José Moreira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Marilene Corrêa da Silva Freitas, da Universidade Federal do Amazonas, quer pelo comprometimento incondicional no decurso dos trabalhos, quer pelo refinamento técnico científico na elaboração e finalização dessa investigação, quer pela estima e alento dispensados a minha pessoa.

Aos Professores do Departamento do Curso de Pós-graduação do Programa em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS), Rodrigo Pereira Medeiros, Peter Herman May, Flávia Souza Rocha e Silvia Regina Goi, Luis Mauro do Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ (Seropédica), pelo respeito, estímulo e carinho no decorrer do curso. Betty Nogueira Rocha pela participação como Membro da Banca, época da qualificação dessa Dissertação, Alain Pascal Kaly e Marta Gomes Lucena de Lima, Membros da Banca Examinadora.

À equipe da Secretaria do PPGPDS, Mariana Kohler, Michelle Moreira Flávia Chaves, Maria Emília Melo e Thais Santos, pelo carinho e atenção dispensada nos anos de exercício do curso.

À Fátima Frazão pela revisão do texto, Fouzia Satour, Joana Oliveira e Luiza Oliveira pelos cuidados na tradução do Resumo (Português – Inglês), Edinelza Souza pelos cuidados para comigo e para com minha *fauna*, Elizabeth Albuquerque por me “abrigar” nas noites longas, Natalia Ribas Guerrero pela estima e apoio, Júlia Ozaki por me ajudar a pintar os sonhos...

Aos meus Caríssimos Amigos (P.E) que permanecem comigo desbravando a inóspita esteira de terra; por suas belíssimas palavras que serão para *sempre estímulo e direcionamento* no meu caminhar “... *O teu universo é com a humanidade, a multidão é a tua maior conquista. O compromisso de doar-se é inevitável, mas a oferta é para os que necessitam. Esse tesouro será então o promissor companheiro de tua nova jornada. O ouro não debes mais te fascinar, o brilho que debes perseguir é o brilho dos corações humanos...*”

Obrigada!

RESUMO

CAMARGO, Renata Ferreira. **Imigrações Contemporâneas no Brasil: Haitianos no Amazonas**. Dissertação (Mestre em Práticas em Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

A presente pesquisa de mestrado objetivou mostrar a atual situação da imigração haitiana na Amazônia, a atuação de atores relevantes no acolhimento dessas pessoas e dos sujeitos efetivos no processo de recepção e atendimento aos mesmos. Dentro desse propósito, entende-se que a realidade das imigrações, na atualidade, é sinalizada por conflitos e confrontos, de caráter absolutamente distintos. A imigração de haitianos para o Brasil, iniciada em dezembro de 2010, já soma cerca de seis mil indivíduos no decurso de quase três anos (2010 e 2013), com seu fluxo de entrada no Brasil localizado na região da tríplice-fronteira Peru-Colômbia-Brasil, município de Tabatinga e de Manaus/AM, definindo a temporalidade e a localização deste estudo. Os métodos utilizados na pesquisa foram o levantamento de dados secundários, bibliográficos e primários obtidos junto aos imigrantes haitianos, em registros iniciais sensibilizadores realizados no início de 2012, em Tabatinga, AM e de entrevistas estruturadas, aplicadas aos imigrantes e os responsáveis por hospedagens em Manaus, AM, em 2013. As análises realizadas permitiram elucidar aspectos relevantes sobre os relatos de viagens dos haitianos no sentido de compreender o núcleo de expulsão relacionado às questões políticas, sociais e econômicas no Haiti e as vivências, as perspectivas, decepções e desafios dos imigrantes no Brasil. Este fenômeno, como demonstra este estudo, assumiu relevância política ao colocar necessidade às comunidades receptoras, aos movimentos sociais e às instâncias governamentais, de acolhimento e regulação dos fluxos, estabelecer critérios de entrada e de permanência no país, envolvendo questões de segurança, saúde, educação, geração de emprego e de renda em situação de vulnerabilidade pessoal e social, sujeitos à ação de aproveitadores.

Palavras-chave: Imigração Haitiana, Tríplice Fronteira, Narrativas, Regulação e Acolhimento.

ABSTRACT

CAMARGO, Renata Ferreira. **Contemporary Immigrations in Brazil: Haitians in the Amazon.** Thesis (Master Degree in Sustainable Development Practices), Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

The related master's research aimed to show the status of Haitian immigration in the Amazon region, the relevant actors in welcoming these people, subjects in the receiving process and their effective treatment. Within this purpose, means the reality of immigration in actuality, signaled by conflict and confrontation in distinct characters. The immigration of Haitians to Brazil started in December 2010 adding approximately six thousands individuals along almost three years (2010 – 2013) with the input stream in Brazil, a phenomenon located in the tri-border location of Peru-Colombia-Brazil, in the city of Tabatinga and Manaus / AM, place that defines temporality and location of this study. The methods used in the research were the collection of secondary data; bibliographic and primary data obtained from the Haitian immigrants in early records, conducted in the beginning of 2012 in Tabatinga, AM, and structured interviews, applied to immigrants and those responsible for their accommodation in Manaus, AM, in 2013. The performed analysis allowed bringing the relevant aspects about the travel reports of Haitians in order to understand their core expulsion related to political, social and economic conditions in Haiti and the experiences, perspectives, disappointments and challenges of immigrants in Brazil. The understanding of the migratory movement - the phenomenon demonstrated by the study, has a political relevance to input necessity to host communities, to social movements and to the government agencies. Regulating flows, establishing criteria for entry and residence in the country and involving issues about full access to the networks of public policies for health, safety, education, to generate employment and income that meet effectively in supporting social and personal vulnerabilities, subject to the action of profiteers.

Keywords: Haitian Immigration, Triple Boarder, Narratives, Regulation and Reception.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1.	Imigração compulsória na Europa e Leste Europeu, 2013	20
Diagrama 1.	Desastres Naturais ocorridos no Haiti (2004 – 2011)	52
Diagrama 2.	Trajectoria dos haitianos por região	46
Mapa 1.	Mesorregião do Alto Solimões	37
Mapa 3.	Rota e movimentação dos Haitianos após o terremoto de 2010	65
Mapa 2.	Fronteiras do Brasil	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 IMIGRAÇÃO: Uma diáspora em movimento e o Haiti.....	18
2.1 A Imigração Compulsória Contemporânea.....	19
2.2 Refugiados Ambientais: desafio das sociedades contemporâneas.....	21
2.3 Territórios e Fronteiras.....	23
2.4 Diferenças entre os fluxos migratórios: refugiados e migrantes.....	24
3 A IMIGRAÇÃO E MIGRAÇÃO NOS PAÍSES DO MERCOSUL.....	27
3.1 Contextualização.....	27
3.2 A Imigração Japonesa na Amazônia.....	30
3.3 A tríplice fronteira: Tabatinga nos confins do Amazonas.....	37
3.4 Amazônia: Símbolo de Algum Lugar.....	39
3.5 Sobre o Trabalho de Campo.....	41
4 O HAITI E A COOPERAÇÃO BRASILEIRA.....	48
4.1 O Haiti.....	48
4.2 O Grande abalo de 2010.....	50
4.3 Cooperação Internacional: Brasil e Haiti.....	53
5 CONFIGURAÇÃO DA IMIGRAÇÃO HAITIANA NO AMAZONAS..	58
5.1 O arriscado trajeto da liberdade.....	58
5.2 Rota utilizada para a migração dos haitianos para o Brasil.....	65
5.3 Acolhimento e lugares de passagens - redes de solidariedades.....	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
7 ESCRITURA PÓS-DEFESA EM ATENÇÃO E AGRADECIMENTO AO DR. ALAIN PASCAL KALY.	72
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
9 ANEXOS.....	80

1 INTRODUÇÃO

O contexto do pensamento imigratório contemporâneo experimenta uma ressignificação socioeconômica, política e ambiental global, caracterizando-se como símbolo de um movimento que ganha dimensões até então inimagináveis. Por um lado, apresenta-se como alternativa potencializadora na inspiração de um espaço dialógico entre as nações e seus indivíduos, a fim de absorverem “a problemática” presença dos (i) migrantes em seus espaços de origem, por outro, os fenômenos sociais deverão incidir, diretamente, na disputa de postos de trabalhos, de habitação, de assistência à saúde e de educação, bem como no processo de inserção na constitucionalidade de direitos humanos. No entanto, outros aspectos deverão ser analisados como, os limites de tolerância, de xenofobia e de aceitabilidade “desse outro” em nosso espaço de trabalho e de morada.

Nas palavras de Milton Santos,

[...] O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo as grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas do entendimento e da crítica da existência (SANTOS, 2011, p. 172) “.

Diante das conjecturas socioeconômicas, geopolíticas e ambientais globais presentes na atualidade, de certa forma alimentadora, também, dos fluxos migratórios, têm instigado sobremaneira o indivíduo na busca de condições dignas para sobreviver e reproduzir-se diante do universo, mas para que isso se torne autêntico, imprescindível estar empregado e ter meios para assegurar a continuidade da espécie humana sobre o planeta. Neste sentido, as práticas sociais sugerem reflexões profundas e ferramentas no trato da questão, ações céleres e transversais para a absorção e compreensão de uma nova ordem migratória global constituída de uma massa de desempregados.

O movimento migratório – fenômeno que em qualquer lugar continuamente desafia a capacidade de respostas tanto dos movimentos sociais quanto dos governos – assume relevância política quando há necessidade de regular os fluxos e estabelecer critérios para entrada e permanência dos mesmos no país. Do mesmo modo que provoca os Estados Nações e suas estruturas governamentais a se deslocarem de seu tempo pretérito e a instituírem o direito ao desenvolvimento humano por meio do acesso pleno às redes de políticas públicas voltadas para a segurança, saúde, educação, a geração de emprego e renda que atendam efetivamente esses indivíduos em situação de vulnerabilidade pessoal e social, sujeitos à ação de aproveitadores.

Apesar desta vivência de vulnerabilidades sociais os haitianos imigrantes seriam *sujeitos efetivos*. (MOREIRA, 2009; 2012). Para o autor:

“Essa noção de *sujeito efetivo* representa a capacidade que um agricultor familiar ou os agricultores familiares têm de agir deliberada e explicitamente para modificar a sua lei, isto é, a sua forma, sua regulação social e psíquica”. (MOREIRA, 2009, p. 64-65).

Ao apresentar sua noção de sujeito efetivo para falar dos agricultores familiares, o autor esclarece ter lançado

“mão das elaborações de Elias e Scotson (2000) – suas teorias de configurações sociais e de estigmatização –, de Bourdieu (1989) – sua maneira de conceber o mundo simbólico e as histórias objetivadas e internalizadas – e de Castoriadis (1999)

– sua instituição imaginária da sociedade, suas críticas às filosofias do positivismo e do essencialismo e seu reconhecimento de um *sujeito efetivo*”. (MOREIRA, 2009, p. 64-65).

Citando Castoriadis, Moreira insiste que os sujeitos efetivos seriam sempre sujeitos sócio-históricos, sujeitos no sentido pleno, não apenas produtos de suas condições social-históricas, mas sujeitos para si e, particularmente, psiquismos humanos (CASTORIADIS, 1999, p. 138-139) (*apud* MOREIRA, 2009). Em (MOREIRA, 2012) o autor retoma este conceito em suas elaborações sobre identidades complexas e de *subalternia*.

Citando (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19-50) (*apud*, MOREIRA, 2009) afirma que estes autores

“ao postularem uma teoria da sociodinâmica das relações sociais, das estigmatizações e das figurações sociais dos estabelecidos e *outsiders* – das imagens do eu-nós e do nós-outros – revelam dois tipos de funções reguladoras, classificadas como “sociais” e “psicológicas”. As duas dimensões – a estigmatização e as figurações sociais –, que colocam as pessoas e as identidades sociais, em nosso caso os agricultores familiares na condição de subalternos – *outsiders* dos poderes hegemônicos estabelecidos –, e a construção das imagens do eu-nós e do nós-outros, revelando dois tipos de funções reguladoras, sociais e psicológicas (ELIAS; SCOTSON, 2000), permitir-nos-ão falar das gêneses sociais e psíquicas e das mutações sócio-históricas do *sujeito* social *efetivo*, que se constituiu como agricultura familiar na sociedade”. (MOREIRA, 2009, p. 64-65).

Estaremos adotando como pressuposto que os “nossos” imigrantes haitianos, apesar das condições sócio-históricas vividas em seus roteiros de viagem e das condições de acolhimento, em Tabatinga ou Manaus, onde realizamos nosso trabalho de campo seriam *sujeitos efetivos*. As decisões que tomaram ao imigrar, a aceitação dos riscos em situação de incerteza e indeterminação em suas relações com os *coiotes*¹ e com os brasileiros e os governos no Brasil, e, apesar dos medos e receios, das separações dos familiares e incerteza de conseguirem acolhimento e trabalho dignos, são sujeitos para si e, particularmente, psiquismos humanos em busca de reconstrução de suas vidas e de realização de seus sonhos de um porvir melhor para si e os seus. Análogos a todo o tipo de imigrantes contemporâneos, que por diversas e complexas razões decidem pela imigração.

As identidades sociais se constroem em processos complexos de co-determinação em relações, em vivências de situações eu-outro, eu-nós, e nós-outros (MOREIRA, 2009), em tensões e conflitos diversos de ordem local-global. (RICOTTO; MOREIRA, 2007, p. 76-92)

Os fatores condicionantes diante da complexidade do fenômeno migratório atuais são diversos, e o primeiro deles, avaliando-se em termos de massa populacional, é o fator econômico. Sabe-se que os fluxos migratórios no decurso de sua história sempre se apresentaram como um movimento de mudanças profundas e de desenvolvimento recíproco para as sociedades. No entanto, na maioria das vezes, o baixo poder aquisitivo de significativa parte dos imigrantes empurra os indivíduos para situações frequentemente contrárias à sua vontade.

Diretamente atrelado ao fator econômico vem, em segundo plano, o fator social, entendido aqui como o “berço”, ou seja, a origem, a educação familiar. Pessoas educadas e preparadas familiarmente se veem bruscamente impelidas a uma realidade adversa, na qual prevalecem outros valores, que não os morais. Isto ocorre principalmente quando alguns grupos, acostumados a um determinado estilo de vida, são atingidos por acontecimentos que

¹A apresentação da figura do coioite será apresentada oportunamente. Adianto que se refere aos agenciadores e responsáveis pelos fluxos clandestinos e ilegais de tráfico de pessoas.

necessariamente os “forçam” a tomadas de decisões, levando-os a uma “convivência forçada” com pessoas cujos valores, costumes e idiomas são diferentes dos seus.

Vale ressaltar que essa dissociação entre os fatores sociais e econômicos, na maior parte dos casos intimamente ligados, está sendo feita para efeito de uma melhor compreensão de determinadas situações nas quais – embora situados na mesma faixa ou situação econômica – a imigração haitiana que circula por vários países, principalmente depois do terremoto de 2010, não o faz por um simples ato de bel-prazer, mas sim, por imposições de ordem econômica e social.

Outro fator a ser enfrentado pelos imigrantes é a competição. O amplo mercado oferecido para os diferenciados talentos individuais direciona a seletividade, acentuada pela expansão comercial e industrial, exigindo novas especializações de tarefas e divisões do trabalho. O resultado disso é uma organização baseada em interesses ocupacionais, em detrimento dos laços familiares, que antes determinavam a organização social, econômica, e da tradição, criando um tipo de solidariedade social, baseada em interesses comuns.

Este tipo de solidariedade social pode ser vista como solidariedade orgânica típica das sociedades capitalistas, onde por meio da célebre divisão do trabalho social, os indivíduos se tornavam interdependentes. Essa interdependência assegura a união social, em oposição aos costumes, às tradições e às relações sociais estreitas, baseadas agora em interesses comuns e de sobrevivência. (DURKHEIM, 1963).

Esta pesquisa buscou trazer, por meio de uma investigação científica e constante processo de sistematização de trabalhos empíricos, a conjuntura da imigração haitiana na Amazônia iniciada em dezembro de 2010, via Tríplice-Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, que até o momento já somam aproximadamente seis mil indivíduos no decurso de quase três anos (2010 a 2013).

De forma mais direta, podemos dizer que o elemento principal desta investigação é, por meio de amostragem com um grupo determinado, analisar de forma sistemática o fluxo da emergente imigração haitiana no município de Manaus e de Tabatinga, no Amazonas e Brasileira, no Acre, a partir da abordagem da situação vivenciada por eles desde a saída do Haiti até a chegada ao Brasil, passando pela atuação ativa dos sujeitos no processo de acolhimento e, por fim, a elaboração de um registro sobre relatos de viagens dos haitianos no sentido de compreender o núcleo de expulsão, questões políticas, sociais e econômicas no país de origem, perspectivas, decepções e desafios das famílias no Brasil.

Do mesmo modo, a pesquisa procurou identificar elementos que venham a contribuir nas discussões sobre os fluxos migratórios contemporâneos no Brasil. Assim, o objetivo deste trabalho é o de reconhecer a situação dos imigrantes nessa região brasileira. Vale dizer que a busca desses objetivos é, em si própria, uma espécie de autodisciplinamento e espanto em torno dos limites e das possibilidades de uma pesquisa de campo. Enfocar um grupo dessa natureza na sociedade contemporânea é também desfazer expectativas idealizadas de uma convivência “sob controle” entre quem faz a pesquisa, quanto ao método utilizado e quem se deixa pesquisar. No caso em exame, as situações de “risco” de não alcançar o objetivo proposto, parece constituir frequência, a regularidade, não a exceção.

Outras finalidades se impõem ao exercício do trabalho de composição desta tarefa, tais sejam: o manejo de técnicas de abordagem para a aquisição de conhecimento de um evento social determinado, e, ainda, um esforço de aproximação aos problemas de classificação e de compreensão de processos sociais especiais.

Inseridos no fenômeno dos novos fluxos de mobilidade humana no Brasil, o grupo em questão encontra-se marcado por conflitos e confrontos de caráter absolutamente caracterizado em relação às imigrações que se deram a partir do início do século XX. No entanto, sob a ótica dos direitos humanos, baseada na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967 das Nações Unidas encontram-se, em parte, em conformidade com as políticas nacionais

que regulam a política de refúgio. É necessário destacar que não há caracterização de refúgio para desastres naturais, não sendo o caso de aplicação da Convenção de Genebra, de 1951, ou da Lei n. 9.474 de 22.7.1997. Na circunstância dos haitianos foram empregadas ações interventivas, mediante a concessão de um visto de caráter humanitário, conferido a partir do início de janeiro de 2012, segundo as resoluções 97 e 102 do Conselho Nacional de Imigração.

Observamos que os sujeitos efetivos da pesquisa se inserem em um contexto onde os problemas sociais e econômicos estão superlativizados (desemprego, marginalidade, narcotráfico, prostituição, estruturas de saúde e de educação pouco eficientes), em municípios amazônicos que enfrentam as dificuldades típicas das cidades brasileiras, agravadas, porém, por sua localização geográfica fronteira e das implicações decorrentes desta singularidade, qual seja, a necessidade de proteção física do território brasileiro em um complexo contexto geográfico, geopolítico, socioeconômico e cultural de análise desta nova conjuntura amazônica.

Para a eleição do suporte teórico de investigação, a pesquisa encontra-se dividida em cinco partes distintas. O capítulo 2 compreende a imigração como uma diáspora em movimentos constantes, com ênfase nas diversas categorias de migrações, em evidência; os migrantes econômicos, refugiados e deslocados por guerra civil e narcotráfico, exilados políticos e religiosos que saem de suas pátrias em busca de proteção e de sobrevivência econômica. Dentre estas categorias encontram-se também refugiados ambientais que, aos poucos, vão se multiplicando de forma eminente, expressando para as sociedades contemporâneas, seus territórios e fronteiras, imediatos e intrincados desafios de como lidar com os *“deslocados compulsórios, os reassentados, os refugiados e repatriados e deportados, os expulsos e clandestinos”* (VAINER, 2001).

No capítulo 3 é dada ênfase à ocorrência das (i) migrações nos países do MERCOSUL, no argumento de que o fenômeno da globalização propicia uma maior mobilidade no globo, assim como as novas tecnologias na comunicação e nos transportes facilitam as migrações e difundem ideias de desenvolvimento que muitas vezes esbarram em políticas imigratórias restritivas (BONASSI, 2000). Neste capítulo, a imigração japonesa na Amazônia é questão destaque para o entendimento deste processo em território amazônico, demonstrando qualquer restrição a respeito de concessões de grandes áreas nos estados do Amazonas e Pará para capitalistas japoneses.

Consta também no capítulo 4, como forma de enriquecer esta investigação, o acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Haiti no ano de 2004, seu desenvolvimento, efeitos e ações bem sucedidas. Um acordo que estabelece iniciativas de auxílio técnico a médio e longo prazos, de contorno estruturante voltado para o desenvolvimento autônomo e sustentável, mediante o exercício de uma política externa da não indiferença, que conjuga solidariedade e pleno respeito à soberania do povo haitiano.

No Capítulo 5, da configuração da imigração haitiana no Amazonas, buscamos contextualizar elementos socioeconômicos do cenário de acolhimento, da precária realidade física estrutural da tríplice fronteira, a rota utilizada pelos haitianos até o Brasil evidenciando lugares de passagens e acolhimento dos haitianos pelas instituições brasileiras, além das perspectivas que desejam trilhar no Brasil.

Para esta avaliação serão apresentados os resultados de uma abordagem quantitativa a partir de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, na busca de compreender os dados obtidos no instrumento utilizado, que se caracterizou pelo questionamento direto às pessoas sobre determinado fenômeno estudado. O objetivo último de uma pesquisa deste tipo é permitir aos pesquisadores generalizar sobre um grupo amplo da população ao estudar uma porção pequena desta (REA, PARKER, 1997; GIL, 2007). A elaboração de ideias e, portanto, do conhecimento, tem um caráter social:

“as ideias e o conhecimento são representações da vida do ser humano, num dado momento de sua história; em outras palavras, o conhecimento reflete o contexto social no qual é produzido. Ao lado disso, o conhecimento não é fruto da atividade isolada do ser humano; ao contrário, tem um caráter coletivo, mesmo quando formulado ou defendido por um único homem” (MOROZ E GIANFALDONI, 2002; p. 9).

Na investigação, de um universo de aproximadamente 6.000 (seis mil) indivíduos entre homens e mulheres que ingressaram no Brasil via Tríplice Fronteira, no período de 2010 a 2013, foi extraída uma amostragem de 35 (trinta e cinco) haitianos, 33 do sexo masculino, e 2 do sexo feminino com idades entre 25 e 39 anos, com profissões diversificadas, (30 haitianos residentes em Manaus) e 5 em Tabatinga, ambos localizados no Amazonas. Utilizaram-se questionários de entrevista (Anexo A), próprio, impresso, os quais foram aplicados no período de 25 de março a 2 de abril de 2013. Apesar da limitação do tempo para a realização da pesquisa, foi possível conhecer em parte a realidade e algumas circunstâncias vividas por eles desde a saída do Haiti até a chegada ao Brasil, à atuação ativa dos sujeitos no processo de acolhimento e uns poucos relatos de viagens; elementos significantes para estudos posteriores.

A eleição pela escolha do universo e da amostra deveu-se à complexidade do assunto tratado, uma vez que exigiu dos entrevistados noção acerca dos artifícios de imigração para o Brasil. O universo pesquisado designa a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características para um determinado estudo (REA, PARKER, 1997; GIL, 2007). Portanto, a pesquisa de campo foi direcionada aos imigrantes haitianos residentes em Manaus, ano de 2013 e haitianos à espera de visto no município de Tabatinga, fevereiro de 2012.

Durante uma semana acompanhamos trinta haitianos, do sexo masculino, com idade entre 25 e 39 anos, com profissões diversificadas, residentes nas zonas periféricas da cidade de Manaus, a partir de encontros agendados no “escritório dos haitianos”, onde se reúnem para trocas de informações, buscas de emprego e ajuda mútua. Neste espaço foi possível aplicar o questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, sentados ora na guia da calçada ou em um de tronco de madeira centralizado entre a parede e a porta de entrada do escritório.

Esse espaço foi prontamente cedido pelo padre Gelmino Costa, responsável pela Paróquia de São Geraldo de Manaus, que vem coordenando os abrigos de haitianos em Manaus por meio do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) realizando ações de acolhimento emergencial e assistencial, de encaminhamentos às institucionais de saúde, serviço social e da tramitação de documentos dos migrantes nacionais e estrangeiros, sobretudo os que se encontram em Manaus. Um espaço onde acontecem as articulações com possíveis parcerias, que acolhem os recém-chegados, os que não sabem falar o português e os que já moram na cidade. Ou seja, um lugar de entretenimento, local de telefonemas para familiares e amigos que ficaram no Haiti, além de ser um ambiente de referência de convívio social e cultural dos mesmos.

Tendo em vista a elaboração dos objetivos desta pesquisa, a eleição dos sujeitos deste estudo se deu de forma intencional, ou seja, não probabilística, em que os critérios foram apontados pelo investigador. A amostragem não probabilística é considerada um tipo de amostra que possibilita investigar todos os envolvidos com o objeto de estudo, por ele se chegando aos outros sujeitos que possam prestar informações sobre o que está sendo investigado (MATTAR, 1996; p. 132).

Foi empregada a amostra não probabilística por utilizar uma amostragem por conveniência, ou seja, indivíduos selecionados sujeitos à sua realidade (imigrantes do Haiti) para participar da pesquisa. Outro motivo para escolha da amostra é que o uso deste tipo de

amostragem permitiu segurança, produziu resultados satisfatórios e com menor custo. A escolha dos sujeitos obedeceu aos seguintes critérios: facilidade de acesso e aceitação e recepção por parte dos sujeitos pesquisados. A escolha desses critérios permitiu obter uma boa representatividade de toda a área de estudo determinada.

Sobre a sistematização das informações coletadas na pesquisa de campo, estas se encontram preservadas, a fim de assegurar segurança de suas identidades e garantia dos direitos de estadia e sobrevivência dos haitianos em território nacional. Também com o mesmo argumento optou-se por colocar apenas as iniciativas dos nomes e sobrenomes.

O interesse por esta temática está no cerne de minha história pessoal e profissional. Minha vida passou a ter “sentido” quando passei a ser uma “imigrante” nata em busca de conhecimentos e de realizações pessoais. Não foi uma busca voltada para questões financeiras, mas sim o de conhecer lugares, pessoas e seus modos de vida, que sabia que existiam além da pequena cidade onde nascera.

Esta busca desenfreada por ir, mostrou-me de muito perto as condições de indivíduos e famílias que, por algum tipo de privação, circulavam e se estabeleceram pelo mundo em busca de melhores condições de vida. Mas foi em Manaus no ano de 1994, quando retornei aos estudos na Universidade Federal do Amazonas, onde cursei Ciências Sociais, a fim de obter respaldo técnico científico para as atividades que vinha desenvolvendo no campo social, cultural e de desenvolvimento humano das populações ribeirinhas e indígenas da Amazônia que o interesse pela temática surgiu e se aprofundou no passar dos tempos.

Nessa época desenvolvi o projeto de pesquisa com o argumento “Era Moderna – Emergência de Agrupamentos Sociais Urbanos”, sob a orientação da Professora Doutora Marilene Correa, da própria Universidade. Mais adiante, na Itália (2000), enquanto frequentava o curso de formação de “Adido Cultural na Europa”, muitas foram as aulas práticas sobre a questão dos imigrantes recém-chegados ao país, provenientes de várias partes dos países do Leste europeu, países africanos e de muitos outros lugares.

Do mesmo modo que foi fortemente provocada, quando em fevereiro de 2012 trabalhava numa consultoria para a FUNAI e GIZ - Levantamento e Diagnóstico da Situação e Implementação das Políticas Sociais de Direitos de Promoção Social de Benefícios aos Povos Indígenas da região da Tríplice Fronteira, em Atalaia do Norte e Tabatinga (Noroeste da Amazônia) me deparei com aproximadamente 1.300 haitianos recém-chegados no município. Fenômeno até então “desconhecido”, porém alimentador de investigação social.

A formatação da idéia original proposta para o mestrado no Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em agosto de 2011, com a temática “Imigração Contemporânea no Brasil: haitianos no Amazonas”, sob a orientação do Professor Doutor Roberto José Moreira, da própria Universidade, passou por poucas alterações desde o seu início. Nesse sentido, vale afirmar que as orientações para a elaboração desta pesquisa só foram possíveis pelo interesse e empenho dos Professores Roberto José Moreira e Marilene Corrêa da Silva Freitas. Ambos de compromisso inigualável com a causa humana.

2 IMIGRAÇÃO: Uma diáspora em movimento e o Haiti

Nas diversas esferas da imigração contemporânea encontram-se os migrantes econômicos, os refugiados, os exilados, os deslocados que saem de suas cidades ou de suas pátrias, de forma eminentemente compulsória, em busca de melhores condições de sobrevivência.

Intrínsecos a este universo estão calculados na matemática migratória² os refugiados provenientes de guerras civis, de refugiados políticos e religiosos, afugentados pelo narcotráfico, de desastres naturais e de mudanças climáticas, revelando para as próximas décadas o crescimento da população urbana, impactando no aumento sem precedentes da favelização, do consumismo, da violência, da escassez de alimentos e elevação dos preços, potencializando, ainda mais, os conflitos por recursos naturais já em exaustão em algumas regiões; configurando formas dramáticas na percepção das desigualdades entre os povos, estilos de vida e visões de mundo, repercutindo diretamente nas suas práticas sociais, sobretudo, dos mais jovens.

Na visão de Gonçalves,

“a emigração é um fenômeno social que, sob diferentes formas, aparece ao longo da história humana. Embora os migrantes tenham experiências comuns, a própria migração é um fenômeno diverso e complexo. Criando tipologias que fundamentalmente precisam “ser diferenciados pelo gênero, classe social, etnicidade, pela razão da migração, pela idade, pela forma de migração, pela natureza e influência na economia global” (GONÇALVES, 2009, p. 23).

Corroborando com a visão de Gonçalves, o jornalista Lauria³ expande essa mesma discussão no sentido de que:

“a economia e as sociedades se internacionalizam, o processo migratório acompanha, fazendo com que tenhamos uma nova realidade migratória no mundo. A diáspora era, antes, para a América do Norte e Europa, principalmente para a França. Hoje, o Brasil é um dos países mais procurados. No governo do Presidente Lula, 45 mil imigrantes ilegais foram anistiados. É possível dizer que a atual política de imigração no Brasil é mais reativa do que no passado. A verdade é que o nosso país impõe uma série de travas aos imigrantes, sejam refugiados ou não. Temos problemas institucionais para tratar essa questão”.

No bojo desta centralidade e da presença de suas multi-realidades, a questão migratória, em sua grande parte, é acompanhante do desenfreado “desenvolvimento”, com predomínio econômico sobre todos os acontecimentos que permeiam as relações humanas nesta época de transformações, a serem aceitos ou rejeitados em função de interesses que não sejam os econômicos.

² Nota do autor: entende-se como *matemática migratória* o resultado da somatória de fatores geradores de conflito que determinam as causas dos fluxos migratórios.

³ A Questão dos Imigrantes Haitianos. Disponível em:

<http://acritica.uol.com.br/blogs/blogdoleliolauria/imigranteshaitianos7633606635.html>. Acesso em 10 de maio de 2013.

No caso em questão, os haitianos que vieram para o país tentar condições melhores de vida foram seduzidos pelo crescimento econômico do Brasil, que de modo recente se tornou a sexta economia mundial e pelas grandes obras de infraestrutura com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. A diáspora haitiana tornou-se mais visível após o grande terremoto que em 12 de janeiro de 2010 devastou um dos países mais pobres do mundo. Cerca de cinco mil haitianos escolheram este país como destino desde então, segundo o Instituto de Migrações e Direitos Humanos.

Em resposta aos recentes fluxos migratórios de haitianos dentro do território brasileiro, o governo passou a adotar, para fins de regularização, um conjunto de medidas de promoção e prevenção, como o visto humanitário que lhes garantiu a permanência no Brasil por cinco anos, assim como poderá se renovar por semelhante período e, dependendo da situação, trocado pelo visto permanente, em decorrência “das responsabilidades diplomáticas e históricas que o Brasil tem com o povo do Haiti”, conforme a fala do Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, em Rede Nacional de Televisão de 10 de abril de 2013.

2.1 A imigração compulsória contemporânea

Como destaca o Papa Bento XVI, o fenômeno da imigração compulsória no decurso do Século XX correlacionados com a globalização, adquiriu uma alternativa estruturante voltada para minimizar a pobreza de muitas famílias e pessoas, apresentando-se como uma característica atual do mercado de trabalho em nível mundial, tendo afirmado o sumo pontífice que “Esse tipo de migração é consequência, dentre outras coisas, do poderoso estímulo exercido pela globalização”⁴;

“cerca de 10% da população mundial, enfim, migram atualmente para se salvar dos pavores econômicos e de suas consequências. Desemprego em massa e pauperização tornaram-se condição estrutural do mundo contemporâneo. Os migrantes não constituem mais um ‘exercito industrial de reserva’, mas, sim, integram um ‘lixo social’ de difícil reciclagem humanística” (HEIDEMANN, 2004, p.28).

Com desequilíbrio financeiro da maior economia do mundo, isto é, os Estados Unidos, em 2008, muitos países passaram a viver em revulsão e recessão generalizada, deixando sequelas em muitos países, principalmente os mais pobres. Observa-se como extensão desta crise, em larga escala, o favorecimento da expansão dos fluxos migratórios compulsórios. Neste sentido, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), “cerca de 10% da população mundial migram atualmente para se salvar dos pavores econômicos e de suas consequências”.

Igualmente neste contexto de desequilíbrio financeiro mundial, uma nova realidade se apresenta originando elementos inquietantes para os próximos tempos, embora existam diferenças regionais, como a taxa de desemprego juvenil em nível mundial que continua crescendo e deve alcançar 12,8% em 2019, anulando os progressos alcançados no começo do período de recuperação econômica. O trabalho temporário ou tempo parcial tem sido a única opção de fonte de renda para muitos jovens, segundo o Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre tendência do emprego juvenil;

⁴ Papa Bento XVI. Migrações: sinal dos Tempos. Mensagem para o 92º dia mundial do migrante e do refugiado (2005). Vaticano, 18 de Outubro de 2005. Boletim do SPM nº Especial - Ano II - novembro 2005.

"esses números evidenciam a necessidade de focarmos em políticas que promovam o crescimento, a melhoria da educação e os sistemas de qualificação, além do emprego juvenil. Nesse cenário os chamados empregos seguros, que eram norma para as gerações anteriores, pelo menos nas economias avançadas, tornam-se menos acessíveis para os jovens de hoje, em consequência das novas configurações de trabalho e persistência da política econômica hegemônica presente em países em desenvolvimento" (OIT, 2013).

Muito além destas configurações, o “desemprego em massa” se apresenta no mesmo ritmo de grande expectativa global, tendo como referência também a situação do Velho Continente que vive o maior êxodo em contexto urbano em 50 anos. Com este desemprego recorde e, acima de tudo, perante a ausência de perspectiva, aproximadamente 1 milhão de indivíduos já deixaram seus países de origem em busca de novas oportunidades de emprego, desde que se iniciou a crise financeira mundial, em 2008, essa já está sendo considerada o maior êxodo do Velho Continente em meio século.⁵ A Europa tem, atualmente, 10 milhões a mais de desempregados na comparação ao ano de 2007, segundo consta nos relatórios realizados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (OIT, 2013).

Os vieses migratórios não são algo estanque e ‘bem comportado’, ao contrário, exigem vigilância, acompanhamento e monitoramento de seus governantes, visto que cada vez mais, para os indivíduos, a migração é uma representação do esforço lógico e ativo na busca de novas oportunidades de trabalho na promoção do seu alto desenvolvimento econômico. Conforme consta nos Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), há aproximadamente mais de 175 milhões de migrantes em todo o mundo (2013).

A imigração constitui um fenômeno de importância mundial fazendo parte dos complexos e variados fenômenos sociais, econômicos e políticos que se configuram no interior dos espaços marcados pela globalização. A imigração não é algo estanque e ‘bem comportado’. (UNITED NATIONS, 1998).

As imigrações compulsórias na Europa e no Leste Europeu (Quadro 1) têm sido o “passe livre” para a mobilidade e fluxos humanos em busca de trabalho e renda, que seja temporária ou não, expressando o momento em que vive a economia europeia depois da crise instalada depois de 2008 a partir dos Estados Unidos, afetando diretamente pessoas, famílias ou grupos sociais ao deslocamento.

Convém lembrar que países como a Inglaterra, Estados Unidos, Itália, dentre outros, desde há décadas vêm barrando ou limitando a entrada de migrantes em seus países, regulamentando normativas com apoio, sobretudo, de seus cidadãos.

Quadro 1 – Imigração compulsória na Europa e Leste Europeu, 2013

LOCAL	INFORMAÇÃO
Espanha	400 mil espanhóis já abandonaram o país, segundo dados oficiais do Escritório de Migração da Espanha, que atualmente tem 27% de desemprego, sendo essa taxa mais elevada entre os jovens, com 57%. Muitos foram para Alemanha, Suíça, Brasil e outros países da América do sul a procura de trabalho.
Alemanha	A Agência Federal de Emprego Alemã aponta que o número de trabalhadores espanhóis aumentou 16% em apenas um ano, e 50,2 mil espanhóis imigraram para a Alemanha a procura de emprego.
Portugal	Os dados do governo português apontam que o país encolheu e já perdeu

⁵CHADE, Jamil. Europa vive êxodo em 50 anos. 2008. Disponível em: www.estadao.com.br/noticias/impresso,europa-vive-maior-exodo-em-50-anos,1028653,0.htm. Acesso em: 5 Maio. 2013.

	2% de sua população. Nos últimos dois anos, 240 mil portugueses saíram do país em busca de novas oportunidades no mercado de trabalho, diante de uma taxa de desemprego recorde de 17%. Somente em 2012, aproximadamente 30 mil portugueses chegaram a Angola.
Irlanda	Mais de 100 mil pessoas abandonaram o país desde que se instaurou a crise da dívida na Europa. Mas, em 2012, a taxa aumentou, ganhando: 3 mil irlandeses saíram do país por mês, representando o maior fluxo migratório desde que problemas, como a fome, atingiram a ilha entre 1845 e 1850.
Grécia	Os gregos também já saíram do país em grande quantidade, pois este atravessa em 2013 o quinto ano de recessão. As estimativas governamentais são de que a Grécia perdeu cerca de 200 mil pessoas, em grande parte, jovens formados.
Leste Europeu	Os países do Leste Europeu, duramente afetados pela crise, também registraram uma fuga o abandono de seus habitantes. A Hungria, que necessitou de um resgate dos demais países, não via uma saída de pessoas em um número tão grande desde a intervenção da União Soviética em Budapeste, depois das revoltas de 1956.
Letônia	Cerca de 10% da população da Letônia também deixou o país desde o início devido à crise. Os eslovacos mudaram para viver no Reino Unido, aproximadamente um a cada cem cidadão da Eslováquia abandonou o país para tentar novas oportunidades nas terras britânicas. Diante desse movimento, os britânicos iniciaram uma campanha como meio de estancar o elevado número de imigrantes, mesmo os europeus.

Fonte: elaborado pela autora (adaptado de sites e fontes diversas, 2013)

2.2 Refugiados Ambientais: desafio das sociedades contemporâneas

Os dados sobre refugiados ambientais ocorridos no mundo e no Brasil são impressionantes e impõe a necessidade de políticas públicas. Em 1755 ocorreu o famoso terremoto de Portugal, que atingiu 8,6 graus na escala Richter, aproximadamente 50.000 pessoas foram vítimas desse incidente, ocasionado por tremores de terra, do tsunami e dos incêndios que devastaram Lisboa. A cidade de Calcutá, Índia, também foi seriamente afetada por um ciclone no ano de 1864 que, ademais a destruição ocasionada por esse fenômeno da natureza e do enorme prejuízo, acarretou em 80.000 vítimas fatais (SPIGNESI, 2005, *apud* MARCELINO, NUNES e KOBIYAMA, 2006).

Mais recentemente outros desastres naturais causaram grandes impactos em diversas regiões do mundo. Levando em consideração os fenômenos naturais que vitimaram milhares de pessoas, destacam-se os terremotos registrados no Japão (1923), URSS (1948), China (1976) e Irã (1990); os alagamentos na China (1931), Guatemala (1949), Bangladesh (1974) e Venezuela (1999); e os ciclones tropicais na Índia (1935), Japão (1959), Bangladesh (1979) e Honduras (1998) (TOBIN e MONTZ, 1997, *apud* MARCELINO, NUNES e KOBIYAMA, 2006). Por fim, está ainda bem presente na memória coletiva a catástrofe ocasionada pelo tsunami de 26 de dezembro de 2004, que atingiu várias nações banhadas pelo Oceano Índico, entre elas a Indonésia, sul da Índia e Sri Lanka. Conforme Kohl *et al.* (2005, *apud* MARCELINO, NUNES e KOBIYAMA, 2006), esse tsunami deixou mais de 170.000 mortos, 50.000 desaparecidos, 1.723.000 desalojados e 500.000 desabrigados.

No entanto, têm-se verificado que a partir da década de 50 houve um aumento significativo na frequência e na intensidade dos desastres naturais em todo o globo (EM-DAT, 2005). Alguns autores defendem a hipótese de que esse aumento dos desastres “naturais está associado diretamente com uma maior exposição e vulnerabilidade da sociedade contemporânea” (NICHOLLS, 2001; PIELKE, 2005; PIELKE *et al.*, 2005). Outros, como Houghton (2003), acreditam “que o principal propulsor têm sido as mudanças globais,” principalmente através da intensificação das instabilidades atmosféricas, como furacões, vendavais e tornados, que causam grandes danos socioeconômicos.

“nas décadas mais recentes aparentemente as secas têm se apresentado com uma frequência e uma intensidade cada vez maiores em grande parte dos países, o que pode estar relacionado ao fenômeno das mudanças climáticas. Consideráveis áreas das Américas do Norte e do Sul, Austrália, Europa e Ásia foram atingidas por secas extremas, acarretando relevantes prejuízos econômicos, sociais e ecológicos” (FREITAS, 2013, p. 2).

Na Austrália, no período de cerca de 100 anos, compreendendo de 1864 a 1965, oito momentos de extrema seca foram identificados, esses, em média, apresentaram uma duração de cinco anos. As secas de longa duração ocorridas no México, que atingiram mais de 60% da superfície do país, demonstraram um desvio de modo negativo em comparação ao total médio anual precipitado maior do que 30% (SANCHO y CERVERA, 1981, *apud* FREITAS, 2013).

Se historiadores não se interessam pelo tema “seca”, resta o questionamento se governantes também teriam o mesmo desinteresse. Nesse sentido, Villa (2000) inicia seu ponto de partida para narrar a história, a geografia, o espaço, as condições climáticas e as características resultantes das intervenções humanas, responsáveis pela produção de peculiaridades dessa “região”, examinadas em suas dimensões propriamente temporais.

Trata-se de um encontro entre as preocupações da História e da Geografia que estão juntas e atentas às relações entre Estado e sociedade no Brasil. Diante dos problemas que, acredita VILLA (2000), deveriam ser enfrentados os da terra, como a reforma agrária e a criação de lavouras secas e o da água com o armazenamento, além da utilização, socialmente, dos recursos hídricos, se plantariam os “condottieri do atraso”, a elite social e política nordestina. Eis, então, uma questão para os historiadores: “Os fatores de conservação transformaram o semiárido em uma região aparentemente sem história, dada a permanência e imutabilidade dos problemas”. Como se com o decorrer das décadas nada tivesse se alterado e o presente fosse um eterno passado.

Inquestionavelmente, o que se observa ao longo da história dos anos ou dos sucessivos anos é que a cada seca, e mesmo no intervalo entre uma e outra, milhares de nordestinos abandonaram a região. Devido à falta de esperança de mudanças na história das suas cidades, foram buscar em outras paragens a solução para a sobrevivência das suas famílias. Foi nos sertões que “permaneceu inalterado o poder pessoal dos coronéis, petrificado durante o populismo e pela migração de milhões de nordestinos para o sul” (VILLA, 2000, p. 252).

Vale dizer que para VILLA (2000) ou para qualquer outro – estudioso ou não – não é fácil explicar esta persistência, de onde ela emerge e como se alimenta. Sobremaneira, acredita-se que nas respostas àquela situação encontram-se elos dessa corrente do passado. Uma rigorosa evasão das populações, de um lado, fazendo de cidades e roças fontes ininterruptas de mão de obra de menor valor e reiterando culturalmente as classes sociais elevadas e políticas. De outra sorte, transformando-as em ponto de sustentação política dos governos estaduais e federal, têm sido respostas que aprisionam os homens à realidade que querem evitar.

As perguntas sem as devidas e coerentes respostas são inúmeras. Por exemplo, questiona-se se seria por dever de ofício que o ministro do interior do governo Figueiredo, Mário Andreazza, à ocasião – aspirante à presidência da República – teria feito próximo de sessenta visitas ao Nordeste, entre 1979-1981. Do mesmo modo é também curiosa a omissão dos opositores políticos em relação às secas. O Partido Comunista Brasileiro (PC do B) comenta o autor, "omitiu-se politicamente durante os flagelos" e "nunca se dispôs a apresentar um programa para a região" (VILLA, 2000, p. 253).

No nordeste brasileiro, os últimos períodos registrados de grandes secas foram os nos anos de 1981 a 1983, de 1992 a 1993 e no ano de 2002 a 2003. O nordeste brasileiro é formado por larga variação interanual de sua precipitação (MAGALHÃES, 1993, *apud* FREITAS, 2013). Estes períodos trazem como consequências a fome e êxodo do povo que mora na zona rural, sobretudo em termos agrícolas, migrando esses indivíduos em direção ao sul do País (décadas de 70 e 80) ou em direção às grandes metrópoles do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador), localizadas nas áreas litorâneas (na década de 90). O "Polígono das Secas" cobre uma área de cerca de 940.000 km², envolvendo partes de quase todos os estados do nordeste. Sendo a agricultura ainda a base da economia da região, períodos prolongados de secas reduzem a umidade do solo, acarretando enormes perdas às culturas.

A perfeita compreensão do fenômeno das secas faz-se, portanto, extremamente necessária para o uso sustentável dos limitados recursos hídricos da região. Além disso, estudos como meio de melhorar a previsão de secas, tomando como base dados hidrometeorológicos disponíveis, e em tempo hábil, de modo que as medidas a serem adotadas no sentido de minorar seus efeitos, possam ser efetivamente realizadas e repercutirem valiosamente para a região que é mais castigada com a seca, o Nordeste do Brasil (FREITAS, 2013).

2.3 Territórios e Fronteiras

É quase que comum em qualquer lugar do mundo as discussões acerca da mobilidade humana e seus fluxos entre fronteiras e territórios. Encontrando espaço apenas no debate das políticas nacionais, focalizadas no âmbito das fronteiras geopolíticas, quando o imigrante passa a ser um "problema" para o país receptor, e na prática nada se realizando (OLIVEIRA, 2006). Entretanto, é comum omitir-se que é tal sistema que favorece o crescimento econômico dos países ricos, que empobrece os países pobres de onde partem os migrantes. Segundo a autora, “quase nada ou pouco é falado sobre políticas migratórias no panorama internacional, a não ser quando se referem à lei de segurança de fronteiras nacionais”.

“estes movimentos migratórios respondem indubitavelmente s demandas do país na industrialização por mão-de-obra barata e sem qualificação para agricultura, alimentação, construção, indústria têxtil, serviços domésticos e cuidados com pessoas doentes, idosos e crianças nas suas residências”.

Com esta afirmação, Márcia Oliveira expressa o sentimento de que em muitas realidades cabem aos migrantes os chamados “trabalhos sujos, perigosos, difíceis, exigentes e indesejáveis. Portanto, dentre as várias causas da migração internacional, destacam-se os conflitos armados, a opressão política, a pobreza, a ausência de redes de segurança para as necessidades fundamentais,” a destruição do ambiente, a falta de equilíbrio demográfico, os

fatores climáticos, o processo acelerado de urbanização e a falta de participação nos processos políticos e muitos outros. (OLIVEIRA, 2006).

Todos esses fatores constituem um conjunto de causas que dão origem a uma emigração de fuga dessas condições de vida. Também nesse contexto se originam os deslocamentos compulsórios, de trabalhadores que ora saíram de suas terras, de seus postos de trabalho e emprego, ora pressionados pela falta de oportunidades e outros fatores, os quais se veem obrigados a migrar em busca de alternativas de sobrevivência.

Os migrantes se tornam, nesse contexto, “uma espécie de "provocação" que incomoda a "ordem pré- estabelecida" e se transformam em parceiros da luta por um mundo solidário, onde haja espaço para todos viverem com dignidade”. (OLIVEIRA, 2006).

A América Latina tem sido destaque no que se refere à emigração em direção à América do Norte, à Europa e à Ásia nas últimas décadas. A discussão em relação a esse tema tem se expandido, ganhando proporções de ordem institucional e nas instâncias não-governamentais. No entanto, muito pouco tem sido feito para a operacionalização de políticas de migração que sejam contemplados tanto o fluxo emigratório internacional quanto o movimento das migrações internas. Outro movimento migratório observado na América Latina é a migração entre os países fronteirísticos. Nos relatórios oficiais, os dados em relação a esse tipo de migração nem sempre são considerados com a merecida relevância pelas autoridades.

Em nível nacional, o Estado brasileiro apresenta várias limitações quando se trata de política de migração que permita a ele o "princípio da reciprocidade", coerente com as “exigências que vem apresentando quanto ao tratamento de migrantes brasileiros no exterior”⁶. A legislação migratória do Brasil, a Lei nº 6.815 datada de 19 de agosto de 1980, foi aos poucos se transformando em políticas controlatórias, que serviram de base para leis profundamente autoritárias e restritivas, editadas pela ditadura militar (SPRANDEL, 2001, p. 98). Foi elaborada sem nenhuma participação da sociedade civil, tendo como referência a Lei de Segurança Nacional.

2.4 Diferenças entre os fluxos migratórios: refugiados e migrantes

Os fluxos migratórios nos países desenvolvidos e em desenvolvimento têm sido um desafio para as realidades econômicas, ambientais e sociais além de tratar-se de desafios com políticas internacionais e internas. Como já destacado anteriormente, os deslocamentos de indivíduos são sintomas de modificações acontecidas socialmente nos Estados-Nações.

Nesse sentido, os fluxos migratórios manifestam-se em todas as nações, sobretudo, naquelas em que está em bom desenvolvimento econômico e que tem inúmeras oportunidades de emprego. Assim como se observa uma real mutação de fluxos em países como no caso europeu da África/França, Índia e Paquistão/Inglaterra, na América do Norte México/Estados Unidos e nos países sul-americanos um exemplo clássico é da Bolívia/Brasil.

Por meio da internacionalização fazem-se necessários os fluxos migratórios, diferenciando os países que são emigratórios e imigratórios. Sobre a questão imigratória Hilly (2003) enfatiza:

⁶Conforme o posicionamento da Comissão Nacional de Direitos Humanos em janeiro de 2004, no decorrer do traslado de cerca de mil brasileiros deportados dos Estados Unidos.

“é desnecessário lembrar que, na Europa, desde os anos de 1960, as migrações representam um papel de mudanças sociais e alimentam, regularmente, os debates sobre a integração e a gestão da diversidade. Mas, diferentemente dos anos 1980, quando os imigrantes e seus filhos se limitavam a manter os laços com seus países de origem a globalização dos anos de 1990 vê o conceito de migração evoluir na medida que os fenômenos de mobilidade se tornam mais complexos. Este último aspecto – ressaltando que o fim do século XX viu a imigração mudar de natureza como produto do prolongamento dos anos 1960 e 1970 – ilustra as orientações segundo convém estabelecer de modo diferente a integração nas sociedades de população estrangeira”. (HILLY, 2003).

No MERCOSUL não é diferente. Os imigrantes gozam dos mesmos direitos de seu país de origem e têm representação social na nação a qual se deslocou. Atualmente, o número de pessoas que deixam seu país tem crescido assustadoramente. Esse contexto engloba aqueles em que deixam o seu país de origem por vontade ou desejo de viver no exterior de maneira legal ou ilegal e os refugiados.⁷

Para Annan os refugiados são “pessoas que vivem fora do seu país de origem, ao qual não podem ou não querem regressar, devido ao receio fundamentado de serem perseguidas” (ANNAN, 2012). Trata-se de indivíduos que não podem viver em seu país de origem por questões, em vezes, perseguições políticas, religiosas, dentre outros motivos.

[...] devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a determinado grupo social e por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira recorrer a proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e estando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde tivera sua residência habitual, não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira a ele regressar. (Human Rights Educations Associates – HREA, 2012)⁸.

Entende-se assim que o refugiado seria o indivíduo que é obrigado a fugir de seu país diante de aspectos políticos, religiosos, militares, ambientais, dentre outros. Desse modo, a imigração é a movimentação de entrada e saída de pessoas com permissão permanente ou temporária em um país, sendo a sua intenção residir ou trabalhar.

No caso dos imigrantes haitianos, a justificativa de regulação do governo brasileiro ao editar a Resolução Normativa nº 97, de 12/01/2012, do Conselho Nacional de Imigração – CNIG, previsto no art. 16, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 explicita razões humanitárias e preocupações controladoras. A Resolução dispõe sobre a concessão do visto permanente aos nacionais do Haiti, condicionado ao prazo de cinco anos, nos termos do art. 18, da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

A própria Resolução do CNIG estabelece como razões humanitárias aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país, em 12 de janeiro de 2010. Ainda de acordo com a Resolução, o visto tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, com limite de até mil e duzentos vistos por ano, correspondendo a uma média de cem concessões por mês. Antes do término do prazo de cinco anos, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade

⁷Para uma aproximação da problemática fronteiriça e a identidades fronteiriça ver (LUCENA; MOREIRA, 2009) onde trabalham aos questões de identidade e território na fronteira binacional Brasil e Uruguai, e a tese de doutorado (LUCENA, 2011) que analisando a mesma fronteira binacional elabora sobre a democracia e cidadania e a questão política das fronteiras no contexto do Mercosul .

⁸Disponível em: www.hrea.org/index.php?doc_id=511, acesso em: 9 jul. 2013.

de Estrangeiro. De acordo com o Ministério da Justiça, em 2011, foram concedidas 1.323 autorizações de residência em caráter humanitário para haitianos.

3 A IMIGRAÇÃO E MIGRAÇÃO NOS PAÍSES DO MERCOSUL

3.1 Contextualização

Em sua obra “Canta, América sem Fronteiras: Imigrantes latino-americanos no Brasil”, Margherita Bonassi (2000) apresenta um estudo das migrações contemporâneas de latino-americanos no Brasil com foco específico no cone sul⁹, aponta desde as dificuldades encontradas até as contribuições que este contingente pode oferecer ao país. Destacando o ganho de importância deste assunto no mundo contemporâneo constituindo um dos desafios deste milênio.

O fenômeno da globalização propicia uma maior mobilidade no globo, assim como novas tecnologias na comunicação e nos transportes facilitam as migrações e difundem ideias de desenvolvimento que muitas vezes esbarram em políticas imigratórias restritivas (BONASSI, 2000). A autora argumenta com Scalabrini que o fenômeno migratório traz em si aspectos positivos e contribuições para o país receptor, desde que seja superada a visão do imigrante como pessoas pobres e analfabetas que trazem problemas para o país que as recebe, uma boa receptividade por parte da sociedade e das autoridades é fator fundamental para extrair todo potencial do fenômeno migratório.

Com Pollini e Scidá, Margherita Bonassi ressalta que os processos de interação entre imigrantes e a sociedade receptora passou a ser estudado na década de 1920 pela abordagem funcionalista que apontava para uma convergência de culturas, em um processo onde a sociedade receptora assimila a cultura dos imigrantes. Já a abordagem marxista confirma esta convergência de culturas, mas nega a forma harmoniosa em que este processo ocorreria segundo a abordagem funcionalista. (BONASSI, 2000).

De acordo com Bonassi, a América do Sul caracterizou-se como área de imigração intercontinental até meados do século XX, onde principalmente os países sul-americanos receberam uma grande quantidade de imigrantes provenientes em sua maioria de países da Europa. Já as migrações limítrofes ganharam importância a partir da década de 1950, com a industrialização de países como Brasil, Argentina e Venezuela.

Apoiando-se em Briquets, a autora elucida que as migrações fronteiriças ocorrem pelas diferenças estruturais dos países, diferentes taxas de crescimento econômico e demográfico e traços socioeconômicos comuns. A demora e as divergências do processo de industrialização da região incitam a migração para aqueles com um nível industrial e econômico superior ao país de origem. (BONASSI, 2000).

O Brasil não apresentava até a década de 1970, relevância nas migrações limítrofes, quando foram iniciadas as políticas de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, influenciado também pelo ganho de força de regimes repressivos em grande parte dos países da América do Sul, tornando o Brasil importante quanto a esse tipo de imigração, além de torná-lo polo de atração dos fluxos a partir de então.

“o Brasil, apesar da recessão, vivia naqueles anos, uma relativa prosperidade, por isso muitos se dirigiam ao país, conhecido como “o país do progresso, do futuro, do milagre econômico”, e também porque o regime ditatorial brasileiro era considerado “menos repressivo” do que de países como Argentina e Chile. Na realidade segundo Atílio Borón, o Brasil continuou sendo um dos mercados mais atrativos para o investimento estrangeiro, apesar da alta inflação e das turbulências políticas e sociais dos anos 80.” (BONASSI, 2000).

⁹Os países do Cone Sul são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Ainda de acordo com BONASSI (2000) na década de 1990, a imigração limítrofe passa a ter foco na busca por desenvolvimento, onde os emigrantes se dirigem para os países mais desenvolvidos do continente em busca de aperfeiçoamento e oportunidades, somando a este fator problemas no país de origem como violência política, falta de perspectivas e deterioração econômica, este fluxo dirigia-se, sobretudo para o Brasil, Argentina e Chile.

Atualmente o cone sul é o maior concentrador de fluxos migratórios da América do Sul, o que mostra ser o perfil imigratório deste contingente com características fechadas.

No Brasil apesar do maior número de imigrantes residentes serem de origem europeia por tradições históricas, os imigrantes sul-americanos são a maioria nos fluxos migratórios recentes, principalmente originários de países do MERCOSUL, pelas facilidades que os nacionais destes países possuem, escapando das políticas migratórias restritivas do país.

Margherita Bonassi, apoiando em estudos de Patarra e Baeninger e de Santilo argumenta que a importância internacional do fenômeno imigratório tem como principal fator a economia, além da geração de mão de obra. A transferência de divisas gera um valor global de remessas em torno de US\$ 70 bilhões. Afirmado que as migrações fronteiriças no cenário atual persistem tanto por antigos fatores como, desemprego, precariedade social e conflitos políticos como de forma espontânea, buscando condições oferecidas por outros países. (BONASSI, 2000).

Um fator decisivo para o direcionamento dos fluxos migratórios são as políticas dos países de origem e destino, na América do Sul nas palavras de Mármora (*apud* BONASSI, 2000): “[...] as políticas migratórias foram se estruturando em função da relação migração e desenvolvimento, desde diferentes perspectivas: econômicas, sociais, culturais ou de consolidação territorial dos Estados Nacionais”.

Apesar das políticas restritivas, a imigração no cone sul manteve-se e se intensificou nas últimas décadas. Novamente de acordo com a autora, os países de América do Sul mantiveram políticas restritivas e seletivas desde a década de 1930, baseando-se em protecionismos, práticas pouco liberais e muita burocracia, apesar deste modelo permanecer quase que inalterado, o advento de novas realidades e as práticas liberais da globalização, têm forçado os países a rever suas políticas imigratórias a fim de adequar-se à nova realidade e às tentativas de integração da região. (BONASSI, 2000).

No Brasil atualmente a regulamentação da imigração no território nacional, é regida pela lei N° 6.815 de 19 de agosto de 1980, esta lei é considerada rígida e restritiva por limitar a permanência¹⁰ no país, exigir extensa lista de documentação e esbarrar na tradicional burocracia. Desta forma o Brasil busca contornar esta situação com acordos regionais, frutos da integração regional do continente, como o já citado Acordo de Residência MERCOSUL.

A autora critica essa lei e mostra a necessidade de adaptação da mesma, visto o atual cenário global que exige cada vez mais a integração entre países, além disso, a dificuldade de permanecer regularmente em um país, ao invés de evitar a migração, apenas alimenta os imigrantes ilegais, e estes sim configuram problemas para o Estado.

Neide Patarra argumenta que as migrações internacionais voltaram a ter relevância no cenário internacional a partir da década de 1980, por problemas localizados e por tentativas de constituição de mercados integrados, no caso, o MERCOSUL. A autora enfatiza que a questão ganha importância para estudiosos, políticos e para população em geral exemplificando com a realização de conferências internacionais da ONU, como a realizada no

¹⁰ Em linhas gerais a permanência definitiva no país só é concedida a estrangeiros com conjugue ou filho brasileiro e em casos especiais a título de reunião familiar, por contrato definitivo de trabalho (julgado pelo Conselho Nacional de Imigração vide aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego) ou por união estável com brasileiro (também julgado pelo Conselho Nacional de Imigração).

Cairo em 1994. Afirma sobre a importância de acordo entre Estados. No caso de blocos econômicos, a autora “demonstra a necessidade de acordos intrablocos mais específicos no caso de livre circulação de pessoas”, pois os países membros tendem a realizar acordos de livre circulação de mercadorias e fatores produtivos e adiar acordos de circulação de trabalhadores. (PATARRA, 1996).

Segundo a autora, o Tratado Comercial do MERCOSUL reúne países do Cone Sul que possuem ao mesmo tempo similaridades e discrepâncias e que se reuniram com o objetivo de se situar no novo contexto global. Ainda de acordo com PATARRA (1996), as migrações internacionais no cone sul apresentam dois padrões distintos, aqueles que se dirigem para países mais industrializados como os Estados Unidos da América e aqueles fluxos que se concentram na migração inter-regional, ressaltando que este segundo padrão cresce à medida que os níveis de educação e industrialização dos países sul-americanos aumentam. Apoiando-se em estudo de Pellegrino a autora ressalta que:

“todos os países envolvidos no processo de integração econômica enfrentam, no período recente, a necessidade de se situar no novo contexto e correlação internacionais de forças, simultaneamente a processos internos e precoces de reestruturação produtiva, endividamento interno e externo, enjugamento do aparelho estatal e, com especificidades locais, deterioração das condições de vida de amplos segmentos de suas populações”. (PATARRA, 1996).

O fenômeno de imigração regional na América do Sul não é um evento recente, no passado as fronteiras já estiveram mais abertas facilitando esses fluxos e motivadas por diferenças regionais e semelhanças históricas e culturais. Para PELLEGRINO (*apud* PATARRA, 1996) os fluxos migratórios intrarregionais recentes advêm da globalização e da integração regional:

“nessas regiões, os processos de integração econômica articulam-se, incrementando intercâmbios econômicos e movimentos populacionais. No Cone Sul, particularmente, as modalidades desses movimentos tendem a se modificarem, tanto entre os países como no interior dos mesmos. Nesse sentido, a recente integração econômica e o aumento das comunicações entre os países que compõem o MERCOSUL tendem a consolidar espaços binacionais com distintas dinâmicas, onde o fluxo migratório é permanente e as atividades econômicas atuam como mercados regionais integrados”. (PATARRA, 1996).

Por fim, a autora demonstra que a tendência migratória das próximas décadas deve manter o crescimento dos fluxos migratórios regionais com o crescimento de blocos econômicos e possíveis cooperações intrablocos para circulação de trabalhadores, como desdobramentos dos acordos e dispositivos estabelecidos entre os governos do MERCOSUL.

Samuel Pinheiro Guimarães (2008) retoma o tema da integração regional ao dizer que a política externa brasileira tem como foco a América do Sul e mais especificamente o MERCOSUL. Isso ocorre, pois o atual cenário da política internacional é dominado por grandes blocos econômicos e dessa forma países médios como os integrantes da América do Sul possuem duas opções, se associarem aos grandes blocos possuindo papel periférico e sem participação nas negociações ou se unir em blocos regionais e passar a ter representatividade no cenário internacional, este segundo o autor é o motivo do interesse especial do Brasil pela MERCOSUL e assim pela unificação do continente sul-americano. Esta integração encontra dificuldades. As discrepâncias internas são enormes. Nas palavras do autor:

“a América do Sul exibe índices de concentração de renda e de riqueza, de pobreza e de indigência, de opulência e luxo, contrastes espantosos entre riquíssimas mansões e palafitas miseráveis, entre excelentes hospitais privados e hospitais públicos

decadentes, entre escolas de Primeiro Mundo e pardeiros escolares”. (GUIMARÃES, 2008).

Mesmo assim, a ausência de conflitos raciais e religiosos são pontos positivos para integração do continente que, apesar das diferenças, possui cultura e formação histórica semelhante. Fica explícito, na visão de Guimarães (2008), que atuações isoladas no cenário político e econômico, não trazem benefícios e dificultam a inserção internacional dos países, por isso o Brasil precisa dos países vizinhos para ganhar maior importância e visibilidade mundial, assim como os demais países de América do Sul necessitam do Brasil para participar das tomadas de decisão.

Por este motivo seria necessário fortalecer os blocos econômicos, no caso do Brasil, o MERCOSUL.

“o Brasil tem como prioridade a cooperação nas áreas de fronteira, cada vez mais vivas, a promoção de eliminação de vistos e de exigências burocráticas que dificultam a circulação de mão de obra e a negociação da concessão de direitos políticos aos cidadãos sul-americanos em todos os países da região, a começar pelo Brasil. A decisão brasileira de tornar obrigatório o espanhol no ensino médio no Brasil contribuirá para o processo de integração social e cultural da América do Sul. (GUIMARÃES, 2008).

Para José Eymard Loguercio (2003) o desejo de fortalecer os laços e aprofundar relações entre os membros, aumentando a relevância e integração do bloco, levou ao Acordo de Residência MERCOSUL, indicando que a integração almejada pelo bloco visaria à livre circulação de pessoas e de relações de trabalho. O autor argumenta que, mesmo antes deste acordo, a Declaração Sócio-Laboral do MERCOSUL já mostrava as preocupações com a livre circulação de trabalhadores nos países membros e cita a declaração:

Art. 4º. Todo trabalhador migrante, independente de sua nacionalidade, tem direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecido aos nacionais do país em que estiver exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação profissional de cada país. (LOGUERCIO, 2003).

Analisando o texto originário do acordo, Loguercio (2003) mostra que este não é apenas um acordo de residência. Os estrangeiros beneficiados e suas famílias terão ainda igualdades e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas da mesma forma que os nacionais do país receptor, assim como direitos trabalhistas e previdenciários, além do tratamento igualitário, ou seja, o estrangeiro deverá receber remuneração e possuir condições de trabalho iguais aos demais trabalhadores daquele país.

No Brasil, uma grande porta de entrada de imigrantes é o Amazonas, devido à sua extensão territorial e por ter grande área de fronteiras. A seguir trata-se da imigração japonesa na Amazônia.

3.2 A Imigração Japonesa na Amazônia

A partir do interesse mútuo dos governos e de empresários, deu-se início à imigração japonesa no Brasil visando dois objetivos: expansão capitalista e garantir a tranquilidade doméstica. Esses dois objetivos foram manifestados em um programa coerente de migração,

para a expansão do comércio internacional e garantia da ordem nacional. No Japão, esse programa foi traduzido como uma campanha concertada por agências e funcionários governamentais, empresas e bancos para exportar pessoas e capitais para o Brasil. Aqui, foram feitos esforços para cooperar com a imigração japonesa, garantir as atividades e as vidas dos imigrantes, como oferta de mão de obra escassa na época. O sucesso dessa diplomacia foi decorrente de uma campanha organizada que explorou a dinâmica da mão de obra dos imigrantes e o conhecimento dos países receptores de migrantes (QUAN, 2004, *apud* HOMMA, 2011).

HOMMA (2011) afirma que a existência de uma imigração qualquer que ocorresse hoje – pelo menos nos moldes da que teria no passado ocorrido com os japoneses – seria considerada “impensável”. Ou seja, em um momento em que a discussão da Amazônia assume caráter delicado com relação à soberania nacional, da destruição dos recursos naturais e da movimentação de recursos genéticos, a imigração japonesa, como foi realizada, pelas razões seguintes:

- Primeiro, pelo fato de ela ter sido iniciada mediante a concessão de grandes áreas nos Estados do Amazonas e Pará para capitalistas japoneses.
- O segundo aspecto está relacionado ao sucesso da transferência de recursos genéticos exóticos, quando a Convenção sobre Diversidade Biológica - um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, no período de 3 a 14 de junho de 1992 - estabeleceu o controle e o acesso aos recursos genéticos dos países.
- A terceira vertente está relacionada ao sucesso da imigração, sempre vista sob os aspectos econômico, social e cultural, escondem impactos sobre o meio ambiente que não foram discutidos até o momento (HOMMA, 2011).

A introdução de diversas atividades agrícolas pelos imigrantes japoneses e a sua disseminação pelos agricultores brasileiros provocaram impactos ambientais diretos e indiretos, que refletiram no nível de desmatamento na Amazônia. A concessão de grandes áreas para estrangeiros na Amazônia não decorreu de uma política pública específica dos Estados do Amazonas e Pará, mas como meio de atender a uma demanda passiva de investidores após a crise da borracha.

Nesse sentido houve um processo de imitação mútua entre os Estados do Pará e Amazonas, o que de certa forma não causava arrepios na soberania nacional, uma vez que os ingleses e americanos já faziam pesados investimentos durante o auge do extrativismo da borracha. Foram os ingleses, franceses e americanos os principais responsáveis pela viabilização da exportação de borracha (portos, linhas de navegação, telegrafia, etc.), serviços (luz, bondes etc.), a venda de produtos industrializados e alimentos para sustentar a economia da borracha (HOMMA, 2011).

Mesmo em São Paulo, que tinha iniciado o processo de imigração em 1908, não havia facilidade para aquisição de terras. As famílias japonesas eram destinadas para trabalhar nas lavouras de café, como mão de obra braçal. Havia a falta de mão de obra operária no país, ainda não totalmente refeita da libertação dos escravos em 1888. A crise de 1929, com a queda nos preços do café, levaram muitas fazendas de café à falência e isso acarretou o barateamento das terras, permitindo que os imigrantes japoneses se instalassem em pequenas propriedades nas proximidades dos principais núcleos urbanos do Estado de São Paulo para plantio de hortaliças e, também, uma mudança para plantios de algodão.

“As concessões de terras para estrangeiros no País passaram a ser questionadas a partir do início da década de 1930. O comportamento belicista do governo japonês com a invasão da Mandchúria em 18 de setembro de 1931, criando o império do Mandchukuo, levantou restrições com relação à imigração japonesa no Brasil sob o risco de se criar o "império do sol poente" (HOMMA, 2011).

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, substituída pela Constituição de 1891, promulgada em 16 de julho de 1934 pela Assembleia Nacional Constituinte já estabelecia no seu artigo 121, parágrafo 6, que foi aprovada depois de acirrado debate:

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (HOMMA, 2011).

E no artigo 130, era determinante com relação à concessão de terras que atingiu as pretensões da imigração japonesa:

Art. 130 - Nenhuma concessão de terras de superfície, superior a dez mil hectares, poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal (HOMMA, 2011).

Nesse sentido, apesar dos esforços de Tsukasa Uyetsuka (1890-1978) com os políticos amazonenses para manter a concessão de mais de um milhão de hectares no Estado do Amazonas, não tiveram sucesso. Essas discussões tiveram início com a apresentação do parecer do senador baiano Alfredo Augusto da Matta (1870-1954), em 30/6/1936, representando o Estado do Amazonas, enfatizando sobre a magnitude da área e do perigo da formação de quistos imigratórios (BRASIL, 1937). Em 22/8/1936, no Rio de Janeiro, na sessão do Senado Federal foi deliberado pela última vez o assunto da Concessão de Terras do Instituto da Amazônia, no qual foi negada a concessão das terras. A Carta de 1934 foi inovadora, mas durou pouco: em 1937, uma constituição já pronta foi outorgada por Getúlio Vargas, transformando o presidente em ditador e o Estado "revolucionário" em autoritário.

Segundo HOMMA (2011), o ataque surpresa da Marinha japonesa à base naval americana de Pearl Harbour em 7 de dezembro de 1941, fez com que, em 28 de janeiro de 1942, fosse decidido o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, Itália e Japão. Essas concessões foram, então, todas anuladas em 10 de março de 1942, quando o governo brasileiro assinou o Decreto-Lei 4.166, autorizando o confisco de bens de súditos alemães, italianos e japoneses, como garantia aos danos causados pelos seus países.

A concessão de terras para os japoneses no Estado do Pará em 1923, o governador do Pará, Antônio Emiliano de Sousa Castro (1875-1951) envia ao primeiro embaixador japonês no Brasil, Hichita Imigração Japonesa na Amazônia: Contribuição na agricultura [...] Tatsuke (1867-1931), a possibilidade da vinda de imigrantes japoneses. Em 1925, já na gestão do governador Dionísio Ausier Bentes (1925-1929), Tatsuke, sentindo a importância de localizar imigrantes japoneses na Amazônia, envia o engenheiro agrônomo Yasuhei Ashizawa, que viera ao Brasil na condição de inspetor agrícola do Ministério das Relações Exteriores, juntamente com o bolsista Hideo Nakano, da Kanebo, para manter contatos com governador do Pará, aproveitando a viagem sobre a cultura do algodão no nordeste brasileiro (HOMMA, 2011).

Conforme adiante, HOMMA (2011) observa que no Estado do Pará o governador Dionísio Ausier Bentes, por meio da Lei 2.746, assinada em 13 de novembro de 1928, concedeu a Hachiro Fukuhara (1874-1943), para a imigração japonesa, 600 mil hectares de

terras em Acará, 400 mil hectares em Monte Alegre e três lotes de 10 mil hectares, sendo um em Marabá, outro na zona da Estrada de Ferro de Bragança (Castanhal) e outro em Conceição do Araguaia.

Lei 2.746, de 13 de novembro de 1928

Autoriza a contractar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a instalação e exploração de núcleos agrícolas em terras devolutas deste Estado.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1 - Fica o Governo do Estado autorizado a contractar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha organizar, a instalar em terras devolutas deste Estado, mediante as condições seguintes:

a) Concessão a título de opção por dois annos, a contar da data do termo de concessão, de um milhão e trinta mil (1.030.000) hectares de terras devolutas do Estado, assim discriminadas:

1.º - Um lote, com quatrocentos mil (400.000) hectares no município de Monte Alegre, limitando a leste pela divisória do município de Prainha, seguindo por este limite até o igarapé Muruia, affluente do igarapé Tucurana que deságua no rio Paru; dahí, seguindo ao norte pela recta do paralelo 0º 50, até encontrar os limites do município de Alenquer, com terras do qual confinará a oeste; ao sul, onde terminarem as terras ocupadas por posses registradas ou possuídas por títulos legítimos. Este lote está situado nas terras do referido município de Monte Alegre, à margem esquerda do rio Amazonas.

2.º - Um lote, com seiscentos mil (600.000) hectares no município de Acará, comprehendendo os terrenos situados entre o município de São Imigração Japonesa na Amazônia: Contribuição na agricultura ...

Domingos da Boa Vista, pelo lado oriental e o município do Moju pelo lado occidental, conforme as divisórias inter-municipaes do Moju pelo lado occidental, conforme as divisórias inter-municipaes e limitado ao sul pelo paralelo 3º 30; e ao norte pelo paralelo da embocadura do igarapé Thomé-Assu, affluente da margem direita do rio Acará-Pequeno, seguindo pela margem esquerda do igarapé Thomé-Assu, até as suas cabeceiras no divisor do município de São Domingos da Boa Vista, e por este divisor para o sul, de modo a abranger todos os tributários superiores do rio Acará Pequeno, assim como os formadores do rio Acará, entre os paralelos descriptos ao norte e ao sul do lote.

3.º - Um lote de 10.000 hectares no município de Marabá.

4.º - Um lote de 10.000 hectares no município de Conceição do Araguaia.

5.º - Um lote de 10.000 hectares na zona da Estrada de Ferro de Bragança. O concessionário terá o prazo de dois annos para determinar a escolha das terras indicadas nas alíneas 3\ 4a e sa, obrigando-se a fazer pesquisas scientificas nas mesmas.

- 1.0 - No caso de não chegarem as terras especificadas no art. 1º a completar a área concedida, fica o Governo obrigado a fazê-lo em outro local, sem prejuízo para o concessionário e à sua escolha.

- 2.0 - Na concessão dos lotes pedidos ficam ressaltadas e excluídas as terras possuídas por título legítimo de particulares.

Art. 2º. - O concessionário tem direito mais aos seguintes favores:

a) De construir estradas de ferro e de rodagem entre as colônias que installar no rio Acará e o rio Tocantins, gosando do privilégio de zona de dez kilometros de terras devolutas de cada lado das estradas que fizer para esse fim.

b) Fundar e manter estações experimentaes agrícolas e fazendas agropecuárias sob a direcção de técnicos de sua escolha e administração.

c) Utilizar as quedas d'agua para produção da energia electrica, construindo e custeando as instalações necessárias para esse fim, inclusive represas e açudes, de toda espécie de estructura e meio de transmissão destinados a fazer girar e transportar a energia de corrente a quaesquer fábricas, armazéns, depósitos ou edificios de toda a natureza pertencentes ao concessionário.

Se for indispensável ao concessionário utilizar-se da força hydraulica existente fora das terras da concessão e pertencentes a terceiros, terá o concessionário o direito de pedir a desapropriação das mesmas de accordo com a legislação respectiva.

d) Construção de estradas de ferro e de rodagem, campos de aviação e quaesquer outras vias de comunicação terrestres, fluviaes e aéreas, no interior das terras concedidas e também para communicar sua concessão com as margens dos rios que forem julgados convenientes para o effeito do tráfego agrícola, industrial e commercial das mesmas terras.

e) Fazer, por sua conta, a navegação dos rios Acará, Tocantins e Amazonas e outros que lhe convier e construir armazéns, docas e melhoramentos em portos nas terras concedidas, como também nos rios Acará, Tocantins e Amazonas, notadamente em Monte Alegre, Acará e Tocantins ou perto destas cidades, cumprindo o que depender do Governo Federal e mediante as vantagens, favores e obrigações que possa obter da União e do Estado.

f) Construir e manter nas terras concedidas ou nas cidades de Monte Alegre e Acará ou noutra lugar conveniente, as fábricas ou installações que lhe convier para beneficiamento ou preparo dos productos das terras da concessão, podendo, entretanto, exportar os ditos productos em bruto, manufacturados, ou beneficiados, qualquer que seja a natureza destes productos, tanto agrícolas como mineraes e outros.

g) Installar fábricas de adubos e construir edifícios para exposição de seus productos.

h) Criar estabelecimentos bancários e effectuar todas as operações desta natureza, em relação à exploração agrícola e industrial das terras concedidas, preenchidas as formalidades da legislação federal.

i) Construir e manter nas terras concedidas o serviço de comunicações telephonicas e radio-telegraphicas, pelos meios de transmissão já conhecidos e outros que venham a ser descobertos, podendo estender esse serviço para fora das ditas terras, mediante accordo com o próprio Estado ou com os concessionários de outras linhas ou meios de comunicação, observadas as disposições da legislação federal.

j) Criar e manter escolas gratuitas para instrucção primária e elementar de operários a serviço das terras concedidas, podendo nellas admitir outros habitantes das mesmas terras ou das regiões adjacentes, attendendo os regulamentos de ensino do Estado; também poderá criar e custear escolas agrícolas e de outras profissões.

k) Installar armazéns e depósitos de mercadorias ou commissariados para fornecimento aos seus próprios empregados e trabalhadores ou pessoas moradoras na zona da concessão.

l) Isenção de todos os impostos, taxas e contribuições de qualquer origem, natureza ou denominação que sejam, quer do Estado, quer dos seus municípios, durante o prazo de cinquenta annos, a contar da data em que o concessionário, empreza ou companhia que venha a organizar, começarem a funcionar effectivamente, ficando obrigados, depois dos primeiros doze annos de seu funcionamento, a retribuir ao Estado e municípios, a isenção de que continuam a gosar mediante cinco por cento (5%) para o Estado e dois por cento (2%) para os municípios interessados, dos lucros líquidos.

m) Direito de pesquisas de mineraes nas terras de sua concessão, para o effeito de preferência das lavras, de conformidade com as leis da Nação e deste Estado, e, somente depois de obtidos o título definitivo das terras concedidas, os demais direitos inherentes ao direito de propriedade.

Art. 3.º - A concessão terá por fim o estabelecimento de uma ou mais emprezas ou companhias com direito à propriedade, uso e gozo das terras concedidas, para cultivar arroz, tabaco, algodão, coqueiros, castanheiras, cacaueiros e outros vegetaes úteis; utilização das matérias primas de producção nativa do Estado, exploração das riquezas mineraes e da força hydraulica, construcção de fábricas de beneficiamento dos productos agrícolas e extractivos, estabelecimentos de vias de comunicação de qualquer natureza, edificações e outras bemfeitorias e melhoramentos concernentes à utilização das terras e ao bem estar do pessoal nellas localizado, e a fundação de colônias agrícolas de nacionaes e japonezes.

Art. 4.º - O concessionário, emprezas ou companhias que venha a organizar fica obrigado ao seguinte:

1.0 - Fundar núcleos coloniaes japonezes distribuindo a cada família um lote de 25 hectares no mínimo, podendo também introduzir além das famílias japonezas,

colonos brasileiros e de outras nacionalidades, contractando mecânicos, artífices e operários, como melhor lhes convier.

2.0 - A discriminar, por medição e demarcação, em forma legal, as terras da concessão e os lotes dos colonos e urbanos, reservando na sede das colônias ou povoações, para a União, Estado e municípios, as áreas necessárias para as construções públicas, incluindo as praças e outros logradouros de reconhecida utilidade.

3.0 - Executar todas as medidas higienicas e sanitárias nas terras concedidas, mantendo, para esse efeito, as necessárias instalações hospitalares, cirúrgica com o pessoal de médicos e enfermeiros em número necessário, podendo utilizar-se, por algum tempo, dos serviços de médicos (sic).

Para HOMMA (2011), no tocante às dificuldades, o grande paradoxo é que os japoneses acostumados a trabalhar em minifúndios no Japão não hesitaram em solicitar e receber concessões superiores a um milhão de hectares na Amazônia, espalhadas em pontos distantes, algumas com difícil comunicação na época.

Relativamente ainda às dificuldades, HOMMA (2011, p. 138) faz a seguinte presunção (ou prognóstico) em relação aos dias atuais:

“se nos dias atuais, mesmo com as facilidades de estradas asfaltadas e de transporte aéreo, Conceição do Araguaia e Marabá ficam distantes de Belém 1.116 km e 541 km, respectivamente, por via rodoviária, pode-se imaginar as dificuldades de acesso na época, quando as estradas eram inexistentes e o acesso só era possível em demoradas e arriscadas viagens fluviais, que levavam meses. A atividade dessa concessão ficou concentrada em Tomé-Açu e bastante restrita em Castanhal e Monte Alegre. Pela impossibilidade do cumprimento das cláusulas contratuais, as demais áreas foram abandonadas. O objetivo principal era o desenvolvimento do cultivo do cacauero, que, pela falta de conhecimento sobre seu cultivo em terra firme, somente consolidado a partir da década de 1970, com as pesquisas da Ceplac na Amazônia, culminou em grande fracasso”.

Para CRUZ (1958, *apud* HOMMA, 2011), o interesse dos japoneses no estabelecimento de colônias ao longo do rio Tocantins, então de difícil acesso para a época, justificando a escolha de Marabá e Conceição do Araguaia, são fatos não bem esclarecidos. Nesse sentido, em junho de 1931, antes de vencer o prazo contratual, Fukuhara ordenou ao funcionário Juichi Ikushima pesquisar essas terras e demarcar a área de 10.000 ha em cada local. Ikushima demarcou as áreas nos três locais e apresentou o relatório de pesquisa.

Companhia Nipônica, porém, não teve condição de explorar essas terras, além da falência da empresa em 1935, deixou abandonadas até o confisco pelo Governo Federal em 1942.

Segundo HOMMA (2011) houve inúmeros equívocos no processo de concessão de terras na Amazônia na primeira metade do século 20, que retratam muitas vezes o desconhecimento da região, bem como os trâmites legais para tal empreitada;

“talvez a pressa e o desconhecimento da burocracia brasileira por parte de Henry Ford (1863-1947), por exemplo, tenham sido responsáveis pelo pagamento de uma vultosa propina na época para conseguir a área na região de Santarém para localizar o seu empreendimento. O industrial que revolucionou a produção em massa de automóveis se interessou e enviou os funcionários para localizar áreas aptas para o plantio de seringueiras na Amazônia. Obteve uma concessão de um milhão de hectares intermediada pelo engenheiro-agrônomo Jorge Dumont Villares, sobrinho de Alberto Santos Dumont (1873-1932), herdeiro de uma importante família cafeeira de São Paulo, em 21 de julho de 1927, que soube se aproveitar da fortuna de Henry Ford, recebendo 125 mil dólares de propinas. Essa terra, que poderia ter sido obtida gratuitamente do governo paraense e onde foi implantado o primeiro plantio de

seringueira em grande escala no País, ficou conhecida como Fordlândia e Belterra". (DEAN, 1989; COSTA, 1993).

Entre os direitos para a concessionária, o Governo do Estado do Pará autorizava construir estradas de ferro e rodagem e oferecia o privilégio de zona de 10 km de terras devolutas de cada lado das estradas que se fizessem para esse fim, ampliando ainda mais a área a ser ocupada. Entre outros itens distribuídos em 20 artigos e diversos parágrafos, havia autorização para construção de campos de pouso, utilização da força hidráulica, instalação de fábricas de adubos, criação de estabelecimentos bancários, serviço de comunicação radiotelegráfica, direito de pesquisa mineral e sua lavra. Tratava-se, sem dúvida, de um megaprojeto cuja inviabilidade de cumprimento iria ser demonstrada pela realidade dos anos seguintes, pela falta de alternativa econômica de sobrevivência dos imigrantes, pelas mortes provocadas pela malária e redução da vinda de imigrantes e pelo interesse geopolítico dos militares japoneses na ocupação da Manchúria, como sendo prioritário.

Em 1928 o governador Dionísio Ausier Bentes concedeu para João Augusto Cavaleiro uma área de 100.000 hectares no Município de Ourém, para ser explorada de forma conjunta com o japonês Yoshio Yamada (1898-1973), para a constituição de uma empresa destinada a assentamento de imigrantes japoneses na região. Yoshio Yamada assinou esse contrato em abril de 1929 e foi à busca de empresários japoneses para financiar o empreendimento. Contudo, a crise de 1929, a desistência dos capitalistas japoneses no financiamento e a Revolução de 1930 levaram ao confisco da concessão em fevereiro de 1931, pelo governador do Estado do Pará Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1888-1959). Dessa forma, quando Yoshio Yamada saiu do Japão em outubro de 1931 com sua família e outros imigrantes, essas terras já tinham sido confiscadas. Naquele tempo o acesso para o município de Ourém era apenas por via fluvial através do rio Guamá (YAMADA, 1999).

Outro personagem importante da imigração foi Mitsuyo Esae Maeda (1878-1941), conhecido como Conde Koma, que chegou a Belém em 1915. Esse imigrante ensinava artes marciais e recebeu também uma concessão de 25 mil hectares no Município de Ourém, concedido pelo governador Dionísio Ausier Bentes, em abril de 1929, para instalação de uma pequena colônia de agricultores japoneses, como prêmio pela sua ajuda no estabelecimento da imigração japonesa no Estado do Pará. Como a concessão de Yoshio Yamada não foi realizada, Conde Koma cedeu para o mesmo se dedicar às atividades de lavoura, que não tiveram sucesso decorrente da pobreza dos solos e do ataque de malária. Essa área seria depois transformada no atual Município de Capitão-Poço. Em 1950, Yoshio Yamada fundou a empresa Y. Yamada que iria transformar em um dos maiores grupos empresariais da Amazônia.

Em 1935, Hachiro Fukuhara, chefe da missão japonesa que veio verificar possíveis áreas para o empreendimento da imigração voltou desanimado para o Japão, falecendo oito anos depois, não conseguindo ver os resultados que só iriam se concretizar a partir da década de 1950. Outro personagem de destaque foi Sanji Muto (1867-1934), o capitalista da Kanebo que financiou as atividades de pesquisa para a implantação da colônia.

Outra figura importante foi Saburo Chiba (1894-1979), cujo mérito torna-se maior na imigração do pós-guerra. Mas o que iria garantir o "sucesso" da imigração foram as mudas de pimenta-do-reino trazidas por Makinos-Suke Ussui (1896-1993) aproveitando a parada do navio em Cingapura.

Há várias versões quanto a essa transferência de pimenta do reino: uns afirmam que foram mudas e outros falam em ramos de pimenta do reino. Provavelmente devem ter sido mudas já enraizadas em cestos, pois os ramos não iriam aguentar o tempo de viagem, até o porto do Rio de Janeiro e a troca de navio até Belém e depois até Tomé-Açu. Com toda

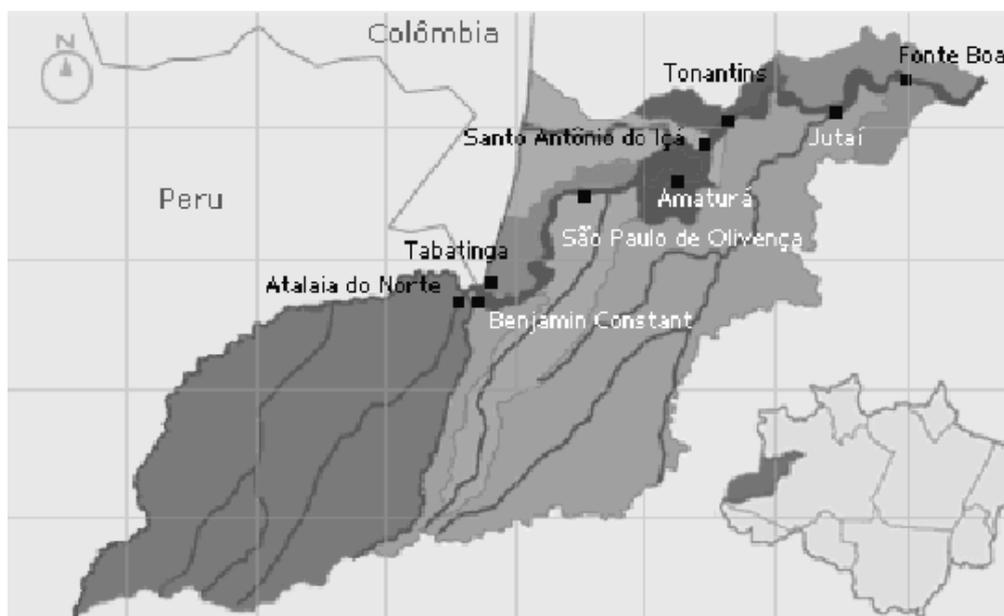
certeza, ele transportou as mudas em cestos, pois não existiam sacos plásticos na época. Deve tê-las irrigado durante a viagem e, também, devem ter contado com o apoio de agentes consulares japoneses em Cingapura.

Da Guiana Francesa para Belém é que veio em 1811 a primeira entrada de pimenta do reino no Brasil (NEPOMUCENO, 2008, *apud* HOMMA, 2011, p. 141). Em 1819, Jean Baptiste von Spix (1781-1826) e Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) em sua viagem pela Amazônia no período 1818-1820, observaram a existência de pés de pimenta do reino nos quintais de Belém. Esses autores mencionam a grande transferência de recursos genéticos provenientes da Guiana Francesa para o Estado do Pará, decorrente da invasão punitiva das tropas francesas a Portugal em 1808 (SPIX; MARTIUS, 1981, *apud* HOMMA, 2011, p. 138-143).

3.3 A Tríplice Fronteira: Tabatinga nos confins do Amazonas

O Território conhecido como Mesorregião Alto Solimões – no Amazonas, abrange uma área de 214.217,80 Km² e é composto por 9 municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. A população total do território é de 224.068 habitantes, dos quais 94.007 vivem na área rural, o que corresponde a 41,95% do total. Possui 9.461 agricultores familiares, 2.104 famílias assentadas e 37 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,59.

Mapa 1 – Mesorregião Alto Solimões/AM



(Fonte: Sistema de Informações Territoriais – <http://sit.mda.gov.br> – acessado: 16 Set. 2013)

Sendo Tabatinga um ponto de convergência de entradas e saídas, cidade referência na mesorregião pela sua infraestrutura física e institucional e pelo agitado comércio entre os três países (Brasil, Peru e Colômbia), associada agora à chegada dos imigrantes haitianos, a situação escapou de controle da administração do município de Tabatinga. Foi quando os jornais regionais passaram a noticiar com frequência a situação desumana de moradia, alimentação e longa espera na fila do escritório da Polícia Federal – setor de imigração,

incorporando em suas narrativas a dura realidade que os haitianos enfrentaram desde a saída de capital Porto Príncipe cruzando a fronteira no Acre e no Amazonas.

Foi assim que tivemos ciência do cenário e roteiros esclarecedores da história desses imigrantes. Do mesmo modo, as Organizações não Governamentais passaram a atuar em favor deles e a pressionarem as autoridades para as medidas necessárias e humanitárias, conforme os muitos relatos de jornalistas e de pessoas comuns que se envolveram com a causa.

“A prefeitura de Tabatinga, cidade do Amazonas onde 1.249 haitianos estão em situação irregular, aguardando a concessão de visto humanitário, informou que já fez tudo o que podia para ajudar os estrangeiros. Afirmou que não pode usar verbas de fundos municipais para auxiliá-los. Em apenas cinco dias, 208 haitianos chegaram à cidade, que faz fronteira com Colômbia e Peru¹¹”.

“Os haitianos em Tabatinga vivem em condições de miserabilidade social, as margens das normativas legais e das instituições de governo, ainda são ínfimas as ações efetivas para promover a população, apenas a Pastoral do Imigrante, entidade ligada à Igreja Católica, atualmente acolhe os haitianos”. (Fonte: <http://refunitebrasil.wordpress.com> – 06/01/2012)

A referência e os pontos de convergência na tríplice-fronteira são as cidades de Santa Rosa, no Peru; Tabatinga, no Brasil; e Letícia, na Colômbia. Todas são cidades de pequeno porte perdidas nos confins dos três países, tendo como um único cenário que as enleiam, o barrento rio Solimões. No entanto, como bem aponta (OLIVEIRA, 2006, p. 186), a cidade de Tabatinga, distante 1.105 km de Manaus em linha reta e 1.607 por via fluvial, é emblemática como ponto de maior movimentação migratória na região amazônica, concentrando uma porcentagem significativa de migrantes colombianos e peruanos e se apresentando também como porta de entrada no território brasileiro.

É relativamente comum na cidade o fluxo desenfreado e contínuo de pessoas e o elevado contingente de indivíduos vivendo em situação irregular ou na clandestinidade, comumente explorados em sua força de trabalho. Outra situação por ali vivenciada é a pressão crescente sobre os já precários serviços de saúde, educação e segurança. Em essência, a cidade é uma arena multifacetada de tensões implícitas e explícitas, onde o controle sobre o ir e vir de pessoas e objetos está na ordem do dia, ainda “[...] considerando a vastidão da selva amazônica, é humanamente impossível manter um controle 100% eficaz nessas condições de traslado permanente” (OLIVEIRA, 2006, p. 186).

Como lugar de confluências, Manaus e Tabatinga mesclam diferentes culturas, mercados e estratos sociais. É relativamente comum o fluxo desenfreado e contínuo de pessoas e o elevado contingente de indivíduos vivendo em situação irregular ou na clandestinidade, comumente explorados em sua força de trabalho. Situação também vivenciada é a pressão e demanda crescente sobre os já precários serviços de saúde, educação e segurança nestes municípios.

A localização geográfica fronteira e as implicações advindas desta singularidade, qual seja, a necessidade de proteção física do território brasileiro em um complexo contexto geográfico e geopolítico. Como esperado para o contexto descrito, as políticas públicas estão longe de conseguir responder às demandas. Entre o que se preconiza como direito do ser

¹¹ <http://oglobo.globo.com/pais/estrangeiros-sobrecarregam-postos-de-saude-em-tabatinga-3582765#ixzz29EXON1PD> – 05/01/2012

humano e a realidade vivenciada em Tabatinga, existe uma larga e tortuosa fronteira, que só não é maior que a esperança dos migrantes haitianos que ali chegam diariamente.

O fato é que não há verbas específicas nesses municípios para lidar com migrantes e nem com esse volume de pessoas. Os migrantes peruanos e colombianos tem a cara dos índios e caboclos brasileiros e frequentemente são do mesmo grupo étnico, confundem à movimentação de etnias, índios e caboclos na cidade, os haitianos, não. A articulação e envolvimento político vêm sendo feitas à moda; mas a densidade aumenta a cada mês.

Uma das características dessa parte da Amazônia é o intenso tráfego fluvial entre os rios brasileiros, colombianos e peruanos, onde as cidades são encravadas nessa geografia entre os rios e a grande floresta, resultando num admirável mosaico complexo e delicado, envolvendo a todos num só espaço de tempo. A 'fronteira' é de uma violência silenciosa: o narcotráfico movimenta pequenos povoados, penetram em terras indígenas e alicia indivíduos, sobretudo jovens, desempregados que circulam entre os pequenos municípios do entorno de Tabatinga.

3.4 Amazônia: Símbolo de Algum Lugar

Em tempos remotos os indígenas da região chamavam de *amassunu* o ruído intenso das águas que serpenteiam a grande floresta. O barulho ressoava tão fortemente como que anunciando a quem assim o ouvisse a dispersão e a força desafiadora das águas, bem como, a sua centralidade nesse lugar. O *amassunu* dos índios foi traduzido como *Amazonas* pelos colonizadores espanhóis; o rio grandioso por onde percorreram em busca de novas terras e fortunas.

Tempos depois, Amazonas passou a nomear o estado localizado no coração da floresta dita então *Amazônica*, um estado cobreado pela grande floresta e por águas abundantes, cristalinas e escuras, em que a rede hidrográfica e a cobertura vegetal criaram um complexo meio ambiente que lhe confere tempo e compasso próprios em detrimento às dinâmicas naturais de fluxos humanos na região. Se o *amassunu* indígena descrevia a magnitude e o poder das águas amazônicas, o Amazonas estado herdou, em termos geográficos e em riquezas naturais, a grandiosidade do vocábulo que lhe batizou.

Situado na região Norte do país, maior estado brasileiro, ocupando uma área de aproximadamente 1.577.987km², o que corresponde a 18,42% do território nacional (SOUSA, 2008, p. 75) o estado do Amazonas abrigava uma população de mais de três milhões de habitantes, porém, desigualmente distribuída nesse espaço.

Detentor de inúmeras riquezas naturais, o estado se sustentou por muito tempo sob uma base produtiva exclusivamente extrativista (BECKER, 2005), com ciclos de produtos extrativos, determinados pela demanda do mercado externo. Dois deles merecem destaque: as drogas do sertão e o ciclo da borracha. O primeiro se caracterizou pela exploração e comércio de especiarias e durou até meados do século XIX. Já a exploração da borracha dos seringais nativos atingiu seu apogeu no início do século XX, consolidando uma base econômica cuja riqueza esteve circunscrita a alguns poucos, como os "senhores da borracha". Seu poderio foi de tal magnitude que edificaram belíssimos edifícios em estilo europeu, na tentativa de erguer uma capital à altura do império da borracha. Assim é que em Manaus foi nominada como a "Paris dos Trópicos".

Com a concorrência entre as colônias inglesas e holandesas no oriente, oferecendo o mesmo produto, o Amazonas viu ruir sua maior fonte de divisas, passando por um período de intenso declínio e estagnação econômica que durou cerca de 30 anos.

O marco inicial de um novo período de desenvolvimento econômico para a região foi proporcionado pela Constituição de 1946, na qual foi determinado que 3% da renda tributária da União seriam destinadas à valorização da Amazônia por um período de 20 anos. Para Moura e Moreira (2010, p. 216-221), foi a partir da expansão de formas de acumulação e de investimentos públicos que se procedeu à ocupação das fronteiras amazônicas, em um movimento de expansão que privilegiou determinados espaços, atraindo para lá pessoas de várias regiões do país, ao mesmo tempo em que contribuiu ou determinou a estagnação das atividades econômicas do interior.

A partir de 1950 o estado do Amazonas começou gradativamente a retomar o crescimento por meio de incentivos do Governo Federal. Esse processo culminou com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967, em um movimento de fomento à industrialização, com o objetivo de irradiar o desenvolvimento a vastas porções interiorizadas da Amazônia Ocidental. Desde então, a ZFM, com seu livre comércio e incentivos fiscais, tem sido a principal propulsora da economia amazonense e fator de atração de migrantes, seja da área rural estagnada economicamente ou mesmo de áreas urbanas e países outros. Mais recentemente, os projetos minerais, o garimpo e as reservas minerais, além da extração de madeira, são as atividades que mobilizam investimentos na região.

LASMAR *et al.*, (2010), avaliando positivamente a intervenção estatal, usam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para salientar que a atividade industrial permitiu à economia do estado do Amazonas alcançar, em 2005, o 15º posto entre os PIB estaduais, ao tempo em que sua capital, que concentra a indústria incentivada no estado, atingiu significativa 7ª posição entre todos os municípios do Brasil no mesmo ano.

Vinculado ao crescimento econômico, ocorreu um intenso incremento populacional. De acordo com os censos demográficos, só a cidade de Manaus passou de 171.343 habitantes em 1960 para 1.802.525 habitantes em 2010, grande parte deste crescimento como fruto do intenso processo migratório (LASMAR *et al.*, 2010).

A situação apontada anteriormente se repetiu em outros centros urbanos amazonenses. Entretanto, como a política de investimentos estatais concentrou-se principalmente em Manaus, as demais cidades não conseguiram criar condições para atender e receber a considerável população migrante que para elas se dirigiram, alterando assim toda a estrutura socioeconômica e ambiental do estado.

Outro dado importante em termos migratórios, é que o estado tem recebido um fluxo intenso de imigrantes de outros países da América Latina. Esta constatação não chega a surpreender, pois além dos limites com diversos estados brasileiros – Acre, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Pará – o Amazonas possui uma extensa fronteira de 3.600 km com a Venezuela, Colômbia e Peru. Nesse sentido, questiona-se: Como monitorar, fiscalizar e garantir a soberania e segurança de um espaço tão vasto e cobiçado internacionalmente?

Como visto, nem só da dádiva de ser um espaço rico e singular o estado do Amazonas vive. Em meio ao encantamento por ter a maior floresta tropical do mundo, detentora de grande biodiversidade, abundância em recursos hídricos e minerais, apresentando uma cultura genuína e ancestral; o Amazonas enfrenta desafios compatíveis com sua grandiosidade. Desafios esses que, na visão de PAIVA (2012), a sociedade ainda não percebeu que a Amazônia não é problema, mas sim solução para tornar o País uma potência de primeira ordem, status que não interessa aos dirigentes dos destinos do mundo, pois eles não desejam o advento de um rival do porte do Brasil.

3.5 Sobre o Trabalho de Campo

Em fevereiro de 2012 encontrava-me em Tabatinga, a 1.105 quilômetros de Manaus, capital do Amazonas, realizando uma pesquisa para a Fundação Nacional do Índio, onde presenciei o ininterrupto advento deste fluxo novo e de rápido crescimento migratório de haitianos no município. Desde o final do mês de novembro de 2010, Tabatinga tornara-se o ponto de chegada de muitos haitianos em busca de emprego e de uma vida melhor. Deram-se então estes primeiros registros de dados primários que vieram a compor esta pesquisa.

Adquirindo consistência e coexistindo na realidade amazônica, este movimento migratório foi se agravando dia a dia, tomando dimensões até então desconhecidas pela população brasileira. O governo federal, ainda de braços cruzados e com os haitianos a milhares de quilômetros da imprensa nacional, não se sentia pressionado com as tramas da fronteira e nem com os novos indivíduos que fariam parte da cultura e da sociedade brasileira.

Neste mesmo mês, aproximadamente 1.500 imigrantes haitianos em situação irregular já haviam atravessado a fronteira em uma taxa média de 8 por dia. Eram pessoas de múltiplos perfis profissionais e com um objetivo idêntico, construir uma nova vida. Segundo o padre Gelmino Costa, [da Paróquia São Geraldo, de Manaus] “os haitianos antes fugiam do terremoto, hoje fogem da miséria mesmo”.

O cenário da cidade antes desenhado pelo frenético vai e vem de migrantes colombianos, peruanos, ribeirinhos e das várias etnias indígenas pertencentes à Mesorregião do Alto Solimões, testemunhou num simples “toque de mágica” à chegada de novos atores surgidos de um país pouco versado nas noites quentes da floresta.

Meus primeiros registros com os haitianos são do início de fevereiro de 2102 em meio a uma confusão generalizada. De forma ocasional, com um acanhado questionário estruturado e o eixo central da pesquisa por ser costurado, pois não havia ainda definido o tema da minha dissertação de mestrado, realizei um contato com um pequeno grupo de haitianos acabados de chegar ao município que se encontram reunidos na frente do Banco do Brasil do município de Tabatinga. Esperavam na longa fila para sacarem, via ordem de pagamento, algum dinheiro enviado pelos familiares e amigos que permaneceram no Haiti. As primeiras informações que corriam eram de que tinham sido furtados pelos aliciadores (coiotes) que os conduziram no longo percurso até ao Brasil.

As informações divulgadas pelos jornais Amazonas em Tempo e a Crítica, ambos de Manaus eram de que os imigrantes chegavam em pequenos grupos junto à fronteira brasileira guiados por coiotes. Tinham saído da capital Porto Príncipe de avião até Quito, no Equador, com escala em Santo Domingo, na República Dominicana. De Quito, capital equatoriana, os haitianos seguiram de carro e de caminhão até ao Peru e depois até a Colômbia, onde atravessaram a pé a fronteira até Tabatinga, no Amazonas.

O Equador tem uma tradição de cidadania global. Não exige visto de nenhum país do mundo. Sabendo disso e guiados pelos roteiros dos coiotes, os haitianos entram na América do Sul por Quito.

As entrevistas foram feitas num clima de desconfiança e certa desesperança pelos haitianos por estarem desamparados pelas instituições locais. Até aquele momento nenhuma ação positiva tinha sido iniciada por qualquer órgão municipal, estadual e ou federal. O grupo a que me refiro era constituído ao todo por 5 pessoas, na faixa etária de 25 a 45 anos, sendo apenas dois elementos do sexo feminino. (Fotos abaixo.)



Foto: Julieta Moraes – haitianos no município de Tabatinga/AM, 2012.

Com o auxílio de uma intérprete (Rosa, de blusa alaranjada), que falava espanhol de fronteira (uma mistura do espanhol do Peru e da Colômbia), comecei a perguntar seus nomes e local de moradia no Haiti. Dorotéia (regata amarela, sentada ao meu lado) foi quem respondeu as perguntas por todos eles. O restante do grupo apenas ouvia e observava a nossa conversa. Aparentemente era a única, dentre os cinco, que conseguia entender o espanhol “rabiscado” de Rosa.

Dorotéia relatava:

“... viemos todos de Porto Príncipe onde deixamos nossas famílias passando necessidades e morando já há algum tempo em barracas de lonas, sem banheiro privativo, sem poder estudar por falta de escolas e de trabalho; viemos tentar a sorte no Brasil para ajudá-los e quem sabe um dia trazê-los para perto de nós.”... “depois que o furacão derrubou a cidade, perdemos parte de nossas famílias e amigos, perdemos casa e o pouco que tínhamos..., ficamos com as roupas do corpo e a dignidade...”

Quando perguntei onde e como estavam alojados na cidade, Dorotéia não soube dizer o endereço:

“estamos todos juntos num pequeno quarto de uma casa que uma dona nos deu para ficar até conseguir nossos documentos e ir embora daqui; dormimos em colchões jogados no chão e no corredor da casa, mas muitos amigos que vieram com a gente, estão dormindo na praça”.

Quanto ao rumo que tomariam depois de conseguirem o visto, Antônio, de camisa verde, Manoel, com camisa de gola vermelha e Denis, de boné branco, e que deixaram suas esposas e filhos pequenos por lá, esclarecem, demonstrando entender pelo menos parcialmente a fala da tradutora Rosa: “*viemos para trabalhar, tentar mudar de vida e depois de conseguir o visto vamos para Rondônia, onde subemos que tem trabalho na construção da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira*”. Suas profissões na terra natal eram as de mecânico de carro, eletricitista de residências e pintor de parede, mas também diziam saber fazer outros serviços.

Quando perguntei como conseguiram chegar até a fronteira, município de Tabatinga; se tiveram ajuda de alguma pessoa Dorotéia não quis responder. Disse que precisava entrar no banco e pegar o dinheiro que alguns amigos tinham enviado para ela. Mais tarde, consegui obter através dos jornais locais que vinham publicando a saga destes indivíduos desde que chegaram ao município, e a forma que foram conduzidos até a fronteira.

A viagem dos haitianos para o Brasil não é fácil. São pelo menos três meses de peregrinação pela América antes de chegar ao Brasil. Até Tabatinga, cidade amazonense distante 1.105 quilômetros da capital, os haitianos passam pelo Panamá, Equador e Peru. Uma viagem que custa pelo menos US\$ 4,5 mil (cerca de R\$ 7,2 mil) a cada um. (Fonte: Wilson Lima, iG Maranhão).

No Haiti, muitos deles são aliciados por coiotes - como são chamadas as pessoas que prometem facilitar a entrada das pessoas no Brasil - que prometem uma vida próspera em terras brasileiras, especialmente em Manaus. (Fonte: Wilson Lima, iG Maranhão).

Segundo dados da Pastoral do Migrante de Manaus, entidade que acompanha a situação de perto, aproximadamente 100 haitianos por mês tentam recomeçar a vida apenas no Amazonas. Hoje, estima-se que pelo menos 1,6 mil refugiados do terremoto estejam legal ou ilegalmente no Estado (Fonte: Wilson Lima, iG Maranhão).

Os registros de campo em Manaus, 2013

Passado um ano e dois meses do primeiro trabalho de campo (Tabatinga), após ter cumprido o exame de qualificação do mestrado em outubro de 2012, retornei a Manaus no período de 25 de março a 2 de abril de 2013 para concluir a investigação com um questionário melhor estruturado (Anexo A). Com objetivos definidos para a coleta de dados, após um relativo amadurecimento sobre a temática e a própria investigação, esta etapa, digamos complementar de “buscativa” daria, segundo nossas expectativas, corpo às narrativas para a sua finalização no sentido de compreender aspectos relevantes sobre os relatos de viagens dos haitianos: as questões associadas ao núcleo de expulsão relacionado às questões políticas, sociais e econômicas no Haiti e, as vivências, as perspectivas, decepções e desafios dos imigrantes haitianos no Brasil.

Dessa vez, o grupo de haitianos entrevistados tinha chegado a Manaus, oriundos da pequena Brasileia, no Acre, fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru, após aguardarem por quase três meses – segundo relatos, vivendo em condições subumanas - o visto provisório para ingressar e trabalhar no país, conforme relatos.

Em contato com o padre Gelmino Costa, pároco da Igreja São Geraldo, [que liderava atividades pastorais comunitárias de acolhimento e colocação dos haitianos em Manaus] expus o projeto de pesquisa como requisito parcial para a obtenção do título de mestre. Solicitei que sugerisse alguns imigrantes haitianos para participarem da entrevista, e onde encontrá-los.

Padre Gelmino indicou-me o “escritório dos haitianos”, localizado nos fundos da paróquia, onde os imigrantes haitianos se agrupavam todos os dias para trocas de informações, buscas de emprego e ajuda mútua. Acompanhada de uma intérprete de português-francês entramos no local indicado. Fomos recebidas pelo administrador responsável pelo pequeno espaço, que falava um português com francês baralhado, possível de compreensão entre ambas as partes.

Do mesmo modo apresentei-me e expliquei a finalidade de estar ali e do que precisava. Prestativo, ele chamou um grupo de haitianos que se encontravam no local e, após consulta dele, que se disponibilizaram a participar das entrevistas aceitando falar sobre as experiências da viagem do Haiti até o Brasil.

Assim resultou, por uma sequência de acasos, a composição do segundo grupo de entrevistados, 30 (trinta) haitianos, todos do sexo masculino, com idades entre 25 e 39 anos,

com profissões diversificadas, residentes em Manaus. No contato com estas pessoas, realizaríamos entrevista com base em aplicação de questionários (Ver Anexo A), que cujos dados serão analisadas no Capítulo 5.

No entanto encontramos sérias limitações na aplicação de técnica de entrevistas com questionários. O tempo utilizado para a realização da coleta de dados mostrou-se insuficiente. A dificuldade relativa à própria comunicação linguística a necessidade de utilização de uma mediação de uma tradutora para a interação comunicativa eficaz. A receptividade e desconfiança dos interlocutores, em condições precárias e de extrema instabilidade e insegurança dificultaram sobremaneira as respostas ao questionário e, em particular, a algumas perguntas sobre questões relativas às experiências vividas nas viagens. O silêncio poderia, assim, ser interpretado como desinteresse em falar sobre as experiências.

De acordo com Silva,

[...] é inegável que o tempo que se passa com o grupo de forma ininterrupta, faz toda a diferença na investigação. Sabendo que, quanto maior o tempo de pesquisa, mais possibilidades de aproximação e entendimento do grupo pesquisado (SILVA, 2010, p.111)

Ao pensar sobre o silêncio desses indivíduos em situações da entrevista conjecturei quais seriam os razões que os fizeram agir desse modo, para além da pouca interação e desinteresse em falar sobre as experiências da viagem. Orientada a pensar o silêncio a partir das postulações de Orlandi (2007), que trata do silêncio no movimento dos sentidos, introduzi-me em um vasto campo de análise do discurso, o silêncio como fundante da linguagem, a política do silêncio e as relações entre interdiscursividade e as identidades. Um campo de difícil incorporação na análise por diversas razões, dentre elas, a minha não-maturidade nesta abordagem.

A relação entre a censura e a autocensura em situações próximas da anomia e de elevados diferenciais de poderes permitiria nos aproximar dos significados do silêncio de nossos entrevistados e do sentimento de inferioridade vivido em suas viagens para o Brasil e seus acolhimentos no Brasil amazônico. É, no momento, apenas uma intuição para futuras reflexões.

A compreensão da recusa em responder determinadas perguntas pode estar no silenciamento produzido pelo medo em sua perspectiva de futuro, pelo pudor ao se relacionar com agressões físicas e possíveis estupros e mesmo receio de que o narrador seja identificado podendo colocar em riscos familiares ainda no Haiti que leva a um processo de produção de apatia e silenciamento.

Situações subalternas e de elevado grau de assimetria de poderes possibilitam nas complexas relações nós-outros processos de estigmatizações e de produção de seres sociais inferiores. Elias e Scotson (2000, p. 19-50), ao postularem uma teoria da sociodinâmica das relações sociais, das estigmatizações e das figurações sociais dos estabelecidos e *outsiders* – das imagens do eu-nós e do nós-outros – revelam funções reguladoras, “sociais” e “psicológicas”. Moreira (2009; 2012) fala de figurações sociais hegemônicas e subalternas e de autorregulações da psiquê.

É possível supor que nas situações vivenciadas por nossos entrevistados situações de subalternia e de estigmatização produzam sentimentos de inferiorização social, medo e incerteza frente aos riscos reais e imaginados que estejam por detrás destes silêncios, para além das dificuldades de comunicação linguística.

Do ponto de vista da narrativa científica que empreendemos pairam dificuldades metodológicas tanto no que se refere ao curto tempo de contato com os imigrantes, as dificuldades de comunicação associada às técnicas de entrevista, em especial língua, cultura e posição social dos envolvidos, e, ao obscuro jogo do dito e do não-dito segundo as

interpretações que cada interlocutor tem sobre o outro da entrevista. Mesmo entre os haitianos os laços afetivos podem ser profundos, como situações de amigos e parentes que imigraram juntos, como laços eventuais, que o acaso da imigração os colocaram em uma mesma leva de “embarcados”, ou em uma mesma situação de “acolhidos”. As situações de desconhecimento e conhecimentos superficiais são situações próprias de anomias e de “perda” de identidades.

Pairam sobre os imigrantes, ameaças veladas reais e imaginadas sobre suas próprias vidas, bem como a suas famílias. Ameaças reais de “roubos e agressões, até estupros”, nas trajetórias do Haiti ao Brasil, principalmente nos roteiros terrestres da região Amazônica. Ameaças associadas a “dívidas” reais, com estranhos e mesmo familiares. Preocupações com os entes queridos que permaneceram no país de origem, amenizadas, em parte, pelo uso constante da telefonia de celulares, bem como nas remessas de dinheiro de lá para cá de daqui para lá. Estas situações são, ao mesmo tempo, produtoras de “silêncio” e de “revolta”.

Determinadas questões postas na entrevistas e que possam levar à identificação dos envolvidos nos roteiros clandestinos: os coiotes, seus comparsas e toda a rede do tráfego de pessoas tendem ao silêncio, a um não-dito, impossível de ser superado metodologicamente. Minhas interpretações e narrativas sobre o obtido nas entrevistas, reconheço, poderão estar impregnadas por esta ambiência fazendo emergir intuições e interpretações que, pelo menos em parte, foram controladas pelo uso de outras fontes, como citaremos no desenvolvimento das análises. Em geral: o clima é de medo generalizado e de esperança receosa. Os registros abaixo foram obtidos na segunda entrevistas que realizamos em Manaus.

Chamaremos de Lourenço, pois o mesmo não achou por bem dizer o nome de origem. Desesperado resolveu procurar uma solução para ajudar a família, juntou uma parte do dinheiro que tinha, reuniu os parentes e os amigos mais chegados, contou a eles o desejo de partir para uma vida melhor; vindo a conseguir 3 mil dólares em forma de empréstimo a ser pago, a longo prazo, ao seu “financiador”.

Foram meses de expectativas e dificuldades, monitorando medos e aflições de uma viagem perigosa e desafiadora, situação nunca antes provada. Somada a esses sentimentos, a incerteza de que chegaria vivo ao local onde plantaria novos sonhos e aspirações como pai de família, lembrando-se de que pagar a “dívida” era de fundamental importância para a sobrevivência de sua família que ficou no Haiti.

Questionado sobre os motivos pelos quais teria escolhido o Brasil como local de recomeço, Lourenço não vacilou na resposta: “*o Brasil tem o coração grande, é como a letra do seu hino*”; e cantarolou em voz rouca, num português de difícil compreensão uma das estrofes do Hino Nacional Brasileiro¹² “*gigante pela própria natureza, és belo, és forte, impávido colosso, e o teu futuro espelha essa grandeza. Terra adorada, entre outras mil. és tu Brasil, ó Pátria Amada!*”, [...] “*– agora será a minha pátria.*”

Inquirido também o porquê não escolheu outro país para tentar viver, Lourenço disse: “*se tivesse escolhido outros países como o Estados Unidos, Europa ou o Canadá, com certeza seria extraditado no mesmo dia, sorriu dizendo isso.*”

Lourenço fez o mesmo percurso que seus companheiros de viagem. Chegou pelo Acre. No entanto, decidiu seguir para Tabatinga e depois para Manaus, no Amazonas, segundo relato colhido por JARDIM.

A meta agora é arrumar a nova casa, alugada especialmente para a chegada de sua esposa, e trazer as duas filhas, de 9 e 6 anos. “Elas estão com as duas avós, mas devem estar chorando”, diz o pedagogo que detona rochas. “M. chorava de saudade todos os dias.” A esposa confirma com um sorriso tímido (JARDIM, 2013).

¹² Hino Nacional do Brasil composta por Francisco Manuel da Silva (1795-1865) em 1831, com letra de Ovídio Saraiva de Carvalho, substituída em 1909 pelo poema de Joaquim Osório Duque Estrada (1870 – 1927).

Mesmo que as condições não tenham sido as melhores possíveis, o sorriso estampado de cada um daqueles imigrantes transparece pleno de esperança. Em comparação ao “todo” destruído no fatídico dia em que o terremoto trouxe abaixo vidas, estruturas físicas, comprometendo o futuro das famílias haitianas e o desenvolvimento do país, paradoxalmente, o presente carregaria um por vir melhor.

Acredita-se que o país escolhido como lugar de acolhimento e de oportunidades de terem uma nova situação econômica, para os haitianos torna-se então símbolo de representação de esperança na busca da equidade e de direitos constitucionais. É natural que o Brasil tenha sido estudado por muitos dos que aqui chegaram, levantaram informações socioeconômicas e da boa-aventurança para efetivarem seus objetivos de conseguirem emprego e, com certa rapidez se inserirem na vida coletiva do país.

Vale dizer que o acolhimento e tratamento precário, às vezes agressivo e preconceituoso dirigido aos imigrantes haitianos por parte dos brasileiros e das instâncias municipal, estadual e federal não era algo esperado. Tempos passados. Nota-se hoje que a realidade apresentada está muito aquém daquela sonhada e desejada por todos eles, ficando o sentimento de que o tratamento a eles dedicado, salvo raras exceções, os fazem se sentir como seres inferiores, incômodos e incivilizados.

No passado e mesmo hoje se encontram ainda amontoados em espaços inadequados e provisórios. Homens e mulheres que não pertencem ao mesmo núcleo familiar dormindo em colchonetes no mesmo espaço. Banhos fora do alojamento, improvisados com baldes d’água, alimentação racionalizada e, o pior disso, a espera de poderem partir para outros estados em busca da afirmativa de continuarem a trajetória de construção de vida.

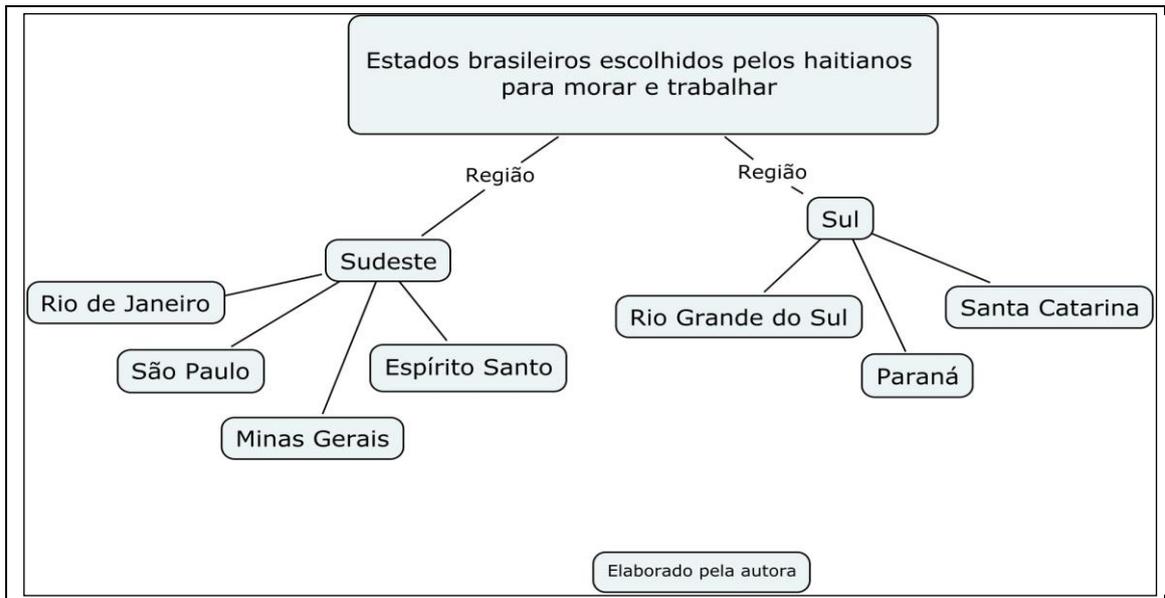
Importante notar de que os haitianos antes de pensarem em entrar no Brasil fizeram um estudo da situação econômica e de desenvolvimento das regiões sul e sudeste. No entanto, a vivência prática tem mostrado obstáculos que dificultaram os planos por eles idealizados. Não imaginavam o que estava ainda por vir...

Tomando por base alguns países dentre os dez maiores do mundo pelo critério de PIB (Produto Interno Bruto) e por Paridade de Poder de Compra (PPC), têm-se os EUA, em primeiro, a China em segundo lugar, com um PIB-PPC de US\$ 9,4 trilhões. O quarto lugar ficou com a Índia, sendo seguido do Japão e Alemanha, com um PIB de US\$ 3,6 trilhões. O Brasil ocupa a nona posição, com US\$ 1,6 trilhão, e a Rússia, com US\$ 1,5 trilhão, a décima. Embora o crescimento econômico do Brasil tenha sido baixo, de apenas 2,5% na média anual dos últimos 25 anos, ainda é considerada uma das dez maiores economias mundiais (ALMEIDA, 2009).

É interessante notar o papel do investimento direto estrangeiro (IDE) no processo. Considerando-se esse critério, o Brasil está como primeiro lugar do posto, com cerca de 25,4% do PIB, um estoque de IDE de US\$ 201,2 bilhões. O país saiu de um momento frágil, no final dos anos 1990 e início dos 2000, o que o levou a buscar financiamento preventivo por meio de três acordos concluídos com o FMI (1998, 2001 e 2002), para uma posição de relativo conforto no plano externo com reservas internacionais superiores à dívida externa (ALMEIDA, 2013).

Das entrevistas realizadas com os haitianos no período de 25 de março a 2 de abril de 2013, em Manaus-AM, foi possível observar que 100% dos entrevistados afirmaram o desejo de irem morar e trabalhar nos estados localizados na região Sul e Sudeste do Brasil. Indagados sobre quais seriam os motivos dessa escolha, cerca de 50% deles responderam que já tinham amigos haitianos que moravam e trabalhavam no lugar, que seria praticamente certo e rápido arrumar trabalho. Outros 50% responderam que tinham conhecimento de que esses estados eram os mais industrializados do país, apresentando dessa forma mais facilidade de conseguirem trabalho, principalmente na construção civil, frigoríficos e granjas.

Diagrama 2 – Trajetória dos haitianos por região



Fica claro no comportamento dos haitianos que estes estão em busca de reconstrução, isto é, é o redesenho de seus objetivos, interesses e aspirações nesse momento, que de certa forma podem interferir no processo de desenvolvimento do Brasil, em decorrência dessa fase de vigor crescimento econômico brasileiro. Mas para que isso possa de fato se efetivar, precisam de mais e melhores empregos, a fim de gerar uma renda consentânea com suas pretensões. É no mercado de trabalho que vão se sustentar, batalhando por empregos ou estabelecendo-se por conta própria.

Vale enfatizar que se trata de uma mobilidade humana ascendente sobre todos os espaços num mesmo tempo histórico. Uma mudança grandiosa, com transformações culturais e socioeconômicas concretas; resultando desse fenômeno uma demanda crescente por melhores serviços de políticas sociais de amplo espectro e redução das desigualdades sociais. Fazem parte dessa reivindicação não apenas o povo brasileiro como também os imigrantes haitianos e tantos outros imigrantes que escolheram o Brasil para viver e dar sentido à própria existência.

4 O HAITI E A COOPERAÇÃO BRASILEIRA

4.1 O Haiti

Socioeconomicamente considerado um dos mais pobres das Américas, o Haiti apresenta um histórico pontuado por contínuos conflitos políticos, econômicos e sociais. Uma sociedade marcada pela Revolução e por uma estratificação complexa (TÉLÉMAQUE, 2012). Um país com uma abissal violência social sobre sua população, com ênfase para a geração de renda e emprego e infraestruturas, refletindo na perversa situação educacional e de saúde comprometendo a dignidade de seus habitantes na garantia dos direitos humanos.

Com uma população aproximada de 9,8 milhões de habitantes, sendo que 90% vivem sem energia elétrica, 80% sem água encanada e ou tratada, 64% vivem abaixo da linha da miséria e 50% são analfabetos.¹³ São formas de violência social que traduzem imensuráveis sofrimentos às populações.

A República do Haiti é um dos países da região da América Central que ocupa o terço ocidental da Ilha Hispaniola (ou Ilha de São Domingos). Faz fronteira terrestre a leste com a República Dominicana, tendo como outros territórios próximos as Bahamas, ao noroeste, e Cuba; ao norte, Turks e Caicos; e ao sudoeste, Navassa. A Ilha se abre para o Oceano Atlântico pelo litoral norte e para o mar do Caribe (ou das Antilhas) ao sul¹⁴.

Os primeiros moradores desse pequeno território foram os povos arauques até 1492, quando da chegada de Cristóvão Colombo à ilha. A ocupação inicial do território se deu pelos espanhóis na porção oriental da ilha e durante toda a ocupação os índios foram escravizados até o final do século XVI. Nessa época, em detrimento da ocupação, a população nativa foi reduzida em quase toda a sua totalidade (FRANCISCO, 2013).

Em 1697 a Espanha, mediante a assinatura do Tratado de Ryswick com a França, cedeu à parte ocidental da ilha, território onde hoje fica o Haiti. Este foi o mais importante das possessões da França nas Américas, que com a utilização de mão de obra escrava africana no cultivo da cana de açúcar voltada para exportação se tornou muito próspera no século XVIII. No ano de 1791 os escravos haitianos, liderados pelo ex-escravo Toussaint L'Ouverture e influenciados pela Revolução Francesa, rebelaram-se conseguindo no ano de 1794 a abolição. A independência só se deu de fato em 1804, quando passou a ser chamado de Haiti, tornando-se, assim, a primeira República Negra das Américas e o primeiro país latino-americano a se declarar independente.

O País viveu sob o regime ditatorial por décadas, passando por um pequeno período democrático. Após novo golpe em 1990 com a derrubada do governo de Jean-Bertrand Aristide, a Organização das Nações Unidas (ONU) impôs sanções econômicas ao Haiti para forçar a volta de Aristides, que só se deu em 1994. Aristides fugiu em 2004 para a África e o Brasil tornou-se o país responsável pelo processo de pacificação do território (FRANCISCO, 2013).

Com uma divisão administrativa constituída por 10 departamentos subdivididos entre Comunas e Distritos, aproximadamente com 143 cidades. A capital do país é Porto Príncipe (Port-au-Prince) e além dela, duas outras cidades se destacam em importância: Carrefour e Delmas.

¹³ Webdocumentário “Resgate no Haiti” - Projeto especial sobre a situação do Haiti três anos depois do terremoto - documentário feito pela Folha para a Internet, Maio de 2013 – Brasil.

¹⁴ Portal Sua Pesquisa. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/paises/haiti/>>. Acesso em 10 maio 2013.

Possui uma dimensão territorial de 27.750 Km² disposto sob a placa tectônica Caribenha, que também engloba a parte sul da América Central, sendo relativamente pequeno quando comparado às placas Sul-americana e Norte-americana, em relação ao Oceano Atlântico. Apresentando clima tropical, quente e úmido, o território do Haiti apresenta um relevo formado principalmente por montanhas escarpadas com pequenas planícies costeiras e vales fluviais, onde a região leste e a zona central é um grande planalto elevado.

Nesta região encontra-se a zona de Subducção vulcânica ativa que originou as Pequenas Antilhas tornando toda a região do Haiti instável e propensa a terremotos.¹⁵ A acomodação dessas placas tem promovido abalos sísmicos constantes com diferentes variações de intensidade levando ao caos os territórios afetados, provocando assim a demolição de infraestruturas existentes e perdas de vida, gerando um contingente de desabrigados e sem condições de vida e emprego.

Desde a colonização, o país tem como base de sustentação econômica a produção agrícola da cultura da cana de açúcar, sendo este o principal produto de exportação em todos os tempos, a isso se somam a banana, manga, milho, batata-doce, legumes e tubérculos entre outros, em forma de plantio de subsistência.

Toda a força de trabalho do Haiti está centrada na agricultura com um peso de 75% da população economicamente ativa, esse setor representa 31,2%, e a indústria representa 7,3% do PIB Interno. O PIB total, estimado para o ano de 2010 era de US\$ 6,6 bilhões e o PIB per capita de US\$ 1.200. A força de trabalho é constituída por 4,8 milhões de trabalhadores.¹⁶ A moeda oficial é o Gourde¹⁷.

O país fracassou na negociação junto aos credores internacionais não prosperando nestes acordos até o final de 1995, e como consequência mergulhou num aumento de gastos públicos e inflação, levando a economia ao final desse longo tempo à ruína. Esta situação foi maximizada após a ocorrência de diversos furacões que causaram inundações e terremotos, a exemplo do ocorrido em 2010, que devastou a cidade de Porto Príncipe e adjacências.

Considerado como o mais pobre das Américas e do ocidente, se aproximando do Timor-Leste e do Afeganistão, esses acontecimentos econômicos e ambientais, de alguma forma legitimaram que o Haiti se tornasse extremamente pobre, para as Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a situação do país é considerada "economicamente vulnerável". Apesar dos esforços para equilibrar a situação política e econômica, os haitianos ainda dependerão da ajuda financeira de outras nações por um longo período.

O País é um importador tradicional de bens manufaturados como combustíveis lubrificantes e matérias-primas. O Brasil como signatário do acordo da ONU participa não só das forças militares de paz, como também tem concedido suporte técnico para atividades de assistência à saúde, agropecuária, organização de sindicatos, atividades educacionais e de empreendedorismo.

Em que pese os graves problemas econômicos, o Haiti enfrenta problemas sociais parecidos aos de algumas nações africanas, onde a população tem dificuldades de acesso aos serviços de saneamento que atinge uma pequena parcela dos domicílios, a subnutrição atinge a 58% do total da população, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,454 – baixo (PNUD, 2010), 45% dos habitantes são analfabetos, e a expectativa de vida é de apenas 60 anos.

A população estimada para 2011 era de 9,7 milhões de pessoas. E embora a densidade populacional do país seja em média 322 habitantes/km², a sua população está

¹⁵ Portal Sua Pesquisa. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/paises/haiti/>>. Acesso em 10 maio 2013.

¹⁶ Portal Sua Pesquisa. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/paises/haiti/>>. Acesso em 10 maio 2013.

¹⁷ Idem

concentrada nas zonas urbanas, planícies costeiras e vales. 95% dos haitianos são de ascendência africana ocidental, os demais são constituídos principalmente pela população mulata de ascendência mista caucasiana-africana, sendo a minoria descende diretamente de europeus ou levantinos e ainda existem pequenas comunidades árabes e asiáticas. Os hispânicos residentes são, em sua maioria, cubanos e dominicanos. Cerca de dois terços da população vivem em áreas rurais.

O Haiti possui como línguas oficiais o francês, falado por cerca de 10% da população e 90% deles falam Krèyol (crioulo), baseada na língua francesa, com considerável influência africana, além de contribuições menores do Espanhol e do Taíno. Mesmo não sendo oficial, o espanhol tem sido falado por uma fração cada vez mais crescente da população, este fenômeno é mais frequentemente próximo à fronteira com a República Dominicana, e o inglês começa a ganhar projeção entre os jovens e no setor empresarial.

A religião católica romana é a religião de estado, professada pela maioria da população, entretanto têm-se observado conversões ao protestantismo, sendo atualmente a mais popular no país. Neste universo religioso os haitianos também mantêm práticas, crenças e as tradições do Vodou, sem conflito com a sua fé cristã.

Apesar do seu protagonismo como a primeira a primeira colônia independente da Europa, em 1804, o Haiti é hoje o país mais pobre da América Latina. Isso já era confirmado estatisticamente antes mesmo do desastre natural que destruiu o país em 2010, a situação era crítica - 80% da população até então viviam abaixo da linha da pobreza.

Adicionada à miséria extrema, a questão política esteve sempre instável entre 1820 e 1996, razão pela qual o país tem sofrido enormes impactos regionais devido a processos de migração de jovens. Conflitos internos também levaram a deslocação de mais de 300 mil pessoas para fora de suas cidades.

Entre 1991 e 1994, os Estados Unidos foram foco de uma onda migratória que movimentou 68 mil pessoas. Os imigrantes haitianos deixavam o Haiti a bordo e com um dia de viagem apenas chegavam ao mais poderoso país do mundo. Outros 30 mil foram para a República Dominicana.

4.2 O Grande Abalo de 2010

Contextualizar integralmente o grande desastre não é uma tarefa fácil. Pois nele estão submergidas abissais emoções de perdas materiais e imateriais, rupturas e mudanças radicais da sociedade haitiana, o que torna a tarefa quase que inenarrável. São números que não se aproximam do real prejuízo que o povo haitiano presenciou e foi afetado na data de 12 de janeiro de 2010, assim como o que faz deste tremor de terra, proporcionalmente, o desastre natural mais destrutivo dos tempos modernos.

Transformando a vida de mais de três milhões de pessoas de um momento para outro, o terremoto arrasou quase toda a sua área. Segundo LAURIA (2011), deixou como consequência mais de 200 mil mortos, 300 mil desabrigados e feridos, 100 mil casas destruídas e 83 mil danificadas, causando o fenômeno de imigração em massa só comparado aos êxodos do início do século XX.

Na Introdução do livro do jornalista Alvares (2012), pode-se ter uma “pequena” noção da dimensão da destruição causado pelo terremoto de magnitude 7 na escala Richter de impacto e outras 14 réplicas de magnitude 5. Seguem alguns fragmentos do disposto como forma de quem presenciou de perto a tragédia haitiana.

“[...] Em um espaço de tempo que não chegou a completar um minuto, deu-se a maior tragédia natural da história de um país. O Haiti não precisava de mais tragédias para ter uma história das mais sangrentas do nosso tempo”.

“[...] Foi também o maior desastre humanitário num único país, neste início de milênio. Os tsunamis no Sudeste asiático deixaram mais vítimas, mas atingiram vários povos, e várias regiões, de vários países. Sob qualquer ponto de vista, o terremoto que atingiu o Haiti no dia 12 de janeiro de 2010 teve proporções dantescas”.

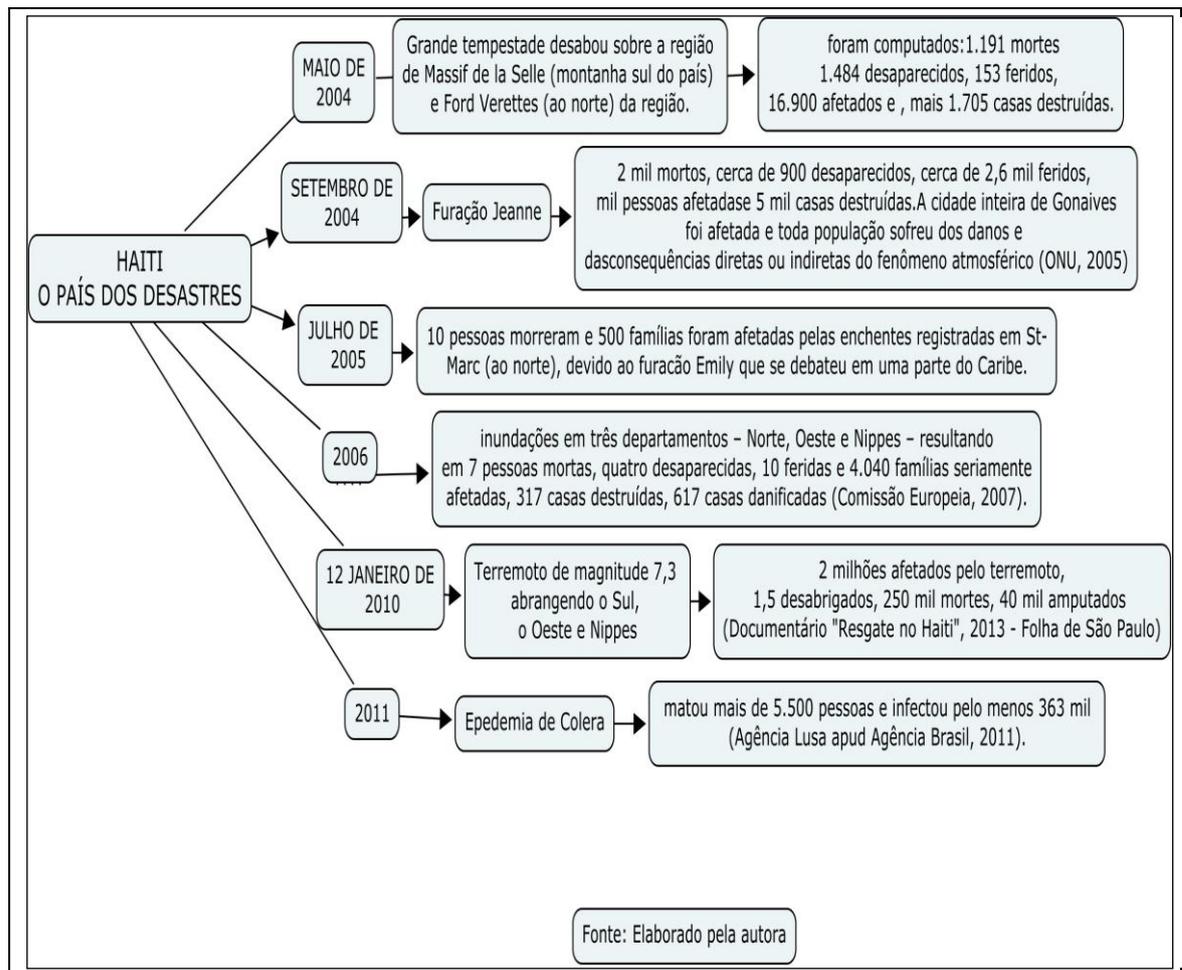
“[...] E o que talvez mais chame atenção é que os sete graus na escala Richter não fariam dele um megaterremoto, não fosse à miséria em que já se encontrava o país, não fosse a precariedade das construções e das vidas haitianas, em condições subumanas ao longo de mais de quinhentos anos de história”.

“[...] O abalo durou apenas alguns segundos, mas produziu imagens pavorosas de milhares de corpos abandonados na rua, corpos arrastados por empilhadeiras, corpos atirados em valas comuns, corpos esquecidos por dias no mesmo lugar. E assim transmitiu-se a errada impressão de que os haitianos não se importavam com seus mortos”.

“[...] Mas a tragédia também mostrou ao mundo, desde os primeiros dias, imagens emocionantes. Impossível esquecer as cenas de pessoas empurrando placas de concreto e saindo dos escombros como se estivessem abandonando cascas de ovos e renascendo do meio da poeira”. (ALVAREZ, (2012, pp. 17-18).

Com perdas humanitárias sem precedentes e vivendo uma situação de miséria absoluta, causadas no decurso de treze décadas, sobretudo, por desastres ambientais, o Haiti de hoje (2013) e sua população tentam sobreviver, desta vez, juntos aos destroços de bairros inteiros causados pelo terremoto de magnitude 7,0 na escala de impacto e outras 14 réplicas que chegaram a magnitude 5. O Diagrama abaixo apresenta as catástrofes causadas por desastres naturais no Haiti, no período de 2004 a 2011.

Diagrama 1 – Desastres Naturais ocorridos no Haiti (2004 – 2011)



Decorridos mais de três anos após o terremoto, poucas mudanças foram alcançadas na região para os que ficaram e ou estão ainda sobrevivendo ao lado da tragédia. Associando-se os precários recursos financeiros disponíveis para sua reconstrução e a instabilidade política, as escassas alternativas para continuarem a viver no país de origem, automaticamente “força” e “autoriza-se” a mobilidade humana de forma imprudente e conseqüentemente, agressora de direitos humanos, conforme relatos dos que aqui conseguiram chegar trazendo a esperança de viverem em condições dignas de se reproduzirem.

Desde o terremoto, centenas de pessoas têm procurado o Brasil em busca de emprego e melhores condições de vida. Na avaliação de Silva e Magalhães¹⁸.

“o pretexto do deslocamento “tem a ver com a situação histórica de injustiças e pobreza impostas à população haitiana durante séculos”. Outro fator que vem contribuindo para o ingresso de imigrantes no país é a atual conjuntura econômica. O Brasil apresenta-se “no imaginário deles” como um país próspero, onde é possível trabalhar, crescer e ganhar dinheiro “As notícias de crescimento econômico no Brasil animam aqueles que se encontram numa situação de falta total de perspectivas” (SILVA; MAGALHÃES, 2011).

¹⁸ Haitianos: os novos imigrantes do Brasil. Entrevista especial com Duval Magalhães e Sidney da Silva realizada em 6 de agosto de 2011, por Patrícia Fachin e Márcia Junges do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

O que no entender do jornalista Lélío Lauria (2012)

“não resta dúvida de que a presença dos haitianos no território brasileiro aumenta a competição junto à população local, considerando que os que vieram para o Brasil são mais qualificados. Nenhuma esfera de governo possui estatísticas sobre em qual ramo à população haitiana imigrante tem vindo trabalhar, nem para quais cidades tem se dirigido após ultrapassar a fronteira e conseguir uma autorização da Polícia Federal, sabendo-se, entretanto que os destinos mais procurados são as capitais do sul e sudeste do país”.

Os primeiros imigrantes haitianos foram chegando pouco depois do terremoto, e como as autoridades brasileiras concederam status de refugiados humanitários e autorizaram diferentes corporações a contratá-los, o fluxo passou a ser cada vez maior. O alerta máximo da situação aconteceu quando os governos dos estados do Amazonas e do Acre começaram a denunciar a precária situação dos haitianos retidos nas cidades de Tabatinga (AM) e Assis Brasil e Brasileia (AC).

Analistas econômicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estimam um valor aproximado entre US\$ 8 bilhões e US\$ 14 bilhões para a reconstrução do Haiti. [...] O custo de reconstruir as casas, escolas, estradas e outras obras de infraestrutura no Haiti pode chegar perto de US\$ 14 bilhões, de acordo com um novo estudo.

O número de pessoas deslocadas por catástrofes naturais se multiplicou nas últimas três décadas, superando o número de deslocados por outros conflitos. A mudança climática pode aumentar este número por muitos milhões em décadas à frente. Mesmo que haja pesquisas que assinalam um aumento na frequência e intensidade de eventos extremos, Denilson Viana (2011) lembra que a população exposta a estes eventos também aumentou brutalmente desde a década de 1950. “Para se ter uma idéia, a população mundial em 1950 era de 2,5 bilhões de pessoas enquanto em 2010 atingiu 7 bilhões, ou seja, a população quase triplicou em apenas 60 anos”.

Caso cheguem a 2050 em um cenário de desastre ambiental, 3,1 bilhões de pessoas a mais estarão vivendo na extrema pobreza, ao se analisarem os dados das projeções mais otimistas. Na comparação com o cenário, serão 2,7 bilhões a mais, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

4.3 Cooperação Internacional: Brasil e Haiti

Com relação aos ganhos com os acordos internacionais, cumpre ressaltar que não há dúvidas de que a existência dos acordos internacionais traz para o Brasil um aprendizado considerável em face da troca de experiências, vendo novos enfoques e ângulos de problemas que não tem solucionado internamente. Nesse sentido, Carlos Passareli¹⁹, que faz parte do Programa de Cooperação em AIDS do Ministério da Saúde acredita que os ganhos sejam maiores:

"Além disso, ganhamos novos aliados para debater nos fóruns multilaterais temas como a importância de estratégias específicas para o combate à epidemia nos grupos mais vulneráveis ou sobre as barreiras para o acesso universal ao tratamento, a

¹⁹ Revista de Informações e debates do IPEA. Desafios do Desenvolvimento **Cooperação internacional - Ajuda ao próximo e ao distante** -, 2011 . Ano 8 . Edição 65 - 05/05/2011, por Simone Biehler Mateos. São Paulo

necessidade de flexibilizar a propriedade intelectual para medicamentos de alto custo, entre outros. De fato, a cooperação internacional é a principal responsável pela América do Sul estar falando em uníssono pela primeira vez na Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre várias questões, entre as quais a defesa do acesso aos medicamentos" (BRASIL, 2011).

Passarelli completa ainda sua afirmativa de que o Brasil foi um dos principais responsáveis por organizar a Conferência Mundial sobre os Determinantes Sociais da Saúde, realizada no Rio de Janeiro em outubro de 2011. Com esta fala, podemos perceber que as ações de cooperação que o Brasil desenvolve no Haiti talvez seja um dos melhores exemplos sobre o que significa cooperar para o desenvolvimento local e regional e sobre como estabilidade política é indissociável do combate à pobreza.

Pode-se dizer que se trata de uma cooperação de mão dupla, isto é, o Brasil não somente oferece, mas também aprende muito e fortalece seu poder de influência em fóruns internacionais, porque estreita suas relações com outros países, amadurecendo o debate sobre temas de interesse comum. No caso do Haiti, as operações de paz serviram de molde para auxiliar na elaboração das estratégias de retomada e pacificação dos morros cariocas. Vale, ainda, mencionar que o protagonismo que o Brasil obteve em debates internacionais vem em parte de sua atuação salientando a necessidade de ampliação do acesso dos países pobres às drogas contra Aids.

Relativamente aos acordos internacionais de cooperação, o diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ministro Marco Farani²⁰, explica:

[...] nossa cooperação se pauta por levar as tecnologias e políticas públicas que estão tendo bons resultados no Brasil para os países em desenvolvimento que o solicitam, sempre elaborando e empreendendo os projetos junto com eles para que sejam adequados às suas necessidades e para que possam continuá-los depois de forma autônoma.

Na concepção do Ministro Farani, tais tipos de cooperação representam uma verdadeira ferramenta de política externa haja vista que projetam internacionalmente o Brasil como um país que contribui para a construção de um mundo mais justo e mais equilibrado, além, claro, de melhorar as relações bilaterais, facilitando o diálogo e a busca de consensos em muitas áreas e fóruns internacionais.

A cooperação internacional atualmente não tem mais a cara e o comportamento de antes. Os países não mais esperam pelas determinações e comandos da ONU ou da UNICEF. Vale dizer que o estudo denominado Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009, destaca que a assistência humanitária a países em situação de emergência ou de calamidade, foi a modalidade de cooperação que mais cresceu (73 vezes), passando a ocorrer basicamente na forma de ajuda direta (97%) e não mais intermediada por organizações internacionais. Ou seja,

“nessa assistência predominam ações na área de alimentação, saúde, fretes e direitos humanos, com destaque para a doação de suprimentos. Três quartos dessa assistência humanitária se concentram na América Latina e Caribe, mas inclui também ações em outras regiões, sobretudo em questões de grande apelo, como o envio de ajuda a refugiados palestinos”.

²⁰ Revista de Informações e debates do IPEA. Desafios do Desenvolvimento **Cooperação internacional - Ajuda ao próximo e ao distante** -, 2011. Ano 8 . Edição 65 - 05/05/2011, por Simone Biehler Mateos. São Paulo.

A questão internacional envolvendo cooperações técnicas entre os dois países, praticamente quase quadruplicou o volume de recursos financeiros despendidos. Nesse sentido, tal modalidade absorveu 13,5% do que o Brasil investiu no desenvolvimento de outros países, em 2009, quase o dobro do percentual de 5 anos antes. As ações de cooperação se concentram basicamente na área de agricultura, saúde, administração e segurança pública e está especialmente dirigida à capacitação de recursos humanos.

Dentro desses mesmos propósitos de cooperação da ABC, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA aderiu à cooperação internacional e no ano de 2006 fixou dois pesquisadores na África para prospectar necessidades, participar de seminários, debates e reuniões, assim como para organizar a ida de outros técnicos, agilizando a resposta às demandas que surgirem. Segundo Antônio Carlos do Prado, Coordenador de Cooperação da Embrapa, "Desde então, por orientação da ABC, estamos passando de projetos de capacitação e treinamento de curto prazo para projetos estruturais mais ambiciosos que duram três ou quatro anos" (MATEOS, 2011).

Há também um enorme interesse por parte dos países em programas sociais e estratégias participativas desenvolvidos no Brasil como objeto de cooperação. O Sistema Único de Saúde (SUS), que universalizou o atendimento à população investindo em prevenção, saúde da família e atenção básica, é um desses exemplos. Vale mencionar que Peru, El Salvador, Equador e Haiti, entre outros, já começam, com a cooperação brasileira, a reestruturar seus sistemas de saúde em bases similares. Relativamente ao Programa Bolsa Família, outros países vêm manifestando interesse em conhecer seu funcionamento e alguns já começam a elaborar, com a ajuda brasileira, programas próprios inspirados nele (MATEOS, 2011).

O reconhecimento estimulou a demanda e, nos últimos cinco anos, a experiência brasileira serviu de modelo para a implantação de bancos de leite humano em 24 países da América Latina, África e até Europa. Tudo isso graças à cooperação brasileira para transferência de tecnologia barata e eficaz, que inclui desde a esterilização de embalagens de alimentos reaproveitadas até estratégias para envolver a comunidade e aproveitar serviços públicos, como os bombeiros, para a coleta.

Tomando-se como outro exemplo a tecnologia de Banco de Leite Humano, este é um dos principais exemplos de cooperação técnica brasileira, haja vista que cerca mais de 85 mil recém-nascidos são beneficiados no exterior por esses BLH que têm enorme potencial de reduzir a mortalidade infantil em 13%. Diferentemente de outras redes de leite humano, como a dos Estados Unidos, a rede brasileira não mescla todo o leite, mas analisa e classifica cada amostra segundo suas características nutricionais, com vistas a fornecer a cada recém-nascido o leite com perfil mais adequado às suas necessidades.

Todos esses são exemplos da cooperação brasileira Sul-Sul na área técnica que envolve, sob a coordenação da ABC, que envolve:

Cerca de 120 instituições brasileiras e parcerias com quase 70 países. Dentre eles, os que recebem uma parcela maior dos recursos, segundo o estudo do Ipea, são os países de língua portuguesa (27%) e os da América Latina e Caribe (40%), com destaque para o MERCOSUL (15%). A África absorve cerca de metade dos recursos brasileiros destinados à cooperação técnica, América Latina e Caribe, 40%; e Ásia e Oriente Médio, 11%. Os países que recebem maiores investimentos são Moçambique, Timor Leste, Guiné Bissau, Haiti, Cabo Verde e Paraguai (MATEOS, 2011)

Para Eduardo Botelho chefe da assessoria internacional do Ministério da Saúde, o modelo de cooperação que o Brasil vem desenvolvendo tem despertado interesse por parte de outros países:

A concepção brasileira de olhar para a saúde integral, cuidando de seus determinantes sociais desperta muito interesse nos outros países, assim como as políticas e tecnologias sociais. Eles querem saber como se faz para envolver a população nas ações de saúde, como fazemos na gestão do SUS, nos bancos de leite ou no combate à Aids (MATEOS, 2011).

O Brasil, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), executa ou negocia 16 projetos trilaterais de combate ao trabalho infantil e trabalho, seguridade social e promoção de empregos verdes. Com o Japão há um projeto de desenvolvimento agrícola da savana tropical em Moçambique; com os EUA um projeto de apoio à inovação tecnológica nesse país; e com a Alemanha há projetos para a disseminação de políticas ambientais para a Amazônia peruana. Mais recentemente, a ABC passou a trabalhar também com instituições estaduais e organizações não governamentais de reconhecida capacidade técnica.

Alguns destaques cumprem ser ressaltados em relação às cooperações bem sucedidas. O Brasil, além de estar presente em diversas situações de cooperação bilateral, tem influído de maneira decisiva nos fóruns internacionais para ampliar e melhorar o formato da cooperação multilateral para o combate à Aids, aumentando o protagonismo dos países beneficiários nos programas. O Brasil é o idealizador, por exemplo, do Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária, criado pela ONU em 2001.

Desde então, com recursos obtidos com doações de países desenvolvidos, o fundo já financiou US\$ 19,8 bilhões em projetos que são administrados sempre por organizações indicadas pelos países beneficiários. Também fomenta iniciativas voltadas a garantir o acesso aos medicamentos, como a Estratégia Mundial sobre Inovação, Propriedade Intelectual e Saúde Pública na Organização Mundial de Saúde – OMS (MATEOS, 2011).

No ano de 2005, o Brasil, criou o Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV e Aids – em parceria com o Programa Conjunto sobre HIV/Aids das Nações Unidas – UNAIDS – com o objetivo específico de criar capacidades técnicas locais e sustentáveis para a implantação dos programas nacionais de combate à Aids. No mesmo ano, o país lança o compromisso de prover os antirretrovirais que fabrica - os genéricos usados nas primeiras fases do tratamento - a todos os pacientes de países lusófonos em desenvolvimento (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor Leste), além de Bolívia e Paraguai (BRASIL, 2011).

O Brasil, em 2004, quando se tornou líder da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), rompeu com a visão simplista de soluções puramente militares para instabilidades que se originam em problemas sociais, políticos e econômicos.

Vale dizer que o Brasil defendeu tal posição desde que o tema da necessidade de uma missão de paz no Haiti começou a ser debatida na ONU. E sua defesa quanto às tarefas da Minustah, foi no sentido de que deviam incluir: a) a promoção do diálogo de reconciliação nacional; b) assistência humanitária; c) o fortalecimento institucional do Estado, sobretudo nas áreas de direito; d) promoção do desenvolvimento econômico e social.

Segundo Marcos Cintra, a cooperação com o Haiti foi boa para aquele país, porém, em sua concepção trouxe dividendos também para o Brasil, entendendo que o país aprendeu muito com a experiência, ratificando que as experiências cariocas na pacificação de morros e criação das Unidades de Pacificação – UPAs ocorreram em face de experiência anterior naquele país:

No final de 2009, a ONU discutia uma estratégia de saída das forças militares da Minustah e sua substituição por forças civis, quando o país foi devastado por um terremoto que deixou 220 mil mortos, 300 mil feridos, 1,3 milhão de desabrigados e

perdas materiais equivalentes a 120% do PIB (Produto Interno Bruto) haitiano. Apesar das dimensões da tragédia, o terremoto não chegou a comprometer os progressos logrados pela Minustah em termos de segurança e consolidação institucional. A ordem pública, ainda que frágil, se manteve (MATEOS, 2011).

Como ajuda humanitária emergencial, o Brasil enviou ao Haiti mais de 800 toneladas de alimentos e medicamentos, aumentou seu efetivo no país em 900 militares, além de médicos voluntários, US\$ 200 milhões em assistência de emergência, 500 bolsas de conclusão de graduação e pós para estudantes haitianos e ainda imprimiu cédulas de moeda haitiana.

A Minustah ajudou na reconstrução física e na assistência humanitária empregando nessas ações materiais e mão de obra, produzidos no mercado local a fim de estimular a geração de empregos e o mercado interno. Com o mesmo intuito, o Brasil passou a defender em fóruns internacionais que fossem eliminadas todas as tarifas para a importação de manufaturados fabricados ou montados no Haiti.

Não menos importante que qualquer fato, por ocasião do terremoto, a ajuda que o Brasil prestou ao Haiti foi enorme. Tal ajuda ampliou os esforços do país no Haiti, ou seja, rapidamente, isto é, em menos de um mês o Congresso Nacional converteu em lei a medida provisória que destinava R\$ 135 milhões para a recuperação do sistema sanitário do país, com a doação de quatro unidades básicas de assistência sanitária (UBAS), ações voltadas para o fortalecimento da vigilância sanitária e capacitação de técnicos em saúde.

Do mesmo modo que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ofereceu sua contribuição dando início ao projeto de construção de um Centro de Formação Profissional no Haiti. De tal modo a Polícia Federal brasileira vem colaborando para a capacitação da polícia nacional. Além dos projetos acima, a construção do Instituto Haitiano de Reabilitação de Pessoas com Deficiência e a capacitação para a qualificação de pessoal técnico envolvidos com a saúde.

5 CONFIGURAÇÃO DA IMIGRAÇÃO HAITIANA NO AMAZONAS

5.1. O Arriscado trajeto da liberdade

Na questão do Exército brasileiro e a defesa da fronteira, a visão de Mattos destaca que a posição geopolítica da Amazônia “é um dos poucos subsistemas mundiais ainda quase inexplorados pelo homem e que, se bem utilizado pelo Brasil, pode se transformar em indutor do desenvolvimento sustentável do País, baseado no aproveitamento das riquezas existentes na Região e na preservação ambiental”. (MATTOS, 2012).

Abandonar grandes mitos – esta é a proposição racional para a compreensão de uma região marcada por grandes transformações ao longo da história. Para Ianni (1994) a Amazônia é uma metáfora do Novo Mundo, do outro mundo, do lugar dos deslumbramentos, exotismos, maravilhas. Mesmo quando a realidade é muita outra, quando se verifica que os fatos contradizem a imaginação, mesmo nesses casos parece reiterar-se a busca do paraíso. Ocorre que a Amazônia tornou-se o emblema de algum lugar, onde se esconde uma utopia do Planeta Terra.

Resultados apresentados no Seminário de Segurança da Amazônia, realizado no período de 11 a 15 de agosto de 2010 em Manaus (AM), organizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos em parceria com o Comando do Exército, por meio do Estado-Maior do Exército e do Comando Militar da Amazônia, destaca que a Amazônia brasileira é atualmente prioridade nacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa;

A Amazônia brasileira abrange uma área de 5,2 milhões de Km², com densidade populacional de 3,2 hab/km², 1/3 das florestas tropicais da Terra, maior diversidade biológica do planeta e maior bacia de água doce do mundo. Essa região é detentora de exuberante fauna e flora. Suas riquezas estão praticamente intocados e minuciosos levantamentos indicam que abriga uma das mais extraordinárias províncias minerais do planeta. Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é já há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os nossos vizinhos, também depositários desse patrimônio. Este é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia. Para ela orienta-se o destino manifesto do Brasil (BRASIL, 2010, p. 13).

Destaca ainda que;

A Amazônia representa um grande desafio para sucessivos governos, tendo em vista as dificuldades para implementar programas naquela imensa área. A ausência do Estado, o isolamento de comunidades, a dificuldade para encontrar projetos econômicos que estimulem o progresso com a preservação do meio ambiente, as questões indígenas, a presença de ONGs (nacionais e estrangeiras), garimpos ilegais e doenças endêmicas são algumas questões que devem ser discutidas, a fim de evitar que problemas sejam potencializados pela vastidão do território. (BRASIL, 2010, p.16).

No entanto, ainda no referido Seminário, segundo o mapa Fronteiras do Brasil apresentado pela Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF), para operacionalizar a segurança nacional nas fronteiras do Brasil com outros países, percebe-se que para defender a essa extensa faixa de fronteira faz-se necessário que governo brasileiro disponibilize alguns bilhões de dólares para custear a criação de infraestruturas específicas,

que vai desde a fiscalização e cumprimento de ações que venham de fato ter o sentido de “proteção”. Entretanto para a defesa da Amazônia brasileira, em específico, torna-se mais difícil em virtude de sua posição geográfica e ambiental, pelo vazio demográfico e por sua precária infraestrutura, levando o Brasil a articular com países vizinhos por meio de cooperações multilaterais.

Mapa 2 - Fronteiras do Brasil



Fonte: Coordenação de operações de fronteiras (COESF).

Manifesto por muitos de nós “pessoas simples”, instituições acadêmicas e instituições e órgãos do Estado brasileiro da exata complexidade que representam este incomensurável território. Suas populações e seus modos e estilos vida, o potencial medicinal e extrativista disponível, a imensa malha hidrográfica serpenteada por enormes e densas florestas primárias. A extraordinária biodiversidade, muito ainda por descobrir, revelar e patentear. Tudo isso e tudo o mais de desconhecido que compõem o emblemático espaço territorial amazônico continuam sendo motivo de intensa reflexão e inquietação. A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas é cobiçada insistentemente por países que visam à hegemonia econômica e desenvolvimentista.

Segundo Bertha Becker, geógrafa e pesquisadora, polêmica para muitos políticos, mas grande achado acadêmico e humanista social, “a Amazônia já é uma floresta urbanizada”, o que para os especialistas é motivo de polêmica. Floresta urbanizada porque registrou a maior taxa de crescimento urbano do país nas últimas três décadas. O que reforça a análise de Bertha é censo de 2010 do IBGE, que sinaliza que quase 85% da população na região Norte do país vive em centros urbanos com uma das piores distribuições de renda do País. Para a pesquisadora, a falta de infraestrutura e de serviços condena o reconhecimento desses núcleos

como pequenas cidades, apontados ainda como aglomerados inchados meio rurais e meio urbanos (BECKER, 2005).

Inserido neste mosaico geopolítico, de ampla importância econômica, hídrica, etc., vivenciando ressignificados constantes em detrimento à política econômica e desenvolvimentista desde tempos remotos, o estado do Amazonas, maior estado brasileiro, vem afrontando a fúria do agronegócio, de empresas multinacionais exploradoras e depredadoras dos recursos naturais e lapidadores de culturas familiares ribeirinhas e indígenas²¹. Segundo Marilene Correa²² (2012), professora da Universidade Federal do Amazonas,

“as demandas sobre a Amazônia brasileira estabelecem urgências e prioridades, tanto no campo da segurança, da política, do econômico, social e ambiental, visto que sobre esses motes recaem influências e pressões de toda ordem, “algumas até questionando a soberania do País sobre a região”, As cidades amazônicas têm a mesma tendência de repetir os mesmos problemas sociais de todas as cidades brasileiras, no entanto, muito mais agravante pela sua localização geográfica. Na fronteira, esse agravante mescla-se às condições de proteção física do território nacional em condições complexas da geografia e da geopolítica - Colômbia emendada com o Brasil pela Avenida da Integração; Peru bem em frente de Tabatinga, do outro lado do rio, com o distrito de Santa Rosa. É o que facilita a entrada de imigrantes por essa região (Texto de orientação para a composição da referida dissertação, (Manaus, 2012, p. 3).

De tal modo, segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, (SAE-BRASIL, 2010), a Política de Defesa Nacional (PDN) define a segurança da Amazônia como a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. Destaca que a segurança de um país é afetada pelo grau de estabilidade da região onde ele está inserido e que é desejável que ocorram: o consenso; a harmonia política; e a convergência de ações entre os países vizinhos, visando lograr a redução da criminalidade transnacional, na busca de melhores condições para o desenvolvimento econômico e social que tornarão a região mais coesa e mais forte.

O campo de imigrantes no Acre.

No início de 2012, O acordo assinado entre Brasil e Haiti visava conceder 1,2 mil vistos permanentes por ano com vistas na tentativa de conter a imigração irregular, não tem sido suficiente para absorver o contingente de novos grupos que chegam ao país diariamente, principalmente no Acre, a principal porta de entrada deles no país e onde se situa o “*campo dos imigrantes*”.

Desde que o acordo entrou em vigor em janeiro de 2012, 6.052 haitianos obtiveram visto de residência permanente no Brasil; 2.574 conseguiram o visto brasileiro na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. E, 4 obtiveram o mesmo visto desde janeiro de 2013 no Equador

²¹ CAMARGO, Renata Ferreira, subtraído do texto da 1ª. Avaliação da Disciplina do Prof. Peter May - Abordagens Integradas para a Prática de Desenvolvimento Sustentável – Programa de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, 2012

²² Texto extraído das orientações iniciais do pré-projeto. Manaus, janeiro de 2012.

e 8 na República Dominicana. (dados publicados em 12/08/2013 pela Conectas Direitos Humanos).

O Acre se tornou a principal porta de entrada justamente pela assistência oferecida, mas agora o Estado alega não ter mais recursos. Para Nilson Mourão, secretário de Direitos Humanos do Acre, *"nós nos deparamos com uma questão humanitária, mesmo não sendo a nossa obrigação a política de imigração. Vimo-nos diante de uma situação em que não poderíamos ficar omissos"* (apud PONTES, 2013).

Segundo Nilson Mourão 2013, para ajudar os haitianos, já que não se encaixam nos grupos contemplados com os vistos "tradicionais", como refugiados políticos, pessoas fugindo de guerras ou perseguição racial ou religiosa, foi criado o status de ajuda humanitária.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno, visto os elementares resultados alcançados nessa investigação, utilizamos outras fontes (Conectas Direitos Humanos, 2013 e PONTES, 2013) que melhor oferecessem, de forma legítima, o apropriado cenário das condições dos imigrantes nesta região.

Considerando-se os relatos e as narrativas recolhidas de dados secundários e sistematizadas para esta pesquisa, os mesmos sinalizam a dor e os medos, via o arriscado trajeto da liberdade, falando de seus desejos e suas esperanças de permanecerem no país, trazerem suas famílias, ajudarem parentes e amigos, de trabalhar, estudar, enfim, dar sentido a uma nova história a ser construída neste país, conforme se percebe abaixo.

Fundada em setembro de 2001 em São Paulo – Brasil, a Conectas Direitos Humanos é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos. Tem como missão promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia. Desde 2010, Conectas conta com uma representação permanente em Genebra (Suíça), em parceria com o Centro de Estudos Legales e Sociales (Argentina) e a Corporación Humanas (Chile). Desde janeiro de 2006 a Conectas tem status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Dispõe de status de observador (maio de 2009) na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos.

Desde dezembro de 2010 a ONG Conectas Direitos Humanos vem dando assistência e acompanhando de perto as condições inadequadas apresentadas nos abrigos improvisados pela prefeitura na recepção aos imigrantes no Acre, que todos os dias atravessam a fronteira com o Peru e chegam a Brasileia, no Acre. Conforme relata João Paulo Charleaux, coordenador de Comunicação da Conectas, para BBC Brasil em São Paulo - 23 de agosto, 2013. "É insalubre, desumano até. Os haitianos passam a noite empilhados uns sobre os outros, sob um calor escaldante, acomodados em pedaços de espuma que algum dia foram pequenos colchonetes".

Conformados em um galpão construído pela prefeitura do município de Brasileia, no Acre, os haitianos que chegam da longa e penosa viagem, trazidos pelas mãos dos coiotes nas rotas de imigração ilegal até o Brasil, encontram-se alojados em condições subumanas no chamado "campo de Brasileia", onde passam meses até conseguirem os documentos para poderem seguir outros caminhos.

Segundo informações divulgadas pela Conectas no final de agosto de 2013,

"mais de 830 imigrantes – quase todos, haitianos – vivem confinados num galpão, com capacidade para apenas 200 pessoas, em condições insalubres de higiene, repartindo o uso de apenas 10 latrinas e 8 chuveiros, onde não há distribuição de sabão nem pasta de dente, o esgoto corre a céu aberto e as pessoas são empilhadas durante meses num local de 200 m², com teto de zinco, no qual lonas plásticas negras servem de cortina, sob temperaturas que chegam aos 40 graus. O hospital local diz que 90% dos pacientes provenientes do campo têm diarreia. O local já abriga 4 vezes mais pessoas do que deveria e 40 novos haitianos chegam todos os dias".

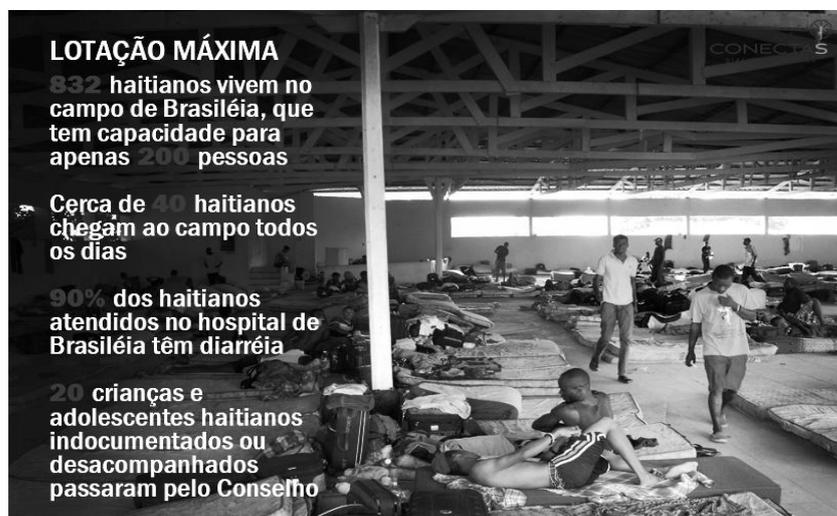
Conectas realizou uma missão a Brasília do dia 4 ao dia 6 de agosto de 2013, onde gravou 20 entrevistas com moradores do campo, conduzidas pela pesquisadora convidada da Conectas Gabrielle Apollon, no idioma creole, falado pelos haitianos. A ONG publicou em seu site depoimentos coletados em Brasília dos dramas vividos pelos haitianos naquilo que chamou de “*campo de migrantes de Brasília*” que aconteceram nos três dias que se deram as entrevistas.

“Das 20 entrevistas colhidas pela Conectas ao longo de três dias no campo de migrantes de Brasília (AC), emergem relatos de gratidão, esperança e incerteza. Ainda temerosos, muitos preferem não falar, nem se deixam fotografar. Outros, repartem histórias de sofrimento na longa rota que separa o Haiti e o Brasil. Em todos os casos, é evidente a dificuldade dos haitianos para conseguir o chamado “visto humanitário” em Porto Príncipe - apresentado pelo governo como remédio para um problema migratório gravíssimo, com perfil de crise humanitária.

As imagens abaixo (foto 1 e 2) expõem o retrato das condições degradantes dos imigrantes haitianos no abrigo improvisado pelo município de Brasília. Neste local, que já não consegue mais absorver homens e mulheres, aguardam a concessão do visto de caráter humanitário exclusivo para os haitianos a partir de 2012, e os contratos de trabalho que lhes darão uma nova oportunidade de vida em outras regiões do país.



Foto 1. Fonte: Arquivo da Conectas Direitos Humanos, agosto de 2013.



LOTAÇÃO MÁXIMA

832 haitianos vivem no campo de Brasília, que tem capacidade para apenas **200** pessoas

Cerca de **40** haitianos chegam ao campo todos os dias

90% dos haitianos atendidos no hospital de Brasília têm diarreia

20 crianças e adolescentes haitianos indocumentados ou desacompanhados passaram pelo Conselho

Foto 2. Fonte: Arquivo da Conectas Direitos Humanos, agosto de 2013

Seguem, abaixo, alguns dramas vividos pelos haitianos no “campo de imigrantes de Brasiléia”, segundo entrevistas realizadas e divulgadas pela Conectas em 23 de agosto de 2013.

'No campo, é como estar de volta ao Haiti'

Tudo é desilusão para Osanto Georges, de 19 anos. Pelo “sonho brasileiro”, quase um “El



Dorado” para os jovens haitianos de sua idade, como ele mesmo expõe, Osanto deixou para trás seu estágio e o curso superior em tecnologias da informação. Seu discurso diverge bastante dos demais: sobre os roubos, as propinas, os desmandos das autoridades e coíotes que encontrou ao longo do caminho, apenas resignação, como se tudo fosse parte do roteiro; para os brasileiros, especialmente aqueles que coordenam o abrigo, críticas implacáveis. “A própria administração não sabe quem chega e quem sai. Essas condições não são normais, não são aceitáveis. Está tudo uma desordem”, desabafa. “Posso dizer que o que vivemos aqui em Brasiléia não é para um ser humano. Eles nos colocaram de novo no Haiti que tínhamos logo após o terremoto: a mesma sujeira, o mesmo tipo de abrigo, de água,

de comida. Isso me machuca e me apavora. Eu sabia que o caminho até aqui seria duro, porque você está lidando com criminosos, mas, ao chegar aqui no Brasil, estar num lugar desses é inacreditável.”

“Mulheres sofrem mais”

“Se soubéssemos que a situação aqui seria essa, não teríamos vindo.” A vendedora Charles Marie Joseph, de 31 anos, não esconde a frustração de ter deixado a República Dominicana e seus dois filhos para viver em um abrigo em Brasiléia. “Nós achávamos que as coisas melhorariam quando chegássemos. Não estamos acostumadas a isso”, diz. “Se Deus quiser, vou embora amanhã.” Charles Marie queixa-se, principalmente, da falta de separação entre homens e mulheres no abrigo. Há algumas que vieram acompanhadas de seus maridos, mas outras, como ela, têm de lidar sozinhas com a falta de privacidade. O sentimento é comum: o relato de Charles Marie foi interrompido por outra mulher, que entrou na conversa para reforçar seu argumento. “Às vezes é difícil trocar de roupa, colocar uma calça. Você tem de se cobrir embaixo dos lençóis. E se você for ao chuveiro, suas roupas ficarão sujas antes mesmo de colocá-las”, diz a amiga indignada.

... Foram 14 dias de viagem para a vendedora Michelle Brenelus, de 26 anos, que veio na companhia de outras cinco mulheres. Em Gonaives ela deixou dois filhos, uma menina e um menino, que devem começar as aulas em outubro. “Ainda não consegui mandar um centavo”, preocupa-se. Talvez por isso ela mantenha anotado



na memória cada moeda que lhe foi subtraída ao longo do percurso: US\$ 2 mil para atravessadores que organizaram a viagem, US\$ 500 para policiais peruanos, US\$ 450 dólares em uma agência em Quito, US\$ 200 em Lima, US\$ 250 em Cuzco e US\$ 120 em Maldonado. A família mandou US\$ 130 quando ela chegou ao Brasil. *“Esse é o único dinheiro que não roubaram de mim”, diz. Ela ainda não sabe se o investimento valeu à pena, mas está certa de que era a única saída possível. “Não havia nenhum outro lugar para onde eu pudesse ir. Tentei na embaixada americana, mas eles rejeitaram o meu pedido em dezembro do ano passado. Todos estavam vindo para o Brasil por esse caminho, então eu vim também.” Michelle já conseguiu tirar o CPF e a Carteira de Trabalho e espera logo conseguir um emprego em algum lugar longe de Brasília. “Nossa viagem não acabou aqui. Ainda temos caminho a seguir.”*

Foram muitos os que decidiram que o Brasil seria o lugar onde encontrariam uma chance de reconstrução de perspectiva de vida, da ascensão profissional e econômica, enfim, do sentido da própria existência, visto terem perdido tudo o que foi construído ao longo de suas vidas no país de origem, no entanto não esperavam o alto custo, o alto risco de fazerem valer seus direitos.

Do mesmo modo que o simbolismo e as representações de esperança situam-se nas histórias de tristeza e de consternação de cada narrativa dos que estão alojados no campo dos imigrantes no Acre. São frequentemente acompanhadas e contadas a quem esteja disposto a ouvir, quer um popular, quer do governo local, a saga dos haitianos após o grande desastre ocorrido em 2010, que de certa forma promoveu o deslocamento forçado de parte considerável da população, em especial, a jovem força de trabalho que fala de suas capacidades físicas, intelectuais e de sonhos.

5.2 Rota Utilizada para a Migração dos Haitianos para o Brasil

Localizada na tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia, o município de Tabatinga é uma pequena cidade amazônica que enfrenta as dificuldades típicas das cidades brasileiras, agravadas, porém, por sua localização geográfica fronteiriça e as implicações advindas desta singularidade, qual seja: a necessidade de proteção física do território brasileiro em um complexo contexto geográfico e geopolítico torna-se o maior desafio do Brasil. A imigração haitiana se amplia na região Norte, a mesma se insere em um contexto onde os problemas sociais e econômicos e ambientais são sempre de natureza superlativa.

Nas últimas décadas, os espaços urbanos tornaram-se lugares estratégicos de reivindicação social, cultural, econômica e política por parte das populações locais e de certa forma agora também dos imigrantes, que a cada mês aportam em quantidades inesperadas nestes municípios Amazônicos, atravessam as fronteiras do Peru, Colômbia por meio dos “coiotes”, espécie de agenciador dos imigrantes em solo brasileiro em sua maioria vieram mediante pagamentos a “coiotes” - pessoas que provocam a entrada de clandestinos estrangeiros no País. Com a atuação dos coiotes, a rota da imigração ilegal para o Brasil se ampliou nos últimos meses de 2013. Para além de haitianos, outros imigrantes têm acessado a mesma rota pela fronteira do Peru e Colômbia. São imigrantes chegados do Senegal, Bangladesh e República Dominicana, entre outros.

Os dados e informações obtidas nas entrevistas realizadas em Tabatinga e em Manaus possibilitaram a sistematização das trajetórias dos imigrantes haitianos, a seguir sistematizada.

Saída de Porto Príncipe com um voo até a República Dominicana, seguido por outro até o Panamá e mais um até Quito (Equador). De Quito, os haitianos entrevistados seguiram de ônibus a Colômbia e, finalmente, ao Peru, de onde viajaram até a fronteira com o Brasil – (Tabatinga e Acre). Outros destinos possíveis ou almejados como o final da rota: Manaus, Porto Velho, São Paulo, Belo Horizonte, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Goiânia e de outras regiões do país.

Mapa 3 – Rota e movimentação dos Haitianos após o terremoto de 2010



Cada imigrante entrevistado gastou até US\$ 4 mil, submetendo-se a uma rede de tráfico clandestino comandada por coiotes que atuam em Porto Príncipe, capital haitiana. Tal imigração também é organizada em associação a e/ou por coiotes que atuam no Norte do Brasil. O secretário de segurança do Amazonas destacou que “As pernas desses traficantes de seres humanos têm que ser cortadas para estancar isso”. Acredita o secretário que a ação dos coiotes só será “estancada” com ações conjuntas dos governos do Brasil, Bolívia, Peru e Equador.

Estas informações só se consolidaram a partir de uma série de reportagens publicadas em vários jornais do país denunciando os intermediários ilegais, os “coiotes”, por trazerem haitianos até o país, via fronteira amazônica com Bolívia e Peru. Cada haitiano pagaria entre 2.500 e 5 mil dólares para custear um percurso que incluiria passagem de avião para Equador, Colômbia ou Peru, e um posterior e árduo caminho por terra até o Brasil. (Fonte: <http://www.d24am.com>).

5.3 Acolhimento e lugares de passagens – redes de solidariedades

Os dados e informações obtidas nas pesquisas de campo possibilitaram esta narrativa sobre o acolhimento e lugares associados ao acolhimento dos entrevistados.

A procura de trabalho envolve uma rotina constante dos imigrantes. Todas as manhãs se deslocam de seus alojamentos para o pequeno espaço cedido pela Igreja São Geraldo em busca das listas presas nas paredes onde constam os nomes das empresas, o tipo de trabalho a ser realizado e contatos. Esta rotina possibilita, como um conta-gotas, as suas inserções no mercado de trabalho, seja em Manaus, Rondônia ou em outros grandes centros urbanos do país.

As vagas abertas anunciadas naquele espaço solicitam mão de obra, nem sempre qualificadas, que vão desde “explodir pedras, perfurar rochas, varrer ruas, cozinheiros, torneiros, garçons, lavadores de carros, subir caixotes e vendedores de bijuterias, artesanato. Esses são os destinos de professores, técnicos de enfermagem, mecânicos, contadores e pedagogos haitianos, quando encontram o solo brasileiro.

No entanto nem tudo tem “sabor de hortelã” para esses haitianos entrevistados. Se no começo a ajuda das entidades e instituições na vida deles era integral, aos poucos começam a se desintegrar, o que era compreensão e solidariedade para com os haitianos, as manifestações de cansaço e descontentamento são cada vez mais frequentes.

Assim, “Depois de estarem ‘estabelecidos’ um novo processo se apresenta e novamente os desafios vão tomando forma marginal. Se antes tinham moradia pagas pela Igreja em pequenas vilas e subvilas no centro de Manaus, depois de empregados passam a morar em áreas nos extremos da cidade, que acabaram incorporadas à mancha urbana sem planejamento e com carências como transporte, escolas e assistência médica.

Pelo que se absorve do noticiário local é que até enquanto as pessoas brasileiras dos lugares dos acolhimentos primeiros dos imigrantes pensavam que o fenômeno da migração não seria intenso, houve solidariedade e acolhimento voluntário. Depois que o fluxo ficou maior do que a dinâmica de movimentação esperada como normal, o voluntariado cansou. São indivíduos qualificados e distintos, trazem consigo o desejo de reerguer suas vidas com o trabalho.

Cumprido lembrar que dado o “custo” associado à imigração, o processo parece indicar um filtro original, ainda no Haiti, pelo qual a maioria dos imigrantes tem origem de

classe média, com formação técnica e superior. Talvez por isto, o sentimento de tratamento recebido como seres inferiores e incivilizados, seja pelos coiotes, seja pela população e governos brasileiros, os firmam sobremaneira.

O que se percebe é que o destino, ainda incerto, para a maioria desses sonhadores imigrantes é um país verde amarelo que parece aquecer cada vez mais sua economia, abrindo postos de trabalhos diversificados, muito bem anunciados entre os viajantes que aportam em Brasília, Acre e Tabatinga, no Amazonas, que tem funcionado como porta de entrada para o país. Porta por onde já passaram mais de seis mil imigrantes. Desses tantos, sabemos de alguns que fazem questão de contar suas histórias, de como viviam em sua terra natal e de como, mesmo com dificuldades presentes na terra natal, eram felizes. Outros, mesmo não expondo suas histórias, seguem na construção de seus sonhos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível assistir, nas últimas décadas, a um impressionante desenvolvimento socioeconômico no Brasil. O crescimento do poder aquisitivo das classes C e D é objeto de testemunhos e estudos bastante conhecidos já há algum tempo. Entretanto, quando se reflete sobre o papel social do indivíduo e dos valores que permeiam a interação dele em sua coletividade, deparamo-nos com dados alarmantes de violência, intolerância e discriminação.

Caso não ocorra a materialização da melhoria de condições de vida, desemprego em massa e pauperização tornaram-se condição estrutural do mundo contemporâneo. Os migrantes não constituem mais um “exército industrial de reserva”, mas, sim, integram um “lixo social” de difícil reciclagem humanística (HEIDEMANN, 2004, p. 28).

No entanto, na visão ampliada de GONÇALVES (2009, p. 18),

“os aspectos simbólicos na contextualização do processo migratório contemporâneo, não se reduz a um mero fluxo de pessoas ou de trabalhadores, mas integra um importante intercâmbio de bens materiais e simbólicos, isto é, de recursos econômicos, culturais, sociais e políticos entre os territórios de origem e de acolhimento. Hoje, no limiar no séc. XXI esta nova vertente da migração internacional é pautada pela criação de pontes de encontro, de redes entre sociedades distintas, com base nas novas tecnologias de comunicação e informação”.

É necessário formular políticas que maximizem o impacto positivo da imigração no Brasil, ao mesmo tempo em que limitem as suas consequências negativas. Para atingir este objetivo as migrações devem fazer parte de estratégias de desenvolvimento nacionais, regionais e locais.

Segundo GONÇALVES (2009), o fenômeno da migração internacional coloca em toda a sua dimensão o problema do desenvolvimento. Isto é, existe um forte nexos entre migração internacional e desenvolvimento, em que este influencia e condiciona a migração, mas a migração também influencia e contribui para o desenvolvimento.

Este trabalho teve o objetivo de realizar uma investigação bibliográfica com vistas a investigar e procurar entender a situação da imigração haitiana na Amazônia, assim como levantar e relatar a atuação de atores relevantes no acolhimento dessas pessoas e dos sujeitos efetivos no processo de recepção e atendimento aos mesmos. Os métodos utilizados na pesquisa foram o levantamento de dados secundários, bibliográficos e a produção de dados primários com entrevistas junto aos imigrantes haitianos a partir de um roteiro estruturado, em Tabatinga e Manaus.

No capítulo primeiro da *Introdução* pretendemos iniciar a colocação do problema da imigração haitiana para o Brasil e como este processo por uma sincronia do acaso veio à minha vivência quando, por outras razões estive em Tabatinga no início de 2012, e o drama dos haitianos no Brasil tornou-se o “objeto” e o sujeito de minha história até este momento de finalização da dissertação. Os objetivos e as expectativas sobre o que viríamos a encontrar e interpretação nesta pesquisa foram ali apresentados e delinearão os esforços de sistematização da análise.

Em nossa narrativa científica²³ pretendemos dar conta do que ali foi apresentado. No capítulo 2 localizamos a problemática da pesquisa no contexto das imigrações mundiais

²³ Alusão à forma, entre outras duas, de apresentação dos resultados de dissertações e teses da UFRRJ, que adotamos aqui

contemporâneas, procurando distinguir no interior destes fenômenos globais as imigrações compulsórias e dentre estas a dos refugiados ambientais, demonstrando os elementos originários deste fluxo particular de imigração haitiano para o Brasil, refletindo também sobre a ambiência dos fenômenos dos territórios e fronteiras e na diferenciação entre refugiados e migrantes.

Dentre as diversas categorias de migrações, em evidência: os migrantes econômicos, refugiados e deslocados por guerra civil e narcotráfico, exilados políticos e religiosos que saem de suas pátrias em busca de proteção e de sobrevivência econômica, a análise nos permitiu interpretar as imigrações haitianas para o Brasil como de “refugiados ambientais” e seu acolhimento sendo formulado no interior das argumentações das “razões humanitárias”, sem descartar outras razões que também atuam nos complexos migratórios contemporâneos. Nova vida, reconstrução da vida e sonhos e expectativas em situações de incertezas acionam os sentimentos e as trajetórias destes imigrantes, que Vainer (2001) interpretou como: “*deslocados compulsórios, os reassentados, os refugiados e repatriados e deportados, os expulsos e clandestinos*”.

No capítulo 3, *A imigração e migração nos países do Mercosul*, é dada ênfase à ocorrência das (i) migrações nos países do MERCOSUL, no argumento de que o fenômeno da globalização propicia uma maior mobilidade no globo, assim como as novas tecnologias na comunicação e nos transportes facilitam as migrações e difundem ideias de desenvolvimento que muitas vezes esbarram em políticas migratórias restritivas. O foco inicial era entender os acordos entre os países latinoamericanos, seus limites e facilitações, o que foi feito, em especial no interior do Mercosul. Neste capítulo, descobrimos documentos inesperados que revelaram a política de imigração japonesa na Amazônia, é questão destaque para o entendimento deste processo em território brasileiro. O documento analisado nos permitiu compreender a questão das políticas de terras a estrangeiros na Amazônia na primeira parte do século XX. A questão de terras a japoneses vigorou no Brasil de 1923 até a IIª Guerra Mundial. As motivações daquelas políticas e esforço de políticas de acolhimentos dos haitianos no início da segunda década do Sec. XXI são totalmente distintas em suas conjunturas e motivações.

Trabalhamos ainda sobre a análise e apresentação da *tríplice fronteira* que delinea a nucleação da chegada dos imigrantes haitianos em Brasiléia, no Acre e em Tabatinga, no Amazonas, refletindo sobre a simbologia da Amazônia e dos sonhos haitianos sobre o Brasil, que aparentemente pretendem finalizar suas trajetória no Sul e Sudeste do país, figurando a Amazônia como passagem ..., nos sonhos de futuro. No ultimo item deste capítulo, *Sobre o Trabalho de Campo*, é apresentada uma análise inicial da situação dos haitianos entrevistados em Tabatinga e alguns dos problemas da localidade e das expectativas das entrevistas que seriam aplicadas em Manaus, bem como das dificuldades de sua realização.

A conjuntura da migração haitiana pode ser explicitada no capítulo 4, “*O Haiti e a cooperação brasileira*”, como forma de enriquecer esta investigação, o acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Haiti no ano de 2004, seu desenvolvimento, efeitos e ações bem sucedidas. Um acordo que estabeleceu iniciativas de auxílio técnico de médio e longo prazos, de contorno estruturante voltados para o desenvolvimento autônomo e sustentável, mediante o exercício de uma política externa da não indiferença, que conjuga solidariedade e pleno respeito à soberania do povo haitiano, que habilitou um política de acolhimento positivo por “razões humanitárias” em vez da pura criminalização que imperou nas rotas tráfico internacional dominadas institucionalização criminosa dos “coiotes”.

No Capítulo 5, *Configuração da imigração haitiana no Amazonas*, com dados de entrevistas e reportagens e estudos realizados por outros, contextualizamos elementos socioeconômicos da ambiência de acolhimento, da precária realidade física estrutural da tríplice fronteira, a rota utilizada pelos haitianos até o Brasil, os lugares de passagens e

acolhimento dos haitianos pelas instituições brasileiras, além das perspectivas que desejam trilhar no Brasil.

Considerando-se o quadro hoje vivenciado pelo Haiti e sua sofrida população, e ainda assim, levando-se em conta a realidade das imigrações na atualidade, a realidade vivida pelos imigrantes é complexa e plena de incertezas e riscos. Pairam ameaças imprevistas sobre a vida dos próprios imigrantes, bem como a suas famílias. Ameaças reais de “roubos e agressões, até estupros”, nas trajetórias, principalmente nos roteiros terrestres. Um sentimento de opressão devido a “dívidas” reais, como demonstramos, bem como uma opressão que leva ao “silêncio” sobre determinadas questões que possam levar à identificação dos envolvidos nos roteiros clandestinos: os coitotes, seus comparsas e toda a rede do tráfego de pessoas. Aqui o alvo das ameaças tem como objetos as famílias e pessoas das redes íntimas de afeto dos imigrantes. Como já anunciamos, no texto: o clima é de medo generalizado.

O Haiti, além de ser considerado às Américas um dos países mais pobres, do ponto de vista socioeconômico, apresenta um histórico pontuado por contínuos conflitos políticos, econômicos e sociais. Uma sociedade marcada pela revolução e por uma estratificação vista como complexa. Um país com uma abissal violência social sobre sua população, com ênfase para a geração de renda e emprego, uma perversa situação educacional comprometendo a dignidade de seus habitantes na garantia dos direitos humanos. Com uma população aproximada de 9,8 milhões de habitantes, 90% vivem sem energia elétrica, 80%, sem água encanada e/ou tratada, 64%, vivem abaixo da linha da miséria e 50% são analfabetos.²⁴ São indicadores de formas de violência social que traduzem imensuráveis sofrimentos às populações.

Pesquisar a inserção dos haitianos em território Amazônico, considerando o núcleo de “expulsão” de suas referências originais e os elementos que tecem as redes de controle e acolhimento, foi um dos objetivos deste projeto de pesquisa, bem como a elaboração de registro sobre seus relatos de viagem, no sentido de compreender a rota utilizada por eles e os casos referentes às atividades de ‘coitotes’ no processo de entrada, perspectivas, decepções e desafios no Brasil.

Os imigrantes entrevistados, no entanto, são de classe média, com formação técnica e mesmo superior. Os “custos monetários” e os riscos envolvidos, como demonstramos, funcionam como filtros de seleção dos migrantes frente à totalidade da população haitiana. Se podemos assim dizer, seriam oriundos de uma classe média instruída que com um padrão de vida diferenciado em relação à maioria dos haitianos.

Inseridos no contexto dos fluxos migratórios contemporâneos, a imigração de haitianos para o Brasil, iniciada em dezembro de 2010 via tríplice-fronteira Peru-Colômbia-Brasil, também pelo município de Tabatinga e de Manaus/AM, já somam cerca de seis mil indivíduos no decurso de quase três anos (2010 a 2013). Para consecução dessa saga o movimento migratório – fenômeno que em qualquer lugar, sempre desafia a capacidade de respostas tanto dos movimentos sociais quanto dos governos – assume relevância política quando há necessidade de regular os fluxos e estabelecer critérios para entrada e permanência dos mesmos no país.

Existe um consenso científico de que a globalização sem dúvida propicia sequelas aos povos que caminham em busca de condições melhores de vida, que se inserem desafios para a regulamentação de ações efetivas no contexto das sociedades contemporâneas. Dessa maneira, se infere que a presença dos haitianos no Brasil via tríplice fronteira provocou o Estado com suas estruturas governamentais a enxergar novos problemas de outras grandezas e a adotar soluções que busquem o desenvolvimento humano por meio do acesso pleno às redes

²⁴WEBDOCUMENTÁRIO “Resgate no Haiti” - Projeto especial sobre a situação do Haiti três anos depois do terremoto - documentário feito pela Folha para a Internet, Maio de 2013 – Brasil.

de políticas públicas voltadas para a segurança, à saúde, à educação, à geração de emprego e renda que atendam efetivamente os coadjuvantes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, sujeitos à ação de aproveitadores.

Em face de tão assustador fluxo, o governo brasileiro tomou frente do problema e adotou, para fins de regularização, medidas diversas de promoção e prevenção, a exemplo, o visto humanitário – diferente dos vistos oficiais anteriores – que lhes garantiu a permanência no Brasil por cinco anos e sua renovação, dependendo da situação, por período semelhante, bem como ser trocado pelo visto permanente, nos moldes das “responsabilidades diplomáticas e históricas que o Brasil tem com o povo do Haiti”, consoante fala do Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, em Rede Nacional de Televisão de 10 de abril de 2013.

Por derradeiro, vale o registro do entendimento de que a realidade das imigrações, na atualidade, é complexa e abrange situações de caráter absolutamente distintas, e nesse sentido foi possível elaborar um registro sobre relatos de viagens dos haitianos no sentido de compreender o núcleo de expulsão: questões políticas, sociais e econômicas no Haiti, perspectivas, decepções e desafios das famílias no Brasil, entre outras. Por conseguinte, é desnecessário reforçar que, para um povo “andarilho”, com fome, sem salário, sem dinheiro, sem emprego, sem residência e sem sua pátria, encontrar um aconchego para si e sua família noutra lugar é algo que se pode rotular ao mínimo de “bálsamo”.

Talvez a forma eficaz de combater o complexo sistema de tráfico humano que funciona nas precárias situações da tríplice fronteira aqui analisada, bem como os coiotes e suas redes, seja, de fato, estabelecer uma política binacional Haiti-Brasil concedida em e por razões humanitárias legalizando procedimentos diplomáticos, com agilidade e transparência visando a recepção e acolhimento institucional para os refugiados ambientais haitianos. Uma política eficaz que tire o sentido do tráfico criminoso e subumano que está em curso na tríplice fronteira.

7 ESCRITURA PÓS-DEFESA EM ATENÇÃO E AGRADECIMENTO AO DR. ALAIN PASCAL KALY.

Após a defesa na sede do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – PPGPDS, na cidade do Rio de Janeiro, o membro titular da Banca Examinadora Dr. Alain Pascal Kaly, qualificou a referida dissertação pela importância do tema no que tange aos estudos sobre migrações no Brasil, particularmente a migração de centenas de haitianos recém chegados à Tríplice Fronteira Amazônica.

Como resultado do debate ocorrido durante a defesa da dissertação, entendo que seja importante registrar as principais ressalvas de Kaly com relação às particularidades da migração haitiana, como uma forma de indicar caminhos para aprofundamento da temática, em um contexto em que o Brasil, necessariamente, precisa intensificar o debate entre atores governamentais, acadêmicos e da sociedade, a fim de gerar um conhecimento mais amplo dessa realidade que traduz o impacto da pressão migratória no processo de globalização vigente.

Debate que se torna premente para a construção e prática compartilhada de políticas e de mecanismos de gestão da questão migratória, e não somente medidas de controle a complexidade dos fenômenos migratórios contemporâneos - migração internacional na Amazônia, no Brasil. O que compreende em primeira linha a revisão do anacrônico Estatuto do Estrangeiro, elaborado ainda durante a ditadura militar.

Nesse sentido, SAYAD²⁵ (1998), afirma que “na origem da migração encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente, necessidade de ordem epistemológica”. Kaly resgata esse pensamento do autor para chamar a atenção para a importância de se estudar as diferentes interfaces do ato de migrar, que não se restringe à emigração ou migração.

Com esse pressuposto, a mobilidade se torna uma das palavras-chave e centrais para compreender essa dinâmica transnacional, dando ênfase a permanente circulação, aos fluxos de deslocamentos, às lógicas e aos circuitos da mobilidade. Isso é especialmente atinente ao caso caribenho, como aponta Patrick CHAMOISEAU²⁶ (1997), quando afirma que migrar e emigrar constitui a essência daquela região, que tem em suas águas vias de acesso a mundos diversos – nunca barreiras.

Kaly resgata AMSELLE²⁷ (1976), para sublinhar que os fenômenos migratórios contemporâneos afetam muito mais pessoas oriundas de sociedades dominadas, e que eles também se mostram à possibilidade de revelar contextos sócio-históricos complexos e profundos. No caso da migração haitiana para o Brasil, alguns elementos desse contexto devem ser levados em consideração para melhor dimensionar esse fenômeno.

A ousadia dos haitianos do século XIX, que os levou a desafiar a potência colonial francesa, atraiu represálias cujo custo é pago pelo Haiti até hoje: impactos do embargo que dura mais de um século. No mesmo sentido, há que se considerar os impactos negativos da agricultura colonial para o país, sentidos quando do terremoto de 2010. São elementos que precisam ser acionados para lembrar que o empobrecimento do Haiti tem sido um processo ideológico.

Há uma frequente confusão entre país pobre e país empobrecido, o que acaba transparecendo também no mapa mental da população brasileira, mas em relação ao tipo de migrante, o Brasil continua tendo a preferência para os migrantes brancos que são ainda os desejados porque são sinônimos de civilidade. Se tomarmos essas considerações – atenção ao

²⁵ SAYAD, Abdelmalek. *A migração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

²⁶ CHAMOISEAU, Patrick. *Ecrire en pays domine*. Paris, Gallimard, 1997

²⁷ AMSELLE, Jean Loup. *Les migrations africaines*. Paris: Francois Maspero, 1976.

fenômeno da emigração, atentando para a mobilidade no contexto caribenho e, especificamente, do Haiti –, não seria possível reduzir esse movimento a uma fuga da pobreza.

É importante destacar que, segundo HANDERSON²⁸ (2013), a esmagadora maioria dos haitianos não pretendia ficar no Brasil, tendo a Tríplice Fronteira e o Brasil constituído como um “corredor” para se chegar à Guiana ou Suriname. O Brasil entrou nesses circuitos e rotas com o aumento do controle da entrada de haitianos por parte do governo surinamês e francês, o que gerou maior controle de entrada de haitianos em ambos os países. A partir daí, em meados da década de 1960, inicia-se a imigração de haitianos ao Brasil com o objetivo de em fazendas.

O mesmo pesquisador salienta que os chegados na década de 1970 na Guiana relatavam ser fácil na época conseguir um visto no consulado francês em Port-au-Prince. Em 2009, contudo, o governo francês, sob o comando do presidente Nicolas Sarkozy, solicitou ao Suriname diminuir os vistos concedidos aos haitianos para controlar a entrada destes na Guiana. A partir do momento que “fechou o Suriname” – expressão utilizada pelos haitianos –, começaram a se criar outras redes, rotas e circuitos se “abriram” para chegar ao departamento francês. É nesse contexto que se deve situar a chegada, em janeiro de 2010, de centenas de haitianos à Tríplice Fronteira Amazônica.

Ainda segundo HANDERSON (2013), a mobilidade haitiana é melhor compreendida quando se analisam algumas trajetórias emblemáticas entre os imigrantes, dentre elas: a) os que saíram da zona rural do Haiti pela primeira vez; b) os deslocados no próprio país; c) os emigrados do território nacional e que vieram à Tríplice Fronteira, ao Suriname e à Guiana. Muitos deles já haviam morado legalmente ou não na República Dominicana, Cuba, Chile, Equador, EUA, na Guiana Francesa, em Guadalupe, entre outros países.

Em se tratando do Capítulo 4: O Haiti e a cooperação brasileira, que na sua análise, é o capítulo mais complexo visto certa “confusão entre um país pobre e um país empobrecido”, com questionamentos que se alinhavam num vasto panorama que decorre desde, *“Como o Brasil chegou no Haiti?”* - *“O presidente Aristide e o seu projeto de recuperar os 150 milhões de francos ouro à França”* - *“A revolução de escravos (Thomas Madiou) derrotando o maior exército ocidental da época de Napoleão Bonaparte”* - *“A contribuição da revolução do Haiti na civilização ocidental-mundial com ressalvas para o fim da escravidão; sufocar a escravidão a partir dos portos da África”*; *“O financiamento de Simon Bolívar (governo de Petion) com a condição de acabar com a escravidão na América Latina”* - *“O medo generalizado do haitianismo nas Américas escravocrata”* - *“A magnitude do terremoto está relacionada aos impactos negativos das monoculturas durante o processo colonial”* - *“Os haitianos e a Política migratória do Brasil XIX”* - *“Os Americanos no Haiti: século XIX e XX”*.

Em consideração as sugestões lançadas sobre as particularidades da imigração haitiana no contexto dos fenômenos migratórios contemporâneos, *“aos fluxos de deslocamentos, às lógicas e aos circuitos da mobilidade”*, seguem no rodapé dessa Dissertação, as Referências Bibliográficas sugeridas pelo Prof. Alain Pascal Kaly²⁹.

²⁸ JOSEPH, Handerson. Mobilidades haitianas: redes transnacionais e diáspora. Projeto de qualificação de doutorado defendido no Museu Nacional (Antropologia)/UFRJ, 2013.

²⁹ ACHILLE, Théodore E. Les Haïtiens et la double nationalité. Montréal: Editions du Marais, 2007.

AMSELLE, Jean Loup. *Les migrations africaines*. Paris: Francois Maspero, 1976.

CHAMOISEAU, Patrick. *Ecrire en pays domine*. Paris, Gallimard, 1997

DANICAT, Edwidge. *Adeus, Haiti*. Rio de Janeiro, Agir : 2009.

DUFOIX, Stéphane. Généalogie d'un lieu commun “Diaspora” et sciences sociales. In: Actes de l'histoire de l'immigration. *Revue électronique*, Vol. 2, 2002. Disponível em: <http://barthes.ens.fr/cliio/revues/AHI/>. Acesso realizado em: 28 Out, 2013.

Do mesmo modo que agradeço o apoio e a sua participação nesse processo, considerando de grande relevância e pertinência as suas abordagens, o que vem reforçar a sua percepção dos possíveis impactos sociais, políticos, econômicos e de direitos humanos. Elementos estruturantes para os deslocamentos humanos na contemporaneidade.

-
- FILS-AIME, Jean. *Vodou, je me souviens*. Le combat d'une culture pour sa survie. Montreal: Dabar, 2007
- JADOTTE, Herard. *Le carnaval de la revolution*. De Duvalier à Aristide. Port au Prince: Fardin, 2005.
- JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mario (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.
- JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros*. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo : Boitempo, 2000.
- JOSEPH, Handerson (2013). Mobilidades haitianas: redes transnacionais e diáspora. Projeto de qualificação de doutorado defendido no Museu Nacional (Antropologia)/UFRJ, 2013.
- MADIOU, Thomas. *Histoire d'Haiti*. Tome 5. Port au Prince : Ed Henry Deschamps, 1989.
- MARTÍNEZ, Samuel. *Peripheral Migrants: Haitians and Dominican Republic Sugar Plantations*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1995.
- MERCIER, Louis. Contribution de l'Île d'Haiti à l'histoire de la civilisation. Port au Prince: Fardin, 2004.
- MÉTRAUX, Alfred. *Le Vaudou haitien*. Paris: Gallimard, 1958.
- MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação*. Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.
- NDIAYE, Pap. *La condition noire*. Essai sur une minorité française. Paris: Calmann-Levy, 2008.
- PRICE-MARS, Jean. *Ainsi parla l'oncle suivi de revisiter l'oncle*. Montreal/Canada, *Memoire d'encrier*, 2009.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHMIDT, Nelly. *L'abolition de l'esclavage*. Cinq siècles de combats, XVIe.-XXe siècle. Paris: Fayard, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- STEPAN, Nancy Leys. "A hora da eugenia". Raça, gênero, e nação na América Latina. Rio de Janeiro : Fiocruz, 2005.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O papel dos Brics na economia mundial. In: Cebri-Icone-Embaixada Britânica Brasília: **Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas**, Rio de Janeiro: 2009.

_____. Paulo Roberto. Brasil e o Bric o Questionamento de um Conceito. **Revista Nueva Sociedad** especial em português, outubro de 2008, ISSN: 0251-3552, disponível em: www.nuso.org, acesso em: 18 de maio de 2013.

ALVAREZ, R. **Haiti Depois do Inferno - Memórias de um repórter no maior terremoto do século**. Editora Globo, 2012

ANNAN, Kofi. Kofi Annan pede à Europa que receba mais imigrantes. Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4cdbf816d1c75/kofi-annan-pede-a-europa-que-receba-mais-imigrantes>>. Acesso em 09 de julho de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade das relações humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BECKER, Beatriz. <http://ambientes.ambientesbrasil.com.br/agua/artigos-agua-doce/um-desafio-brasileiro-na-amazonia-brasileira.html>>. Acesso em 03 de agosto de 2013

BONASSI, Margherita. **Canta América, Sem Fronteiras! – imigrantes latino-americanos no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de novembro 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 09 de julho de 2013.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Seminário de Segurança da Amazônia. Período de 11 a 15 de agosto de 2010, Manaus-AM: 2010. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/seminarioamazonia>>. Acesso em 5 de maio de 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **O feito e o a ser feito**: as encruzilhadas do labirinto V. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CHADE, Jamil. Europa vive êxodo em 50 anos. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,europa-vive-maior-exodo-em-50-anos,1028653,0.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS, www.conectas.org>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

COSTA, H. **Dirigir uma PME 10 Etapas**. Lisboa: Lidel, 1993.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**. Rio de Janeiro, Nobel, 1989.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, 1963.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Resgate no Haiti" - Projeto especial mostra a situação três anos depois do terremoto – [documentário] Disponível em: www.estadao.com.br, acesso em: 15 de maio de 2013.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Equipe Brasil Escola. Disponível em: www.brasilecola.com/historia-da-america/historia-haiti.htm, acesso em: 04 de julho de 2013.

FREITAS, Marcos Airton de Sousa. O FENÔMENO DAS SECAS NO NORDESTE DO BRASIL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL, Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/17656235/O-Fenomeno-das-Secas-no-Nordeste-do-Brasil> Acesso em: 15 de maio de 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Maria Ortelinda. **Migrações e Desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Os Portugueses no Mundo. Fronteira do Caos e CEPES, 2009.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O mundo multipolar e a integração sul-americana. 2007. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=14847 Acesso em: 09 de julho de 2013.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Deslocamentos populacionais e Mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: Sidney, Antonio da Silva (Org.) **Migrantes em Contextos Urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. FAPEAM – EDUA, 2010.

HILLY, Marie-Antoinette. **Migrações econômicas, políticas e sociais contemporâneas. Folheto de divulgação do seminário Cultura e Intolerância**. São Paulo, 2003.

HOMMA, Alfredo Kingo Qyama. FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. FERREIRA, Aldenor da Silva. **Imigração Japonesa na Amazônia**: Contribuição na agricultura e vínculo com o Desenvolvimento Regional. Manaus: Edua, 2011.

HOUGHTON, J. **Global warming**: the complete briefing. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IANNI, Octavio. **A metáfora da viagem**. Cultura Vozes: n. 2 (mar/abr), 1994.

JARDIM, Arison. Brasil e Haiti, um mundo de histórias [18.4.2013]. Disponível em: www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/especiais/24231-brasil-e-haiti-um-mundo-de-historias.html . Acesso em 10 de maio de 2013

LASMAR, Dimas José; SOUZA, Euler Guimarães Menezes de.; ARAÚJO FILHO, Guajarin de.; Relatório sobre os Determinantes do Sistema Local de Inovação de Manaus, Brasil [2010]. Disponível em: http://www.iit-berlin.de/ANISManaus_Portuguese.pdf Acesso em 10 de maio de 2013.

LAURIA, Lélío. A Questão dos Imigrantes Haitianos. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/blogs/blogdoleliolauria/imigranteshaitianos7633606635.html>
Acesso em 10 de maio de 2013.

LOGUERCIO, Jose Eymard. A livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL e o impacto jurídico nas relações de trabalho. 2003. Disponível em: http://white.oit.org.pe/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/proyectos/pdf/ccscs_fes.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2013.

LUCENA, M. G.; MOREIRA, R. J. A fronteira binacional (Brasil e Uruguai): território e identidade social. **Pampa** (Santa Fe), v. 5, p. 51-68, 2009

LUCENA, M. G., **Territorialidade de fronteira: Uma contribuição ao estudo da questão fronteiriça Brasil-Uruguai no contexto do Mercosul.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

MARCELINO, Emerson Vieira. NUNES, Lucí Hidalgo. KOBAYAMA, Masato. Banco de dados de desastres naturais: análise de dados globais e regionais. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 6, n. 19 de outubro de 2006. p. 130-149.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas. 1996.

MATEOS, Simone Biehler. Jornal IPEA. Cooperação internacional – ajuda ao próximo e ao distante. Ano 8. Edição 65, 05/05/2011. Disponível em: www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2491:catid=28&Itemid=23 Acesso em: 09 de julho de 2013.

MATTOS, Luis Carlos Gomes. O Exército Brasileiro na Defesa da Soberania da Amazônia, Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012. <http://www.sae.gov.br>

MILESI, Rosita; ANDRADE, William Cesar. **Migrações Internacionais no Brasil: Realidade e Desafios contemporâneos**. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2010.

MOREIRA, R. J. . Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, p. 57-88, 2009.

MOREIRA, R. J. . Por uma abordagem complexa das identidades rurais da atualidade. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais** do 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T.A. **O Processo de Pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano, 2002.

MOURA, Hélio Augusto de; e Morvan de Mello Moreira. **A População da Região Norte: Processos de ocupação e de urbanização recentes**. Trabalhos para discussão n. 112/2001. Julho de 2001.

NICHOLLS, M.E. and R.A. Pielke. **Thermal compression waves II: Mass adjustment and vertical transfer of total energy.** Quart. J. Roy. Meteor. Soc., 2001.

NEPOMUCENO, R. **O Jardim de D. João.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. *apud*

HOMMA, 2011, (p. 141) **Imigração Japonesa na Amazônia: Contribuição na agricultura e vínculo com o Desenvolvimento Regional.** Manaus: EDUA, 2011.

OLIVEIRA, Márcia Maria. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. Estud. av. vol. 20, nº. 57. São Paulo May/Aug. 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200014 Acesso em 10 de maio de 2013.

OIT. Progressos no emprego juvenil foram cancelados por recuperação muito lenta, diz a OIT. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/progressosnoempregojuvenilforamcancelados-por-recuperacao-muito-lenta-diz-oit>. Acesso em: 09 de julho de 2013.

ORLANDI, Eni P. **As formas do Silêncio. No movimento dos sentidos.** Ed. Unicampi, 2007.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Perspectivas de conflitos na Amazônia e reflexos para a Defesa Nacional.** Palestra dada no Seminário de Segurança da Amazônia - Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012. (p. 29 a 31).

PAPA BENTO XVI. **Migrações: sinal dos tempos.** Mensagem para o 92º dia mundial do migrante e do refugiado. Vaticano, 18 de Outubro de 2005. Boletim do SPM nº Especial - Ano II - novembro 2005.

PATARRA, N. L. **Emigração e Imigração Internacionais No Brasil Contemporâneo.** São Paulo: UNPFA, v. I. 2. ed. 1996.

PIELKE Sr., R.A., and T. Vukicevic. **Forum on modeling the atmospheric boundary layer.** Bull. Amer. Meteor. Soc, 2005.

PIELKE Sr., R.A., N. Doesken, O. Bliss, T. Green, C. Chaffin, J.D. Salas, C. Woodhouse, J.L. Lukas, and K. Wolter. **Drought 2002 in Colorado - An unprecedented drought or a routine drought?** Pure Appl. Geophys., Special Issue in honor of Prof. Singh, 2005.

PNUD. Ukun Rasik A'an: o caminho à nossa frente. 2010. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rdhtl_final.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2013.

PONTES, Fábio. Sem emprego, haitianos perambulam pela cidade de Manaus. Disponível em: www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/02/130225_haitianos_fp.shtml, Acesso em: 05 de junho de 2013.

PORTAL HREA. Refugiados. Disponível em: http://www.hrea.org/index.php?doc_id=511. Acesso em: 09 julho de 2013.

PORTAL NATUREZA E PAZ. ONU quer levar ao Congo experiência brasileira no Haiti. Disponível em: http://naturezaepaz.blogspot.com.br/2013_04_01_archive.html Acesso em: 06 de maio de 2013.

PORTAL SUA PESQUISA. Disponível em: www.suapesquisa.com/paises/haiti/ Acesso em 10 maio 2013. Resgate no Haiti. Webdocumentário “Resgate no Haiti” - Projeto especial sobre a situação do Haiti três anos depois do terremoto - documentário feito pela Folha de São Paulo para a Internet, Maio de 2013 – Brasil.

REVISTA DE INFORMAÇÕES E DEBATES DO IPEA. Desafios do Desenvolvimento **Cooperação internacional - Ajuda ao próximo e ao distante** -, 2011 . Ano 8 . Edição 65 - 05/05/2011, por Simone Biehler Mateos - de São Paulo

RICOTTO, A.J.; MOREIRA, R. J. . As identidades em conflito: uma análise dos campos sociais globalizados. In: COSTA, L.F.C; MOREIRA, R.J.. (Org.). **Globalismos, localismos e identidades sociais**. 1ed. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2007, v. 1, p. 76-92.

SANTOS, Milton. **O Tempo nas Cidades**. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ano 54, Número 02, outubro de 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 20ª Edição, Record. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Sidney da e MAGALHÃES, Duval. **Haitianos: os novos imigrantes do Brasil**. Instituto Humanitas Unisinos, 2011.

SILVA, Francisco Manuel da. **Hino Nacional do Brasil**, em 1831, letra de Ovídio Saraiva de Carvalho, substituída em 1909 pelo poema de Joaquim Osório Duque Estrada.

TÉLÉMAQUE, Jenny. **Imigração haitiana na mídia brasileira: entre e representações**. Monografia [Comunicação Social] – Univ. Fed. do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2012.

UNICEF e voluntários haitianos trabalhando juntos para proteger as crianças em risco. Disponível: http://www.unicef.org/brazil/pt/media_16840.htm. Acesso 10 de maio de 2013.

UNITED Nations/Department of Economic and Social Affairs/ **Population Division**, 1998.

VAINER, Carlos B. “Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias”. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.

VATICANO, 18 de Out/2005. **Boletim do SPM nº Especial** - Ano II – Nov/2005.

VIANA, Denilson < <http://www.oeco.com.br/reportagens-especiais/25332-um-guia-sobre-as-controversias-em-torno-do-aquecimento-global>>. Acesso 06 de setembro de 2011.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

YAMADA, M. Japanese **Immigrant Agroforestry in the Brazilian Amazon**: a case study of sustainable rural development in the tropics. [Tese Doutorado] – Univ. of Florida, Gainesville, 1999.

ANEXOS

Apêndice A – haitianos

Questionário de Pesquisa de Campo: Manaus/Amazonas

N. Questionário _____

Data entrevista: [___ / ___ / ___]

Dados pessoais

1. Nome da (o) entrevistada (o): _____
2. Sexo: Masc () Fem ()
3. Local de Nascimento: _____ Nacionalidade: _____
4. Cidade na qual residia antes de deixar o país: _____
5. Idade: _____ Ano de Nascimento: _____ Estado civil: _____
6. Tem filhos? Sim () Não ()
1. Quantidade de filhos: _____ 2. Idade do filho mais velho: _____ 3. Idade do filho mais novo: _____
4. Vieram na viagem? Sim () Não () 5. Ficaram com quem? _____

Escolaridade

7. Não alfabetizado/a () 1. Alfabetizado (a) (sabe ler e escrever) () 2. Fundamental Incompleto ()
3. Fundamental Completo () 4. Ensino Médio Incompleto () 5. Ensino Médio Completo ()
6. Superior Incompleto () 7. Superior completo () 8. Pós-graduação (especificar o nível: _____)
9. Que idioma fala: _____
10. Dialeto: _____

8. Religião

1. Católica 2. Espírita 3. Protestante 4. Outras - _____

9. Atividade/profissão no Haiti: _____

10. Renda mensal individual antes de deixar o Haiti:

1. Sem rendimentos () 2. Até um salário mínimo () 3. De um a três salários mínimos ()
4. De quatro a 10 salários mínimos () 5. De 11 a 20 salários mínimos () 9.7 – Não informa ()
11. Data de saída do Haiti: ___ / ___ / _____

12. Local de saída do Haiti:

1. _____

Descrição:

Apêndice A – haitianos

13. Meio de transporte utilizado para deixar o Haiti:

1. Avião () 2. Caminhonete () 3. Ônibus () 4. Navio () 5. Outro (se sim, descrever)

Descrição:

14. Foi a primeira vez que saiu do Haiti? Sim () Não ()

15. Como foi que decidiu viajar?

1. Por conta própria? () 2. Convidada/contatada por alguém? ()
3. Se por conta própria, procurou alguém para ajudá-lo/a a viajar? ()

Quem? _____

16. Rotas de viagem/condições da realização da viagem

1. Qual foi a rota seguida para chegar a Tabatinga/Manaus/Brasil
2. Parou em alguma cidade antes do destino?
3. Por quanto tempo?
4. Viajou só ou acompanhado (a)?
5. Quem acompanhou? (tentar especificar o grau de parentesco e o grau de conhecimento das pessoas que acompanhavam)
6. Quando chegaram a Tabatinga quem recepcionou?
7. Como chegou ao lugar no qual ficaria?
8. Permaneceu em algum lugar um único lugar ou em vários?
9. Quais foram esses lugares?
10. Por que ficou nestes lugares? Quanto tempo ficou em cada um?
11. Havia algum tipo de controle () Vigilância em cada um deles? () Quem controlava? _____
12. Qual a maior dificuldade/medo que encontrou? _____

17. Conhecimento sobre o local de destino

1. Conhecia alguma coisa sobre o país que chegou? O que? _____

Apêndice A – haitianos

2. Antes de partir/de vir para cá, já estavam aqui outros familiares, amigos ou conhecidos?
3. O que eles contavam do lugar para o qual você veio? Procurou trazer endereços, telefones, de pessoas que aqui moravam?
4. Contatos com o Brasil: Mantinha contatos telefônicos ou por carta com o Brasil? Com quem,

18. Situação legal: “papéis/documentação”

1. Fez alguma tentativa de obter papéis, residência, permissão para trabalhar aqui - Manaus? Alguém o ajudou nessas tentativas, alguma organização/igreja/pessoas? _____

19. Motivações para viajar

1. Por que decidiu ou aceitou sair do Haiti?
2. O que você imaginava que obteria viajando para o Brasil?
3. Quais são seus sonhos, seus projetos, o que você gostaria de conseguir?
4. O que acha que é preciso para concretizá-los?

20. Condições de “Refugiados”

Você acha que poderia ter sido feito de forma diferente?

Como foi tratado (a) pelas autoridades brasileiras?

Foi atendido (a) e orientado (a) adequadamente sobre o que estava acontecendo?

Ou foi tratado (a) com indiferença?

Sofreu maus-tratos e abusos: ficou sem comer e beber água, sem dormir, sem tomar banho?

Assinou documento, sem saber o que era em outro idioma?

Fez algum contato com o consulado ou embaixada brasileira?

Pôde ligar para o Consulado do Haiti?

Sabia que tinha direito a falar com essas instituições/autoridades?

Assinatura entrevistador: _____